

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING

PERCEPÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS:

Estudo sobre jovens universitários em Porto Alegre, RS.

PORTO ALEGRE

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING

PERCEPÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS:

Estudo sobre jovens universitários em Porto Alegre, RS.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani.

PORTO ALEGRE

2008

[...] A grande perversidade do mundo é que as sociedades muito desiguais não criam maiorias irresistíveis de despossuídos que acabam no poder, de um jeito ou de outro, pela lógica simples do desespero. Criam minorias cada vez mais entendidas em sobrevivência. Toda a história da democracia no Brasil é a história da educação da nossa elite na arte de não mudar nada, ou só mudar o suficiente para não perder o controle. Para a maioria, uma democracia formal sem uma democracia social e econômica correspondente acaba sendo um aprendizado em frustrações. Mas o caminho é esse: repetir e repetir até que, um dia, a maioria também aprenda a força que tem¹.

Luís Fernando Veríssimo.

¹ VERÍSSIMO, Luís Fernando (1999). Sinuca. *In: Aquele estranho dia que nunca chega*. Rio de Janeiro: Objetiva, p.62-63.

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui não teria sido possível sem o apoio das pessoas mencionadas abaixo:

À Analisa, namorada, amiga e colega, pelo percurso carinhoso e compreensivo que trilhamos juntos há quatro anos, compartilhando sonhos, projetos e desafios.

Aos meus familiares: mãe, a quem eu e meus irmãos amamos e admiramos profundamente; pai, cuja trajetória intelectual me inspira, aos meus irmãos André, Daniel e Helena; e à família da Ana: Rosalino, Neuza, Denise, Lisiana, Rafael, Laura e Luiza Helena.

Aos amigos: Carlos, Daniel, Guilherme, Ícaro, Marcelo, Matheus, Rodrigo; Fabrício, Fabiano, Paulo, Rochele, Fabiela, Leonardo, Leandro.

Aos colegas da turma 2006-2008 do Mestrado em Sociologia pelo companheirismo e pelos qualificados debates: Analisa Zorzi, Edílson Marques dos Santos, Eliane Lima, Gabriel Silveira, Gerson Almeida, Jaqueline Russkzyk, Maira Daniel, Márcia Knop, Marcos Rolim, Mariana Zanatta, Milena Silvester, Milton Pantaleão, Ottmar Teske, Rochele Fellini Fachinetto, Vivianne Wit e Yago Quiñones Triana. Outros colegas: Leandro Raizer, Nilson Weisheimer, Thiago Ingrassia Pereira, Leonardo Renner Koppe.

Ao orientador, prof. Antonio David Cattani, pela dedicação, críticas e questionamentos que contribuíram para o trabalho atingir o resultado aqui apresentado.

Aos professores com quem tive aulas durante o curso de Mestrado: Anita Brumer, Lorena Holzmann, Luciano Joel Fedozzi, Sônia Karam Guimarães, Cinara Rosenfield, Soraya Maria Vargas Cortes, Pedro César Dutra Fonseca.

Aos professores dos diferentes cursos da UFRGS, que permitiram que eu ocupasse um espaço das suas aulas para a realização da pesquisa com os estudantes, e a esses, que responderam aos questionamentos propostos, viabilizando o trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo aprendizado ao longo dos últimos dois anos e à CAPES, pela bolsa que viabilizou a pesquisa durante oito meses.

Às colegas professoras e aos estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com quem tive o privilégio de trabalhar durante um ano; aos prof.s Nilson Weisheimer e Ivaldo Ghelen, pela oportunidade de trabalho no curso à distância, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da UFRGS; e ao Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS que, em agosto de 2008 abriu as portas para um novo trabalho, agora como professor temporário junto às turmas de Estágio Docente para as Ciências Sociais.

RESUMO

A percepção generalizada sobre a intensidade da desigualdade socioeconômica é uma questão que poderia ser considerada óbvia no caso brasileiro. A denúncia desse fenômeno por grupos populares desde muito antes da independência política; a realização de estudos desde a década de 1930; e as inúmeras reportagens e relatórios recentes que situam o Brasil no grupo dos países mais desiguais do mundo, poderiam tornar sua percepção uma obviedade. Esse trabalho problematizou junto a um grupo de jovens universitários se a desigualdade, enquanto problema social era percebida de forma homogênea por grupos com distintas trajetórias e origens sociais. Para se chegar até essa problematização, percorreu-se um caminho teórico que passou pela reconstrução dos argumentos centrais: da Sociologia do Conhecimento mannheimiana; de recentes contribuições da sociologia brasileira sobre as desigualdades locais; e de estudos sobre socialização. A realização da pesquisa com jovens exigiu um estudo específico sobre particularidades que constituem essa fase da vida. As teorias de estratificação revisitadas possibilitaram definir o pólo beneficiado pela situação social como classes sociais ricas. As percepções sobre desigualdade socioeconômica foram abordadas a partir de assuntos públicos que estiveram em debate ao longo da última década. Ao todo foram aplicados 162 junto a estudantes de oito cursos superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dos quais 158 foram aproveitados na análise. A amostra foi estratificada de quatro formas diferentes: pelo Índice de Estratificação criado exclusivamente para a pesquisa; pela origem social, captada pela posição profissional do pai; pela trajetória escolar, definida pelo tipo de escola frequentada; e pela renda familiar declarada. A seguir, captou-se a correlação entre as estratificações realizadas e as percepções sobre a desigualdade sócio-econômica. Dessa forma, foi possível relacionar e hierarquizar os fatores socializadores específicos com as percepções sociais. Para a análise diferenciaram-se as respostas em três categorias: nível de reconhecimento da desigualdade como um problema social estruturante das relações sociais no país; posicionamento aproximado às reivindicações igualitaristas, caracterizado como progressista; e posicionamento aproximado às reivindicações não-igualitaristas, caracterizado como conservador. Através do método da estratificação cruzada revelou-se que os indicadores que explicam o maior reconhecimento da desigualdade como problema são a trajetória escolar em escolas públicas, o pertencimento ao GSE C e a posição profissional do pai como funcionário. A segunda categoria apontou para um posicionamento progressista em relação ao equacionamento da desigualdade sócio-econômica. O exercício apontou para uma correlação mais forte entre o posicionamento progressista e as variáveis: trajetória escolar em estabelecimentos públicos, posição profissional do pai entre filhos de autônomos e funcionários. A terceira categoria indicou o posicionamento conservador em relação ao equacionamento da desigualdade. O procedimento adotado revelou uma correlação mais forte entre posicionamento mais conservador e as variáveis: renda familiar elevada; posição profissional do pai entre filhos de “executivos” e de autônomos. A apresentação dos dados e a análise a partir das categorias construídas indicam que há um padrão em torno de algumas variáveis do processo socializador que condicionam o modo de perceber a realidade social e sua dinâmica. Existe, tendencialmente, uma polarização entre um posicionamento mais conservador em relação ao enfrentamento da desigualdade socioeconômica naqueles egressos de escolas privadas, filhos de “executivos” e oriundos de famílias ricas, por um lado; e mais progressista entre os egressos de escolas públicas, filhos de funcionários e membros do grupo médio-baixo, por outro.

ABSTRACT

The generalized perception about the intensity of the social economic inequality is an issue that could be considered obvious in the Brazilian case. The complaint of this phenomenon by popular groups since long before political independence, the realization of studies since the 1930's and the several reports that place Brazil in the group of the most unequal countries in the world, could make its perception an obviousness. This paper problematized in a group of young undergraduate students if the inequality, as a social problem, were noticed in a homogenous way by groups with different developments and social origins. To come to this problematization, it was taken a theoretical path that passed by the reconstruction of the central arguments: the Mannheimian Sociology of Knowledge, recent contributions of the Brazilian sociology about local inequalities and studies about socialization. The realization of the survey with young ones demanded a specific study about the particularities that constitute this stage of life. The reviewed theories of stratification enabled defining the benefit pole by the social situation, such as the rich social classes. The perceptions about social economical inequality were approached from public issues that were on debate through the last decade. It was applied 162 to students from eight undergraduate courses of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), from which 158 were used in this analysis. The sample was stratified in four different ways: by the Stratification Rate created exclusively for this research; by the social origin, taken from the father's professional position; by the school career, defined by the kind of school they have gone to; and by the declared familiar income. Following, it was taken the correlation between the realized stratifications and the perceptions about the social economical inequality. In this way, it was possible to relate and hierarchize the specific socializing factors with the social perceptions. For this analysis the answers were divided in three categories: level of awareness of the inequality as a social problem that structures the social relations in this country; the positioning close to the equalitarian claim, characterized as progressist; and the positioning close to the non-equalitarian claim, characterized as conservative. Through the crossed stratification method it was revealed that the indicators that explain the greatest awareness of inequality as a problem are the school career in public schools, being part of the GSE C and the professional position of the father as employee. The second category pointed to a progressist positioning in relation to the equalization of the social economical inequality. The activity pointed to a stronger correlation between the progressist positioning and the variants: school career in public schools, professional position of the father between children of autonomous workers and employees. The third category indicated the conservative positioning relating to the equalization of the inequality. The adopted procedure revealed a stronger correlation between the more conservative positioning and the variants: high familiar income; professional position of the father between children of executives and autonomous workers. The presentation of data and the analysis from the built categories indicate that there is a pattern in some variants of socializing process that conditions the way of realizing the social reality and its dynamics. There is, tendentially, a polarization between a more conservative positioning in relation to facing the social economical inequality in those who come from private schools, children of executives and born in rich families. On the other hand, there is a more progressist positioning among those who come from public schools, children of employees and members of the medium-low group.

LISTA DE GRÁFICOS E ESQUEMAS

<i>ESQUEMA 1 – Pólo Teórico</i>	49
<i>ESQUEMA 2 – Pólo Operacional: modos de estratificação e indicadores.</i>	63
<i>GRÁFICO 1 – Índice de Estratificação – por sujeito.</i>	69
<i>GRÁFICO 2 – Razão média entre maiores e menores remunerações justas.</i>	91
<i>ESQUEMA 3 – Pólo Analítico: componentes das categorias analíticas.</i>	128
<i>ESQUEMA 4 – Operacionalização da Estratificação Cruzada</i>	129

LISTA DE TABELAS

<i>TABELA 1 – Concluintes no Ensino Médio - 2005.</i>	31
<i>TABELA 2 – Índice de Gini – alguns países</i>	42
<i>TABELA 3 - População e média de renda por estrato, Brasil, 2007.</i>	42
<i>TABELA 4 – Grupos Socioeconômicos (GSE) - Frequência</i>	77
<i>TABELA 5 – Posição profissional do pai - Frequência</i>	79
<i>TABELA 6 – Trajetória escolar - Frequência</i>	80
<i>TABELA 7 – Renda familiar - Frequência</i>	82
<i>TABELA – 8</i>	88
<i>TABELA – 9</i>	89
<i>TABELA – 10</i>	89
<i>TABELA – 11</i>	90
<i>TABELA – 12</i>	93
<i>TABELA – 13</i>	93
<i>TABELA – 14</i>	96
<i>TABELA – 15</i>	97
<i>TABELA – 16</i>	100
<i>TABELA – 17</i>	100
<i>TABELA – 18</i>	101
<i>TABELA – 19</i>	101
<i>TABELA – 20</i>	106
<i>TABELA – 21</i>	106
<i>TABELA – 22</i>	109
<i>TABELA – 23</i>	109
<i>TABELA – 24</i>	110
<i>TABELA – 25</i>	111
<i>TABELA – 26</i>	115
<i>TABELA – 27</i>	116
<i>TABELA – 28</i>	118
<i>TABELA – 29</i>	119

<i>TABELA – 30</i>	119
<i>TABELA – 31</i>	120
<i>TABELA – 32</i>	124
<i>TABELA – 33</i>	125
<i>TABELA – 34</i>	127
<i>TABELA – 35</i>	127
<i>TABELA 36 – Reconhecimento da desigualdade como problema</i>	131
<i>TABELA 37 – Posicionamento progressista...</i>	134
<i>TABELA 38 – Posicionamento conservador...</i>	136

LISTA DE QUADROS

<i>QUADRO 1 – Nível educacional dos pais (5% e 2%): _____</i>	66
<i>QUADRO 2 – Posição Profissional dos pais* (10%, 7%, 2%): _____</i>	66
<i>QUADRO 3 – Em caso de uma das respostas anteriores, quanto ao nível da empresa (10%, 5%, 2%): _____</i>	66
<i>QUADRO 4 – Para a condição de trabalho do jovem (1%): _____</i>	66
<i>QUADRO 5 – Gasto mensal declarado _____</i>	66
<i>QUADRO 6 – Para os estudantes que trabalham (entre 2% e 10%): _____</i>	66
<i>QUADRO 7 – Tipo de escola (-10%, 5%): _____</i>	66
<i>QUADRO 8 – Frequentou curso pré-vestibular (-5%, 2%): _____</i>	67
<i>QUADRO 9 – Tipo de cursinho frequentado (1%, 3%, 5%): _____</i>	67
<i>QUADRO 10 – Condição residencial (5%, 10%): _____</i>	67
<i>QUADRO 11 – Forma de obtenção da residência (quando própria) (entre 3% e 7%): ____</i>	67
<i>QUADRO 12 – Se a família possui residência no campo ou na praia* (5%, 10%): ____</i>	67
<i>QUADRO 13 – Carro familiar* (2%, 20%): _____</i>	67
<i>QUADRO 14 – Renda familiar mensal (Entre -20%, 100%): _____</i>	67
<i>QUADRO 15 – Valores extremos que o índice pode assumir*: _____</i>	68
<i>QUADRO 16 – Reconhecimento da desigualdade como problema social. _____</i>	130
<i>QUADRO 17 – Posicionamento progressista em relação ao fenômeno. _____</i>	134
<i>QUADRO 18 – Posicionamento conservador em relação ao fenômeno. _____</i>	136

LISTA DE SIGLAS

- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GR** – Grau Relacional
- GSE** – Grupo Sócio-Econômico
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IE** – Índice de Estratificação
- IES** – Instituição de Ensino Superior
- INEP** – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDBN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- ONG** – Organização Não Governamental
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- POF** – Pesquisa de Orçamentos Familiares
- PPGS** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
- RS** – Estado do Rio Grande do Sul
- SIS** – Síntese dos Indicadores Sociais
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO	18
2.1 Estratificação social e análise das classes sociais ricas	18
2.1.1 Contribuição dos clássicos	18
2.2 Sociologia do Conhecimento	22
2.2.1 Aspectos gerais da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim	22
2.2.2 Conhecimento socialmente determinado e as percepções sociais	23
2.2.3 Estrutura social e percepção sobre a desigualdade	25
2.3 Estudos acerca do objeto de pesquisa	27
2.3.1 Socialização: constituindo-se e sendo constituído como ser social.	27
2.3.2 Escola – iniciação à vida institucional: um espaço de formação social do jovem.	30
2.3.3 Juventude: para uma caracterização do público da pesquisa	32
2.3.4 Estudos recentes sobre a sociedade brasileira	39
2.3.5 Intensidade da desigualdade como particularidade nacional	41
2.3.6 Estudos sobre as Classes Sociais Ricas e a desigualdade socioeconômica	43
2.3.7 Uma definição operacional	46
2.4 Síntese do capítulo	48
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 As barreiras na pesquisa social com ricos.	54
3.2 Caminho alternativo e a mudança de rota	55
3.3 A coleta dos dados: particularidades do campo.	58
3.4 A construção do questionário: entre uma utopia e as ideologias	59
3.5 Aproveitamento do questionário	61
3.6 Indicativos metodológicos para a análise	61
3.7 O banco de dados e o método de estratificação cruzada	62
3.8 A construção do índice de estratificação	64
3.8.1 Os valores atribuídos	65
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS	73
4.1 Caracterização socioeconômica da população pesquisada	73

4.2 A formação dos grupos socioeconômicos, da origem social, da trajetória escolar e da renda familiar _____	76
4.2.1 Grupos-Socioeconômicos _____	76
4.2.2 Origem Familiar _____	77
4.2.3 Trajetória Escolar _____	79
4.2.4 Renda Familiar _____	81
4.3 A percepção das desigualdades socioeconômicas – um exercício de estratificação cruzada _____	82
4.3.1 Grupos Socioeconômicos _____	83
4.3.2 Origem Social _____	99
4.3.3 Trajetória Escolar _____	108
4.3.4 Renda familiar _____	117
5. GRAU RELACIONAL: INSTRUMENTO DE ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES. __	126
5.1 Reconhecimento da desigualdade como problema social grave _____	130
5.2 Duas possibilidades de posicionamento imediato _____	132
5.2.1 Posicionamento progressista em relação à equalização da questão _____	133
5.2.2 Posicionamento conservador em relação à equalização da questão ____	135
5.2.3 Considerações a partir da Estratificação Cruzada _____	137
6. CONCLUSÕES _____	140
7. REFERÊNCIAS _____	146
APÊNDICE 1 _____	151
APÊNDICE 2 _____	157
ANEXO 1 _____	164

1. APRESENTAÇÃO

A desigualdade socioeconômica é reconhecida e divulgada por muitos organismos internacionais como um dos maiores entraves à promoção plena da democracia, à redução da pobreza e ao desenvolvimento sustentável no país. Esse problema vem sendo abordado sistematicamente por meio do rádio, televisão, jornais, revistas, internet e até mesmo pela educação escolar. É incontornável o reconhecimento da sua concretude e o debate sobre as alternativas de resolução.

Essa necessidade está presente até mesmo no discurso de grupos defensores do capitalismo, obrigados a reconhecer que o sistema é produtor e reproduzidor de desigualdades, e que em poucos países do mundo se produziu tamanha disparidade no acesso à riqueza social como no Brasil. A situação de desigualdade extrema, concretizada ao longo da história brasileira, é indesejável do ponto de vista da ordem democrática, por exacerbar relações de dominação e dependência entre classes e inviabilizar o desenvolvimento econômico em condições de justiça social.

O ideal de igualdade nem mesmo precisaria efetivar-se inteiramente para que as relações se tornassem mais simétricas no país. Uma situação mais equilibrada, com alicerce em políticas universais estruturantes tais como sistemas públicos eficientes de educação, saúde, habitação, entre outros, teria amplas possibilidades de promover a autonomização de parcelas historicamente marginalizadas e segregadas dos benefícios da modernização no país. Politicamente, isso representa possibilidades reais tanto de combate a relações corruptas quanto de desenvolvimento democrático.

O movimento em direção à igualdade é plenamente desejável, mesmo que as possibilidades de construção demande algumas gerações. Como fio condutor de um processo de desenvolvimento social torna-se urgente, frente à presente situação no Brasil, produtora de relações abertamente assimétricas.

O debate centrado na desigualdade situa esse fenômeno em oposição à igualdade entre os sujeitos e grupos sociais. Partindo-se da condição natural de igualdade, situam-se as iniquidades em torno do acesso aos recursos sociais. A produção dessas diferenças

define a condição de desigualdade social. Por que um indivíduo ou grupo concentra mais recursos do que outros é uma das questões posta aos pesquisadores da temática.

No mesmo enfoque, situam-se as formas de reprodução desse fenômeno em função do conteúdo herdado das gerações anteriores. A pesquisa sobre o mesmo é, portanto, sempre relacional e histórica. Muitas pesquisas situam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo (CATTANI, 2007; MEDEIROS, 2005; SCALON, 2004). O critério central de estratificação das populações nesses trabalhos é a renda. Conforme o mesmo, pode-se afirmar que a desigualdade socioeconômica no Brasil é muito elevada e tem relação direta com o acesso acentuadamente desigual aos recursos econômicos existentes na sociedade: renda, capital, salário e bens.

O tema envolve dimensões além da econômica. Podemos citar como exemplos as desigualdades relacionadas ao gênero, às gerações, às etnias, entre outras. Mas, neste trabalho o foco está nas percepções sobre as desigualdades socioeconômicas. As percepções, por sua vez, são entendidas como modos de pensar e comportar-se frente ao fenômeno em questão.

A pesquisa foi realizada junto a jovens universitários de Porto Alegre, RS, no segundo semestre de 2007. Esses jovens cursavam os primeiros semestres de cursos com alta relação candidatos/vaga na principal instituição pública de ensino superior da cidade². Esses jovens encontram-se numa situação privilegiada para ingressarem numa profissão qualificada, bem remunerada e que garante elevado *status* social.

² “A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, é uma instituição centenária, reconhecida nacional e internacionalmente. Ministra cursos em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação” (UFRGS, Apresentação – disponível no sítio – www.ufrgs.br). Ao todo são 73 cursos de graduação nas modalidades presenciais e à distância, que concentram 26.920 estudantes.

Além do ensino de graduação, a UFRGS é destaque nacional na pós-graduação. Os 68 cursos de mestrado, 9 de mestrado profissionalizante e 62 de doutorado concentram 8.415 estudantes de pós-graduação *scritu sensu*, que se somam aos 4.447 estudantes nas pós-graduações *latu sensu*, num total de 12.862 estudantes nesse nível de ensino.

Entre os 66 programas de pós-graduação da UFRGS avaliados pela CAPES no ano de 2007, 86% obtiveram conceito igual ou superior a 5. Esses dados contribuem para situar a posição dessa Universidade como a mais importante e qualificada Instituição de Ensino Superior do sul do Brasil e uma das cinco melhores do país
Fonte: Site da Universidade: www.ufrgs.br, acesso em setembro de 2008.

Nessa fase da vida, os jovens ainda não apresentam seu modo de pensar vinculados exclusivamente aos condicionamentos profissionais e políticos específicos. Mas, progressivamente, tendem a solidificar um modo delimitado de se posicionar frente à realidade social. Os condicionamentos sociais, familiares e escolares, presentes até então, interferiram na formação das opiniões sobre o tema da pesquisa. Além desses fatores, soma-se a partir de então a experiência universitária. O impacto dessa nova etapa socializadora será relevante na constituição do comportamento frente aos conflitos sociais.

A problematização da desigualdade socioeconômica junto a esses jovens conduziu à elaboração de uma primeira hipótese: a identificação do fenômeno como um problema não é consensual e nem se apresenta homogeneamente na sociedade. A segunda hipótese, aponta para a correlação negativa entre [a] reconhecimento da desigualdade como problema e o posicionamento em relação às propostas para solucioná-lo e, [b] a riqueza. Uma terceira, indica uma maior naturalização da situação de desigualdade social em grupos sociais enriquecidos. Essas três hipóteses foram confrontadas a quatro variáveis captadas empiricamente: a posição profissional do pai, indicador da origem social; o tipo de escola frequentada, indicativo de processos socializadores infanto-juvenis distintos; a renda familiar declarada, indicador da riqueza monetária disponibilizada na família; e, por último, a posição relativa de riqueza social, captada pelo Índice de Estratificação composto.

Para dar conta da problemática da pesquisa e qualificar as hipóteses, fez-se necessário cumprir algumas etapas. Foram elas: reconstituir a origem familiar dos jovens pesquisados, a estruturação econômica cultural e profissional de suas famílias, a trajetória escolar, o acesso a bens e a percepção geral desses jovens sobre a questão central da pesquisa. Esse procedimento, somado à correlação entre os fatores chave do processo de socialização, possibilitou problematizar, testar e qualificar as hipóteses do trabalho.

Para captar as percepções dos jovens universitários a partir do seu posicionamento ante essas questões, confrontaram-se suas opiniões a dois grupos diferenciados de ações sociais. O primeiro formado por políticas redistributivas ou afirmativas. O segundo pelas soluções de crescimento econômico e ação de grupos empresariais.

Questionou-se o grupo de jovens universitários se o fenômeno da desigualdade era reconhecido e, problematizou-se o seu posicionamento em relação às possibilidades de

transformação equalizadora, ou, de manutenção da situação estabelecida. Esses estudantes foram estratificados de quatro modos diferentes, de maneira a distingui-los entre si por critérios que envolvem aspectos peculiares do processo de socialização e de acesso à renda e à riqueza social. Esse exercício também visou destacar, no grupo, os indivíduos oriundos das classes sociais ricas.

A constituição do instrumento de pesquisa e do modelo analítico foi ancorada nas discussões sobre a magnitude da desigualdade socioeconômica nacional, cujo impacto é difícil de ser dimensionado por modelos heurísticos estrangeiros; nos esquemas de estratificação social composto e mono-causais, e na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim.

A pesquisa busca inovar em dois pontos específicos, sendo o primeiro a construção de um Índice de Estratificação composto, que permitiu agregar mais de uma dezena de variáveis socioeconômicas com o objetivo de hierarquizar esquematicamente a população pesquisada. Desse indicador surgiu uma das quatro dimensões a partir das quais os estudantes foram estratificados. O segundo, a proposição de um método de estratificação cruzada, que possibilitou a análise das percepções sobre o fenômeno social em questão, a partir dos quatro modelos de diferenciação. Através desse procedimento verificaram-se os fatores selecionados que mais influenciaram a percepção dos estudantes.

Esse caminho convergiu para destacar as diferenças no reconhecimento da desigualdade socioeconômica como um problema social estruturante das relações sociais do país e no posicionamento dos jovens em relação ao fenômeno. A estratificação cruzada permitiu apontar quais variáveis apresentaram, em relação às demais, as correlações positivas e negativas em cada categoria. Este procedimento relacional acentuou as particularidades dos fenômenos correlacionados, permitindo a distinção entre os grupos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO

Um pressuposto básico do estudo é o de que os fenômenos sociais se constituíram como tais a partir de processos históricos que envolveram múltiplas dimensões, tensões e conflitos entre grupos e classes sociais ora em conflito, ora em cooperação. Esses processos resultaram num longo e, não necessariamente, coerente acúmulo de conhecimento por parte dos indivíduos e grupos sociais, geração após geração.

Atualmente, observa-se a defesa pública de princípios igualitários tendo como modelo de desenvolvimento um grupo de sociedades capitalistas centrais. Ao mesmo tempo, parece não haver correspondência entre esses ideais e as práticas efetivas. Essa incoerência pode ser explicada pela defesa intransigente do *status quo*. Essa aparente disjunção entre a percepção dos problemas e a refutação de medidas capazes de solucioná-los tem como possibilidade explicativa a origem social do sujeito e as particularidades no processo de socialização. Esses fatores favorecem a vinculação a determinados grupos sociais específicos.

2.1 Estratificação social e análise das classes sociais ricas

Essa sessão busca reconstituir elementos da teoria das classes sociais que dialoguem com a perspectiva da Sociologia do Conhecimento adotada para a análise. Para isso discutem-se sintética e objetivamente algumas referências clássicas.

2.1.1 Contribuição dos clássicos

Para Marx, toda formação histórica teve uma classe social dominante controlando o poder econômico, político e ideológico, buscando legitimar o ordenamento social hierarquizado. Em oposição a ela, outras classes questionaram as relações de dominação e subordinação buscando construir formas de organização social democráticas. Em conflitos

abertos ou velados entre as classes componentes das sociedades definiram-se, ao longo da história, as formas e conteúdos específicos que caracterizaram os objetos em disputa em cada período histórico. Conforme o autor, há o predomínio da questão econômica sobre as outras na determinação das classes e dos conflitos sociais. Dependendo da conjuntura histórica particular em que se encontra uma sociedade, essa prioridade da economia pode ser minimizada pela articulação político-ideológica dos grupos em conflito (MARX, 1978).

Há muitas divergências em torno de uma teoria marxiana das classes sociais³. Argumenta-se que sua exposição definitiva sobre o tema estaria em formulação quando o autor faleceu, e por isso falar de uma noção abrangente e finalizada não seria possível. Os que se arriscam a definir classe social a partir do referencial marxiano, o fazem com base em novos contextos e objetivando entendimentos sobre uma realidade que, inevitavelmente, mudou.

Os críticos do autor apontam para um esquema simplificado que não corresponde às suas análises históricas mais profundas. Nesse, a sociedade é dividida em capitalistas proprietários dos meios de produção e trabalhadores vendedores da força de trabalho, mas a sociedade não é apenas isso: há classes médias e grupos que não se ligam diretamente a um nem ao outro pólo de produção material. Despreza-se o objetivo de Marx, que era penetrar nas conjunturas particulares a fim de entendê-las em suas situações específicas. Obras históricas, como o “Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 1978), permitem verificar que o autor não se limitava a esse reducionismo. Se o esquema abstrato serve para alguma coisa, é para conduzir novas pesquisas a fim de desvelar particularidades históricas existentes em realidades diferenciadas, como preconizado por Eder Sader (1988).

De acordo com o primado da economia, apontado por Lukács (1979), Löwy (1998), e tantos outros teóricos marxistas, o que Marx faz é chamar a atenção – através da abstração – para o fato de existirem classes sociais em relação de antagonismo, com interesses diversos, ligados a realidades político-econômicas particulares em relação à reprodução social, e unidas através de uma totalidade complexa. Descontextualizar a explicação dessas relações é o primeiro passo para se incorrer em erros de análise.

³ Quando o texto está diretamente referenciado a obra de Marx, diz-se marxiano. Quando se refere a apropriações do autor por outros, para análises posteriores, denomina-se marxista.

A estratificação social para Max Weber é definida por um conceito básico e por uma teorização. O conceito de *Grupo Social* indica que interesses específicos são centrais para a delimitação de grupos. A classificação por um determinado critério arbitrário só formaria grupos sociais na medida em que seus interesses convergissem para uma finalidade específica (WEBER, 1982).

Em *Classe, Estamento e Partido*, Weber concebe a estratificação de uma sociedade a partir de três critérios: o *econômico*, delimitador de classes sociais e da distribuição de posições frente ao mercado; o *político*, que determina os partidos e a disputa pelo poder, e os grupos de status, que partilham o *prestígio social* e formam os estamentos. Dessa forma, a pluralidade social revela-se através do modelo de estratificação proposto (WEBER, 1974).

A idéia de uma classe dominante multifacetada, portadora e mediadora de interesses econômicos, políticos e ideológicos, em alguns casos até conflitivos entre si, ganha um novo sentido. Apropriando-se criticamente da realidade econômico-social do final do século XIX e início do século XX, o autor desenvolve reflexões teórico-epistemológicas distintas das de Marx (COHN, 1979).

Max Weber utiliza-se do conceito de *Situação de Classe* para entender o comportamento individual, de acordo com uma série de fatores razoavelmente objetiváveis de uma determinada posição sócio-econômica ocupada pelo indivíduo (WEBER, 2000). Neste caso, a posição em relação aos meios de produção e reprodução econômica, embora não deixando de ser importante, não tem a centralidade que possui na teoria marxiana.

A emergência de problemáticas distanciadas das questões econômicas imediatas tais como os processos políticos, as questões religiosas, as rivalidades culturais e nacionais revelam o peso e a influência dos grupos políticos na condução da vida pública alemã da época. A forma como Weber se posicionava frente a essa realidade fez com que minimizasse o peso da questão econômica para explicar a hierarquia social.

Neste trabalho, apesar de realizar a diferenciação por posições sociais, estas são mais próximas a uma estratificação em função de diferenças pelo acesso à riqueza social do que por status ou posição política, portanto, em relação à classe social. Os outros fatores de

estratificação do modelo de Weber, *status*, *partido*, são minimizados na análise e nas propostas de estratificação.

O modelo durkheimiano de estratificação surge de uma discussão distinta da marxiana e da weberiana. A sistematização do autor é originada da discussão e revisão das teses positivistas do século XIX (RODRIGUES, 1981). A longa discussão metodológica, teórica e epistemológica realizada pelo autor em diversas obras buscava sustentar uma ciência social capaz de definir leis de explicação válidas para todos os objetos passíveis de serem analisados cientificamente (DURKHEIM, 1977; 1978a).

O modo de estratificação da sociedade francesa analisado pelo autor na passagem do século XIX para o XX é resultado da reconstituição de uma organização social estruturada. Essa se apresentava em processo de diferenciação resultante da emergência de profissões especializadas interligadas entre si, de modo a consolidar agrupamentos de uma organização social ampla, hierarquizada, mas de relações potencial e necessariamente solidárias. Essa estruturação revelava a funcionalidade desse organismo social constituído.

Conforme a explicação do autor, níveis moderados de desigualdade derivam da especialização da atividade realizada, o que demanda um determinado investimento por parte da sociedade e do indivíduo. Quanto mais específico e complexo o trabalho, maior é o investimento necessário para que ele seja aprendido e executado. A estrutura social é sustentada pela consonância e reciprocidade equilibrada entre as atividades – solidariedade orgânica. Esse fenômeno garante um padrão de desenvolvimento social que beneficia o conjunto da população, e não apenas grupos específicos. Embora justificada, a desigualdade não poderia ser muito profunda a ponto de comprometer os níveis desejados de solidariedade social.

Pelo modelo durkheimiano, a estratificação da sociedade se dá em relação às profissões existentes e em processo de diferenciação. Por isso, ela é dinâmica. As novas profissões tendem a ser mais valorizadas do que as outras, num primeiro momento, por sua raridade no mercado. À medida que o grupo desses profissionais torna-se suficientemente volumoso, o valor das remunerações tende a declinar, restabelecendo as condições de igualdade entre profissões. Mas, como a sociedade tende a uma progressiva diferenciação,

as novas profissões estão em constante emergência, criando e recriando as desigualdades entre os grupos profissionais.

Além desse fator “normal” da dinâmica de mercado entre profissões, devem-se levar em conta outros fatores, menos trabalhados pelo autor, que são os conflitos políticos entre grupos profissionais que possibilitam a determinados agrupamentos manterem-se em condições positivas no mercado profissional. Mas, tal abordagem está muito mais próxima das análises marxiana e weberiana do que da presente em Durkheim.

2.2 Sociologia do Conhecimento

Neste trabalho a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim adquire predominância teórica, por isso é importante destacar algumas questões gerais que permitem entender a proposta do autor.

2.2.1 Aspectos gerais da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim

Em *Ideologia e Utopia*, Karl Mannheim se propõe a analisar a questão marxiana da relação existente entre infra-estrutura e superestrutura numa dimensão específica: os modos de conhecimento existentes em sociedades de classe. Para isso, investiga o quanto os modos de pensar correspondem a classes sociais diferentes que se apresentam na sociedade e organizam o debate social e político de uma época.

O mapeamento de algumas questões centrais da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, começa com a premissa que vincula o conhecimento à realidade social. Nesse ponto o autor é devedor dos autores acima mencionados, Karl Marx e Max Weber, apontados pelo mesmo como fundamentais para as suas formulações. E, mais tarde ele próprio torna-se referência para autores como Alain Touraine e Pierre Bourdieu.

A Sociologia do Conhecimento tem como pano de fundo uma teoria das classes sociais e possibilita a análise relacional das percepções e da constituição dos grupos sociais.

Alguns processos ligados às particularidades dos grupos e classes sociais aos quais pertencem os indivíduos exigem especificações sobre a sua trajetória e sobre o modo de reprodução sócio-familiar vivido.

De acordo com essa teoria, a percepção sobre qualquer fenômeno social deve ser diferenciada em função dos grupos ou classes sociais aos quais os sujeitos estão diretamente ligados. Esse fato é notável quando se avaliam os temas recorrentes da sociedade brasileira e constata-se a impossibilidade de atingir um consenso político sobre temas estruturais. Certamente, o modo como é realizada a mediação desses processos contribui para emperrar a construção de acordos sociais mais amplos. Mas, além disso, há inúmeros interesses em questão. Esses vão muito além das miudezas e envolvem dinheiro, poder e prestígio de grupos consolidados – que apóiam as regras do jogo vigente, situados por Mannheim como liberais –; em consolidação – que questionam as regras em favor de mudanças que possibilitem grupos cada vez mais diversificados participarem das disputas, categorizados como progressistas –; ou em enfraquecimento – buscam a retomada de antigos padrões de disputa que os favoreceram em épocas passadas, mas que não determinam mais as regras do jogo, apontados como conservadores. A complexidade de tal situação ultrapassa a disputa política e atinge dimensões diversas, tais como econômicas e ideológicas. Nessa intrincada trama de interesses e ações, situar os sujeitos e grupos sociais nem sempre é uma tarefa simples.

2.2.2 Conhecimento socialmente determinado e as percepções sociais

A tese básica da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim é de que existem modos de pensar e perceber a realidade social que “*não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais*” (MANNHEIM, 1976, p.30). Isso significa que há um condicionamento social do conhecimento produzido e difundido. Esse conhecimento está ligado a disputas políticas concernentes a um determinado contexto histórico, liga-se a interesses diversos e modos de construir-se alternativas possíveis numa determinada época. Ao formular sua tese, Mannheim está

preocupado em compreender “*como o pensamento funciona na vida pública e na política como instrumento de ação coletiva*” (MANNHEIM, 1976, p.29).

Um trabalho desenvolvido na perspectiva da Sociologia do Conhecimento depende de uma adequada teoria das classes sociais, que permita diferenciar os modos de pensar de acordo com os processos histórico-sociais em curso e com as classes e frações de classe posicionadas em relação aos conflitos abertos na sociedade.

A democratização de um assunto qualquer é constatada quando ele ultrapassa os grupos imediatamente interessados na sua resolução, para outros, que não têm ligação com ele. Por exemplo, num contexto de desigualdade extrema como a distribuição de terras no Brasil, não é de se surpreender que movimentos sociais que reivindicam a partilha desse bem consigam, através de um processo político de democratização do assunto, apoio de diversos grupos sociais sem qualquer ligação direta com a agricultura. Dentro da mesma temática, mas em oposição, também não surpreende que proprietários rurais se organizem contrariamente a um processo de reforma agrária.

Isso encaminha para dois pontos metodológicos da proposta mannheimiana: (1) “*A Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado*” (MANNHEIM, 1976, p.31).

E (2) o método da Sociologia do Conhecimento não separa os modos de pensamento concretamente existente do contexto de ação coletiva por meio do qual descobrimos inicialmente o mundo. “*Homens [e mulheres] vivendo em grupo (...) agem com ou contra os outros, em grupos diversamente organizados, e, enquanto agem, pensam com ou contra os outros*” (MANNHEIM, 1976, p.31-2).

Essas pessoas reunidas em grupo se empenham em transformar a realidade natural e social, ou em conservá-la.

A direção dessa vontade da atividade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio orientador para a emergência de seus problemas, seus conceitos e suas formas de pensamento. De acordo com o contexto particular da atividade coletiva de que participam, os homens tendem sempre a ver diferentemente o mundo que os circunda (MANNHEIM, 1976, p.32).

O fato de não nos concentrarmos sobre uma realidade objetiva no que concerne às decisões políticas ocorre porque não existe possibilidade, dentro de uma sociedade desigual e democrática, “*de elaboração contínua e direta de conceitos relativos a coisas e situações frente a uma multiplicidade de definições divergentes*” (MANNHEIM, 1976, p.34). No caso problematizado nesse trabalho, por exemplo, o que é desigualdade para um liberal, para um conservador ou para um progressista? É a mesma coisa para todos eles? Provavelmente, cada um terá uma definição diferente. Que tipo de argumentação é utilizado por cada um para justificar e sustentar suas posições sobre o tema? Possivelmente todos tenham razoáveis argumentos, concorde-se ou não com eles. Isso não significa que devemos relativizar ao extremo as decisões baseadas em cada definição, e sim que, independentemente do caminho escolhido e adotado, essa será uma decisão política.

Mannheim reconstitui as origens modernas dos pontos de vista epistemológico, psicológico e sociológico e reafirma a importância deste último quando elimina a ficção de “*desligamento do indivíduo do grupo, dentro de cuja matriz o indivíduo pensa e tem experiências*” (MANNHEIM, 1976, p.55). O autor sentencia: “*conhecer é fundamentalmente um conhecer coletivo*” (MANNHEIM, 1976, p.58). Quando se faz tal afirmação corrobora-se a idéia de que as percepções destes jovens sobre algumas questões sociais, sobre a desigualdade nacional e formas de solucioná-la estão vinculadas ao processo de socialização particular para cada indivíduo, mas coletivo em relação a uma série de estímulos comuns à vida deles.

2.2.3 Estrutura social e percepção sobre a desigualdade

Os estudos sobre a estruturação da sociedade brasileira apontam a intensidade da desigualdade existente no país como marca característica e diferenciadora da nação. Nesta seção relaciona-se a análise teórica da Sociologia do Conhecimento com a de estratificação socioeconômica. Este procedimento permite diferenciar os modos de perceber e posicionar-se em relação ao fenômeno da desigualdade socioeconômica.

Pode-se afirmar que a forma como a desigualdade apresenta-se no país está correlacionada à dinâmica político-econômica que se estabelece entre os diversos grupos

sociais, constituindo e condicionando o comportamento da população como um todo. Uma perspectiva analítica materialista explica os comportamentos e percepções sociais a partir da prioridade ontológica dos fenômenos econômicos e políticos frente aos ideológico-culturais.

Embora a relação entre estrutura material e percepção sobre a realidade não seja determinista, e sim condicional, as alternativas criadas e percebidas pelos grupos estão em sintonia com as condições materiais concretas numa dada realidade. Desse modo, a origem e a posição social tendem a influenciar o modo como um sujeito percebe a realidade. Mesmo assim, esta forma de conceber o mundo pode ser atravessada por uma série ilimitada de fatores que alteram, individualmente, o modo de pensar.

A percepção sobre a existência e intensidade da desigualdade é uma questão que poderia ser considerada óbvia no caso brasileiro. Já foram discutidos estudos realizados desde a década de 1930 sobre o fenômeno e ainda seria possível citar outra série de reportagens e relatórios recentes, mais acessíveis ao público em geral, que colocam o Brasil no grupo dos países mais desiguais do mundo.

Na pesquisa, a percepção sobre a desigualdade socioeconômica foi captada através do posicionamento individual frente às ações sociais que indicavam o reforço ou a crítica à situação presente. Entre os ideais que inspiraram uma utopia igualitarista estão tradições político-ideológicas constituintes de transformações sociais na Europa Ocidental e em outros países centrais. Além desses, estiveram presentes as reivindicações e formas de ações dos movimentos sociais e grupos políticos brasileiros. Esses tinham como referência uma melhor distribuição da riqueza social entre os diversos grupos sociais do país. Muitos deles estiveram orientados por uma perspectiva abrangente, a grande maioria, no entanto, buscava apenas uma melhor distribuição de recursos por meio de ganhos materiais.

Essas utopias inspiradoras ocupam importante espaço na vida política do país, apesar de não se concretizarem na prática, tal como fenômeno semelhante analisado por Roberto Schwarz (2000), que indica que o conhecimento e a admiração pelas idéias modernas e iluministas não significou, necessariamente, práticas correspondentes. Ao demonstrar a existência, no século XIX, do princípio de liberdade e igualdade convivendo lado a lado com o escravismo, o autor define uma situação na qual as idéias estariam fora

do lugar. No caso atual, uma pesquisa sobre a percepção da desigualdade permite verificar até que ponto existe o entendimento da desigualdade como uma questão estruturante da vida nacional.

2.3 Estudos acerca do objeto de pesquisa

2.3.1 Socialização: constituindo-se e sendo constituído como ser social.

A categoria *socialização* é fundamental para uma proposta de pesquisa com jovens. Para este trabalho, ela é construída a partir de Émile Durkheim, Pierre Bourdieu e György Lukács, sem pretensão sintetizadora entre perspectivas tão distintas. De modo pontual e complementar, aproveita-se a diferenciação realizada por Peter Berger e Thomas Luckmann entre socialização primária e secundária.

Nos autores destacados, essa categoria pressupõe uma trajetória sócio-individual particular ao indivíduo. Mas, apresenta coincidências com a de sujeitos oriundos de famílias com posições políticas e econômicas próximas. O estudo de trajetórias individuais possibilita, em épocas de relativa estabilidade política, a compreensão da estrutura social, dos modos de organização e de legitimação desta sociedade

Entende-se por trajetória, o processo individual, reconstituído empiricamente pelo pesquisador a partir de alguns elementos da vida dos sujeitos da pesquisa que, quando analisado juntamente com os caminhos de vida de outros indivíduos, permitem a construção heurística de modos de vida coletivamente compartilhados que produzem modos de agir, perceber e se portar socialmente aproximados segundo características sociais particulares de grupos e/ou classes sociais⁴.

A constituição do ser social – ser socializado – resulta dessa trajetória, caracterizada por um longo processo educativo. Esse ser social que sofre desde o início da sua vida as influências das gerações anteriores torna-se apto à vida na forma específica da sociedade na

⁴Essa definição está de acordo com as proposições de BOURDIEU, 2004.

qual é educado (DURKHEIM, 1978b). Dessa forma, é condicionado socialmente, mas tem, a partir da sua formação, potencialidade criativa e transformadora.

A definição durkhemiana de educação tem íntima relação com a de socialização em Bourdieu (BOURDIEU; PASERON, 1982; BOURDIEU, 1998, 2004). Para esses autores, o processo de socialização consiste numa incorporação individual do mundo exterior previamente estruturado que cerca o agente social. A partir da apreensão das estruturas sociais pelo agente, este se constitui em conformidade com um modo de ser, próprio do grupo social do qual faz parte.

A estrutura social atua sobre os agentes, estruturando um modo de agir e perceber a realidade a sua volta. Os agentes, por sua vez, na sua prática social agem reproduzindo e reconstituindo sobre novas bases o mundo social. Desse processo, consolida-se um *habitus*, um modo de ser incorporado, em conformidade com as situações sociais herdadas e vívidas.

Jovens oriundos de grupos e/ou classes sociais populares tendem a ter um *habitus* semelhante a outros indivíduos do mesmo grupo social de origem, enquanto jovens oriundos de classes altas tendem a adquirir nesse processo de socialização outros padrões de comportamento e pensamento. Isso ocorre em função de processos socializadores diferenciados aos quais grupos sociais diferentes são submetidos.

Essa definição se aproxima da concepção de Ser Social, de Lukács (1979). Na reconstituição dos fundamentos da obra de Marx, o autor analisa a formação social do indivíduo. Este se constitui como sujeito marcado pelo vínculo entre a realidade imediata, a percepção e a representação.

Para Lukács, existe uma prioridade ontológica da economia sobre as demais dimensões da vida social. O modo como as sociedades se organizam para produzir a vida material e reproduzir um padrão de relacionamento é condicionante da forma e do conteúdo adotados historicamente por grupos e classes sociais.

A diferença entre a proposta de Durkheim e Bourdieu para a de Lukács é que, para aqueles, a prioridade da produção e reprodução econômica não é uma necessidade histórica. Outras dimensões da vida social podem, esporadicamente, ser mais importantes na definição das relações sociais.

No entanto, para além do primado da economia, as complexas inter-relações entre fatores econômicos e extra-econômicos abrem, ininterruptamente, alternativas à ação social dos sujeitos históricos. As alternativas históricas não têm seus resultados pré-determinados por formações econômicas específicas, apesar de serem condicionadas por elas. A complexidade das ações e relações humanas abre possibilidades de inovação e transformação contínua. Desse modo, Lukács aponta para a dialética intrínseca a esses processos socializadores (LUKÁCS, 1979).

Não será discutida a contribuição geral de Berger & Luckmann no debate sobre socialização. Para esse trabalho, utilizam-se esses autores para diferenciar os dois momentos distintos pelo qual o ser social passa durante o processo de socialização.

Para os autores, o primeiro momento corresponde à socialização primária, marcada pela intensa influência exercida pela família sobre a criança, durante o período inicial da vida. Em oposição à densidade das influências da primeira fase da vida, a socialização secundária é fragmentada pelas diversas experiências institucionais às quais os sujeitos são envolvidos e submetidos. Esta é definida como “*a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instituições*” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p.184).

A diferenciação feita pelos autores indica um primeiro contato com o mundo marcado pelo aprendizado intenso da vida em sociedade seguido pela parcialidade dos processos subseqüentes.

A bibliografia geral sobre socialização aponta para uma dimensão constituinte da trajetória individual, a família, e um progressivo envolvimento multidimensional com instituições sociais diversas – escola, associações, igreja, sindicatos, partidos, grupos profissionais, etc. – que contribuem para uma progressiva e sistemática reconstrução sócio-individual daquele processo de contato com o mundo.

2.3.2 Escola – iniciação à vida institucional: um espaço de formação social do jovem.

A discussão teórica anterior (Durkheim, Bourdieu, Lukács, Berger; Luckmann), indica que o processo de socialização é marcado pela vivência em três submundos específicos e complementares: a família, a escola e a classe social. Esses se interpenetram se reforçam e se repelem, continuamente, muitas vezes em relações contraditórias.

A escola é entendida como instituição social básica de formação, assimilação e construção dos conhecimentos científicos disponíveis num dado momento do processo histórico. Mas, ela não é apenas uma instituição de formação intelectual, ela também auxilia a família no processo de formação *social* dos indivíduos constituindo-se como uma instituição socializadora. E como tal, ela ajuda a consolidar conhecimentos necessários à vida em sociedade, os valores sociais, as regras de convívio que são inicialmente apreendidas no convívio familiar (FRIGOTTO, 2004). É uma instituição que compõe a socialização secundária conforme Berger; Luckmann (1978).

A escola caracteriza-se como a primeira instituição extra-familiar e “extra-classe” com que a criança tem contato. A pluralidade ou homogeneidade desse ambiente gera impactos no modo como o jovem egresso percebe a realidade a sua volta. As urgências ou possibilidades familiares impactam o modo como as crianças e jovens encaram a escola e como os egressos dessas enfrentam os desafios pós-escolares. Numa realidade como a brasileira, a escola apresenta a marca da desigualdade no acesso e nas oportunidades abertas para as diferentes classes e grupos sociais (FRIGOTTO, 2004).

A aprovação num dos cursos mais concorridos da universidade indica que o período de escolarização básica foi bem aproveitado. Isso aponta a importância da instituição no processo de formação intelectual dos jovens até o momento de seu ingresso na universidade. São, no mínimo, 11 anos de convívio diário nesses espaços.

Por motivos históricos que não serão tratados nesse texto, o sistema educacional brasileiro estrutura-se de forma fracionada. Dividido entre um amplo sistema de escolas públicas, que aprova poucos estudantes nos cursos selecionados para a pesquisa, e um reduzido número de escolas privadas cujos egressos ocupam majoritariamente as vagas em

questão. Em Porto Alegre, particularmente, o número de escolas privadas, apesar de ser menor do que o de públicas, é grande em comparação à proporção do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil (ver Tabela 1).

TABELA 1 – Concluintes no Ensino Médio - 2005.

	Pública	%	Privada	%	Total
Brasil	1.556.545	83,7	302.070	16,3	1.858.615
Rio Grande do Sul	68.419	81,6	15.387	18,4	83.806
Porto Alegre	5.837	57,5	4.308	42,5	10.145

FONTE: MEC/INEP - www.inep.gov.br, acesso em 27/05/2008

O que vem sendo destacado por algumas pesquisas realizadas em importantes capitais estaduais é que existem escolas que direcionam seus esforços para atender os grupos ricos dessas cidades (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2002). Aproveitam-se do vazio qualitativo deixado pelo baixo ou mal-direcionado investimento público em educação e consolidam-se como instituições de excelência na educação básica, possibilitando aos seus clientes condições ideais para que seus filhos venham a ocupar as vagas nos cursos mais concorridos das melhores universidades.

Essas escolas oportunizam aos jovens que as freqüentam boas condições de aprendizado, contato com filhos de famílias próximas à sua, que, em geral, virão a ser amigos e a quem será possível recorrer no futuro. O tipo de segmentação que existe entre o sistema privado e o público conduz os seus egressos, ou para a universidade, ou para o mercado de trabalho (no caso recente de boa parcela da juventude brasileira, para o desemprego). A divisão entre escolas públicas e privadas é percebida nas listas de aprovação aos cursos concorridos das universidades. Em geral, dominados pelos egressos da rede privada. Poucos são os egressos das escolas públicas que conseguem passar no vestibular para as carreiras mais prestigiadas e que melhor remuneram seus profissionais.

O conhecimento sociológico sobre escolas em geral, seus padrões de ensino, currículos e valores difundidos é dividido em dois grupos. As escolas públicas são laboratórios para as mais diversas pesquisas sociológico-educacionais. As privadas se fecham a esse tipo de pesquisa, o que impede investigações abrangentes sobre sua realidade

interna. Sobre as instituições privadas, o que se sabe, com base nas poucas pesquisas realizadas nessas instituições, é que lá estudam os grupos ricos e muito ricos da população brasileira. Além desses, grandes contingentes dos grupos médios são acolhidos nessas instituições (SANTOS KIELING, 2005).

Nas instituições voltadas prioritariamente para a aprovação na universidade o currículo tem o formato idêntico à grade de conteúdos pedidos na universidade pública de referência da região. A competição pela matrícula de novos estudantes entre essas escolas está ligada ao percentual de egressos aprovados no vestibular. Há, porém, um indicativo de que muitos dos estudantes filhos dos grupos muito-ricos não têm o interesse em se destacar na escola a fim de ser aprovado na universidade (NOGUEIRA, 2004; 2002). Isso ocorre porque as famílias destes têm plenas condições de custear o ensino superior privado e também devido ao fato das posições profissionais a serem ocupadas por esses jovens estarem garantidas pelas relações sociais pré-estabelecidas. O bom posicionamento inicial não está condicionado ao bom aproveitamento escolar e universitário.

A socialização escolar junto à familiar constitui, conforme Bourdieu, o modo de reprodução social (BOURDIEU, 2004). A importância da escola nesse processo – especialmente nas sociedades atuais – está ligada à preparação para o futuro individual.

Além da formação profissional, o período em que o jovem passa na escola – junto ao grupo de colegas – constitui o primeiro e, possivelmente, mais marcante experimento social. É nessa fase que tem o primeiro contato com experiências de igualdade de condições entre indivíduos. Se na família ou com os professores a autoridade está – de antemão – definida, no grupo de colegas é que se constitui uma relação de igualdade de poder *a priori*. O impacto dessa vivência repercute na forma de perceber o mundo e de relacionar-se com outros sujeitos.

2.3.3 Juventude: para uma caracterização do público da pesquisa

A discussão sobre a categoria analítica *jovens* remete a amplos processos históricos que diferenciaram socialmente faixas etárias conforme papéis e posições sociais das

gerações historicamente situadas (cf. WEISHEIMER, 2006). A emergência dessa categoria remete ao processo de formação escolar dos filhos da burguesia e aristocracia européia nos séculos XVII e XVIII, que diferenciou um período de vida intermediário entre a infância e a vida do trabalho. Posteriormente, com a ampliação e concentração da produção e aplicação tecnológica nos processos de produção industrial, a universalização da educação fundamental e básica tornou-se um imperativo nas sociedades contemporâneas.

Com a ocupação de uma parte da vida para a formação e consolidação de bases de conhecimentos que possibilitassem uma boa inserção nos modernos mercados de trabalho, a categoria *juventude* tornou-se extensível a todas as classes sociais em vários contextos (WEISHEIMER, *op.cit*). Isso não significa, entretanto, uniformidade de experiência social, muito pelo contrário, a sociedade de classes impõe diferenciações substantivas a esta.

A universalização da formação escolar garante a legitimidade aos processos de hierarquização. Mas, a análise do sistema educacional brasileiro revela a fragilidade das justificativas para as desigualdades socioeconômicas pelas diferenciações educacionais. O acesso à escola atingiu todas as classes sociais apenas recentemente, durante a década de 1990 – e apenas para o ensino fundamental (NEVES, 2004).

A juventude é uma categoria social. Para fins de políticas públicas, situa-se uma faixa de idade que compreende os jovens entre os 15 e 29 anos. Sociologicamente, no entanto, essa delimitação pode variar conforme o grupo e/ou a classe social.

Entre a população pesquisada, por exemplo, podem-se citar exemplos de jovens com 24, 25 anos e adultos com 18, 19. Toma-se como referência o modo de inserção no trabalho, as responsabilidades perante uma família, a independência em relação aos pais, as responsabilidades assumidas, etc. e têm-se, para cada uma das variáveis, diferentes classificações. A definição segue o critério arbitrário do indicador escolhido.

O trabalho de um jovem com 25 anos, por um lado, pode significar independência dos pais para pagar as próprias festas, constituir uma poupança e aprender uma profissão desejada mantendo-se, ainda, uma relação de dependência familiar, que custeie as demais despesas. Por outro lado, o trabalho de um jovem de 18 anos pode significar independência, novas responsabilidades e a chance de progresso pessoal, já que da sua atividade dependeria o seu sustento e, às vezes, até da família no que diz respeito à alimentação,

residência, estudo e outras despesas, pois essas pré-condições não seriam satisfeitas pela família.

Essa reflexão conduz a discussão para outro modo de compreender a juventude. Além de um período específico da vida, concentrado numa determinada faixa etária e relacionada às possibilidades abertas por seu grupo de origem, a juventude também é caracterizada por ser uma fase de transição à vida adulta.

Essa definição é a que marca de forma mais profunda o senso comum sobre juventude. Poucos discordam da importância desse período como fase de maturação cognitiva, psico-social e profissional. A inserção autônoma e positiva dos sujeitos no mercado de trabalho tem íntima relação com as oportunidades e possibilidades que experimentam na juventude. Essa perspectiva focaliza a análise nas dimensões institucionais desse processo: *família, escola, trabalho e constituição do domicílio*. Desse modo, pode-se afirmar que esse período da vida caracteriza-se, também, pela progressiva vinculação dos jovens aos grupos sociais com os quais ele convive. Destaca-se, porém, o caráter não linear e, muitas vezes contraditório desse processo. (cf. SANTOS KIELING; WEISHEIMER, *no prelo*).

Juventude e gerações

As reflexões de Karl Mannheim (1982) sobre gerações são pertinentes para compreender as particularidades vivenciadas pelo grupo de jovens. Para o autor, uma geração é definida a partir da composição de três dimensões específicas: *situação de geração, geração enquanto realidade e unidade de geração*.

Essas três dimensões permitem captar as formas de experimentar os processos sociais simultâneos. As diferentes gerações, sobrepostas, ocupam um dado lugar e compartilham um período histórico específico. Elas experimentam esse contexto de forma distinta, de acordo com os vínculos de classes, grupos e instituições sociais.

Os diversos grupos etários vivenciam uma *situação de geração*. Essa dimensão está relacionada ao conteúdo macro-social ao qual todos os grupos e classes sociais estão

invariavelmente submetidos. Trata-se do contexto comum que marca e condiciona os grupos e indivíduos. Todas as gerações que compartilham uma época vivem essa situação.

Além da situação histórica comum que vivencia e compartilha com todas as demais gerações, caracterizada como situação de geração, um grupo etário é marcado pelo vínculo a algumas particularidades e inovações do período em que se constituíram enquanto seres sociais. Desde o início do processo de socialização, os jovens são envolvidos por aspectos da sociedade que foram constituídos historicamente. Mas, pelo contato desde a primeira infância com esses, os jovens tendem a naturalizá-los. Por exemplo, o grupo de jovens pesquisados esteve em contato com computadores, internet, alteração do padrão inflacionário, preocupação com questões ambientais, democracia formal, acesso universal à escola e a obrigatoriedade da frequência a esta, desde a infância. Essas características listadas constituem elementos do processo social recente que vinculam esses jovens a uma geração específica, caracterizando uma *geração enquanto realidade*. Conforme Mannheim, isso implica num algo mais do que ter vivido uma situação de geração.

Os aspectos macro-sociais que compõem *situações de gerações* e *gerações enquanto realidade* são concretizados na vida dos sujeitos quando esses vivenciam individual – e as experiências são sempre individuais – e coletivamente, *unidades de gerações* particulares. Essa dimensão se caracteriza pela “*identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são forjados por elas*” (MANNHEIM, 1982, p.89). Estão vinculados a ela os conteúdos e processos familiares e escolares que contribuem decisivamente para o processo de apropriação do mundo social exterior, incluído nas dimensões anteriormente citadas.

De acordo com os outros pressupostos teóricos expostos neste capítulo, é coerente admitir que a constituição de uma unidade de geração esteja ligada a grupos ou classes sociais nos quais estes jovens tenham se socializado. É pertinente pressupor que os estudantes que tenham posições sócio-econômicas similares e tenham frequentado os mesmos ambientes durante a infância e adolescência, sintam-se membros de um mesmo grupo, distinto de tantos outros, vivenciando, neste caso, uma *unidade de geração*. No grupo, essa dimensão possibilita a diferenciação social, que favorece a aproximação entre alguns indivíduos e o distanciamento desses em relação a outros.

No entanto, é importante se ter claro que os jovens não estão completamente enredados no *status quo*, e por isso carregam consigo um potencial inovador que dependerá das relações que vierem a estabelecer objetivamente e do modo como se posicionarem frente a elas (MANNHEIM, K., 1968).

Essa fase da vida é marcada pela re-significação das experiências vivenciadas até então (cf. FREIRE, P., 1995). A carga social acumulada está em íntima ligação com a vivência junto às gerações adultas e é, em muito, por elas condicionada. Por isso, ela tende a ser ligada aos valores da família e da classe social. As experiências que relativizem a “bagagem” social, política e ideológica anterior podem levar a posições diferenciadas daquelas seguidas por seus familiares. A partir da base adquirida na família, erguem-se possibilidades abertas de socialização e revisão dos processos anteriores.

O papel dos meios e instituições de socialização secundária, entre os quais se destaca a escola, é muito importante na definição do modo de pensar e encarar a sociedade e da sua posição nela. Estruturalmente, o condicionamento familiar é de difícil ruptura, até mesmo porque as estratégias escolares traçadas pelas famílias tendem a dificultar esse afastamento do indivíduo daquele meio originário, mas ele não é impossível.

O período de vida desses jovens: o Brasil nas últimas décadas

Nesse tópico reconstitui-se pontualmente o processo político recente que marcou a formação social dos jovens. É válido destacar que esta geração de jovens apresenta uma particularidade importante em relação às gerações anteriores: o período de socialização foi vivido inteiramente num período democrático (FLORENTINO, 2008). Este é o patamar comum a todos os sujeitos. Mesmo assim, devido às particularidades dos grupos componentes, esse processo tende a ser percebido de forma diversa. O processo descrito teve origem nas profundas transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil desde a década de 1980.

O processo histórico recente no Brasil foi influenciado por questões internacionais amplas, que estiveram em discussão nos países centrais do capitalismo desde a década de 1970. Entre as discussões que se impuseram politicamente no país estão os temas tratados e as diretrizes propostas por um grupo de economistas sistematizadas no encontro que ficou

conhecido como *Consenso de Washington*⁵, realizado no final dos anos 1980, na capital estadunidense. O Brasil, durante esse período, encontrava-se num processo de redemocratização, que culminou na aprovação da nova constituição, em 1988, e da primeira eleição presidencial em 1989.

Pontualmente, é válido destacar que grupos e classes sociais com interesses distintos mantiveram conflitos abertos pela direção das políticas públicas ao longo do período recente da história brasileira. Entre os casos de confrontos estão, por um lado, a expansão e valorização da educação pública; a efetivação de uma ampla reforma agrária que alterasse o padrão de distribuição fundiária; reforma urbana, de modo a qualificar a vida urbana de forma universal, permitindo acesso à habitação; acesso ao transporte público de qualidade, à segurança, à saúde, aos bens culturais entre outros; direitos humanos; direitos do trabalhador; previdência social; questões étnico-raciais. Por outro, concentram-se reivindicações de proteção e incentivos especiais ao capital industrial e agrícola; contestação da carga tributária; renegociação de dívidas empresariais; contenção dos movimentos sociais.

As décadas de 1990 e de 2000 estiveram marcadas por profundas transformações na estrutura econômica do país (OLIVEIRA, 2003). Foi nesse período que ocorreram as privatizações de empresas nacionais e estaduais dos setores de mineração, siderurgia, telecomunicações, transmissão e distribuição energética, rodoviário, ferroviário e bancário entre outros. Aliado às privatizações constituiu-se o processo de desregulamentação econômica com a criação de agências fiscalizadoras para as áreas mais atingidas pela venda ou concessão de estatais.

⁵ John Williamson criou a expressão "*Consenso de Washington*", em 1990, originalmente para significar: "*o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989*". Dez regras básicas compunham esse Consenso: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) juros de mercado; (5) câmbio de mercado; (6) abertura comercial; (7) investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; (8) privatização das estatais; (9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); (10) direito à propriedade intelectual.

FONTE: Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard.

Sítio: <http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>, acesso em 28/05/2008.

Na área social institucionalizou-se o Sistema Único de Saúde (SUS); aprovaram-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para a educação. Esses dois últimos garantiram os recursos necessários para a elevação substancial das matrículas no Ensino Fundamental, a ponto do país atingir, no final da década de 1990, a universalização do acesso a esse nível de ensino. Atualmente está em vigor o substituto dessa política, o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Paralelamente, desenvolveram-se sistemas privados de educação e saúde que atendem a maioria dos grupos sociais médios e ricos.

Mesmo com a base econômica transformada, as condições de apropriação desigual da riqueza gerada mantiveram-se, ou apresentaram piora, num primeiro momento. Dessa forma o Brasil mantinha-se entre os países com pior distribuição de renda no mundo. Esta só começou a ser diminuída quando o programa de renda mínima federal foi implantado, no início da década atual.

A transição de governo entre 2002 e 2003 não implicou numa alteração imediata no rumo das políticas econômicas. Manteve-se a política financeira, mas adotaram-se algumas medidas econômicas voltadas à integração continental; à diversificação dos parceiros comerciais; aos investimentos em áreas específicas através das estatais não privatizadas e à coordenação de investimentos governamentais.

A implantação de novas políticas sociais e as inovações praticadas em algumas áreas ampliou a base para o atendimento de grupos que até então eram alvo de políticas não sistemáticas. Com isso a desigualdade que estabilizara a curva no início da década de 2000, apresentou uma pequena, mas progressiva queda desde então.

Nesse contexto, estiveram em debate o baixo crescimento econômico recente e a intensa desigualdade socioeconômica no país. Dessa forma, os projetos que favoreçam o progresso econômico com redistribuição de riqueza situam a iniquidade brasileira no centro do debate sobre desenvolvimento nacional.

2.3.4 Estudos recentes sobre a sociedade brasileira

Nesta sessão busca-se reconstituir alguns argumentos que servem de referências para pensarmos a estratificação da população brasileira. Os estudos indicados aqui estiveram em diálogo com diferentes autores clássicos da Sociologia no Brasil, tais como estão Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Celso Furtado, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Esses autores procuraram reconstituir o sentido do desenvolvimento histórico brasileiro. Suas formulações contribuíram para se entender o fenômeno da desigualdade e da concentração de renda no Brasil.

Nas últimas décadas, as investigações sociológicas no Brasil estiveram marcadas por diferentes abordagens teóricas e um esforço empírico em temáticas diferenciadas, a fim de desenvolver análises apuradas que permitam o acúmulo de conhecimento sobre a realidade local. Uma das características desse processo foi a fragmentação analítica: estudos sobre pobreza, gênero, educação, instituições, violência, profissões, etc..

A busca por teorizações macro-sociais das relações sociais no Brasil presente nos clássicos mencionados na seção anterior apareceram como um pano de fundo longínquo ou inexistente. Recentemente, novas formulações em desenvolvimento mostram-se promissoras, entre as quais se destaca a teorização de Jessé Souza (2000, 2003, 2006), sobre a existência de uma subcidadania, característica da desigualdade nacional, estruturante das relações sociais do país.

As particularidades do processo de formação do Brasil, estudadas pelos clássicos, culminaram em níveis de desigualdade socioeconômica bastante elevada, principalmente se comparados aos países em desenvolvimento e, mais ainda, em relação aos desenvolvidos. O que se quer ressaltar com isso é que alguns países capitalistas, a partir das mediações e negociações políticas produzidas entre diferentes grupos e classes sociais, possibilitaram a emergência de sociedades relativamente equilibradas o mesmo não acontecendo no Brasil.

Os aspectos políticos e econômicos estruturantes das relações sociais estão ligados ao modo de desenvolvimento da modernidade capitalista na periferia do sistema mundial, marcadamente *desigual* (SOUZA, 2003; KOLLING, 2004). A associação entre agentes econômicos nacionais e internacionais, numa relação de dependência recíproca, se

aproveita da fragilidade das instituições públicas e fortalece a condição de desigualdade estrutural e estruturante da sociedade como um todo.

As teorizações sobre o comportamento e a formação de um caráter identitário nacional que deixar de abordar a desigualdade como eixo estruturante tende a cair em reducionismos dicotomizadores da forma moderno-arcaica. Dicotomia essa posta em xeque já na década de 1970, quando Francisco de Oliveira mostrou que o moderno precisava do arcaico para se reproduzir. A relação dialética estabelecida indicava que a exploração de um sobre o outro mantinha um em condições arcaicas e possibilitava ao outro elevar-se ao moderno (OLIVEIRA, 2003). Numa analogia matemática simplista, se fossem somados e divididos numa conta que produzisse um valor médio, possivelmente o arcaico seria eliminado mas, também, o moderno não se reproduziria nos níveis encontrados.

Essa situação de desigualdade intensa é possibilitada por uma relação de proximidade entre grupos dominantes econômica, política e ideologicamente, que desenvolvem um contínuo trabalho de legitimação e reforço das estruturas sociais existentes. Essa ação favorece a concentração da riqueza em níveis incomparáveis com qualquer nação de economia diversificada no mundo. Esses grupos agem tal como uma *classe dominante*, em oposição a diversos outros grupos populares que reivindicam maior espaço na vida pública e na distribuição da riqueza nacional. A conceituação destes grupos e de suas relações internas e externas depende de conjunturas político-econômicas particulares.

Os trabalhos historiográficos e sociológicos brevemente revisitados na seção anterior buscaram reconstituir a formação do Brasil a partir de diferentes contribuições teóricas estrangeiras. Alguns deles apontaram particularidades nacionais que tornam necessária a formação de uma teoria social local, que congregue referências internacionais, mas apontem para inconsistências dessas quando são utilizadas para explicar o Brasil.

Com cuidado semelhante, Marcelo Medeiros, Jessé Souza e Antonio Cattani têm destacado a desigualdade sócio-econômica como elemento estruturante das relações sociais no país. Essa situação não encontra paralelo nos centros difusores de teoria social. O fenômeno da concentração da riqueza social em torno de pequenas parcelas da população é

entendido como um dos principais entraves ao desenvolvimento do país, não apenas econômico, mas também político e cultural.

Medeiros e Cattani destacam-se no trabalho de pesquisar a extensão e a profundidade da concentração da riqueza. O primeiro revelou, há poucos anos, que uma política redistributiva de renda com o objetivo de erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade atingiria menos de 1% da população contribuinte (MEDEIROS, 2005). Sua análise do estrato superior do país (econômico, político e profissional) aponta a constituição de um grupo fechado no qual circula riqueza, status e poder. O segundo apontou recentemente a relação de desmedida que existe no Brasil, onde uma pequeníssima parcela da população tem acesso aos bens mais caros do mercado internacional, concentra riquezas, propriedades, mobiliza grandes volumes de mão-de-obra e, por isso, tem grande capacidade de influir nos rumos econômicos e políticos do país, condicionando processos e restringendo mudanças (CATTANI, 2007)

Souza, por sua vez, ressalta os efeitos perversos dessa desmedida na constituição dos grupos populares e na dinâmica da sociedade. A concentração de riqueza e poder de decisão política culminam numa situação de fracionamento social que emperra o bom funcionamento das instituições públicas, que atendem de modo desigual aos diferentes grupos sociais, engessando as classes populares numa condição de subcidadania (SOUZA, 2003).

2.3.5 Intensidade da desigualdade como particularidade nacional

A particularidade apontada pelos clássicos e destacada nas análises recentes sobre a totalidade social do país aponta a intensidade da desigualdade sócio-econômica em correlação direta a uma série de problemas ligados à distribuição do poder político, mediação ideológica, acesso a recursos e instituições, funcionamento institucional, insegurança, subcidadania, entre outros.

Neste trabalho, a definição utilizada de desigualdade refere-se à concentração de riqueza por uma parcela da população, portanto, socioeconômica. Essa dimensão é captada

pelo Índice de Gini, indicador consagrado de apreensão da distribuição de recursos numa população determinada (Tabela 2).

TABELA 2 – Índice de Gini – alguns países

		*
Suécia	0,250	2000
Finlândia	0,269	2000
Alemanha	0,283	2000
Rússia	0,310	2002
Itália	0,360	2000
EUA	0,408	2000
África do Sul	0,578	2000
Paraguai	0,578	2002
Brasil	0,580	2003

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005, ONU

* Ano de referência

A tabela 2 apresenta o Índice de Gini de alguns países escolhidos aleatoriamente. Trata-se do principal indicador de distribuição de renda entre a população de um país. Os países escandinavos são famosos pelo grau de igualdade. Entre os países com pior nível de distribuição de renda estão países muito pobres (Paraguai), ou países que não enfrentaram adequadamente a tarefa redistributiva, o que indica situações de concentração econômica (África do Sul). No ranking mundial o Brasil situa-se no grupo que apresenta a pior condição de distribuição de riqueza.

TABELA 3 - População e média de renda por estrato, Brasil, 2007.

Renda mensal (R\$)	N.º Famílias	% Famílias	Renda média (RM)	X / RM
Mais de 6000	2.467.262	5,08	10.897.52 (X)	-
Mais de 4000 a 6000	2.236.892	4,61	4.815.21	2,3
Mais de 3000 a 4000	2.416.195	4,98	3.413.65	3,2
Mais de 2000 a 3000	4.571.410	9,42	2.411.04	4,5
Mais de 1600 a 2000	3.349.073	6,90	1.766.63	6,2
Mais de 1200 a 1600	5.086.643	10,48	1.366.31	8,0
Mais de 1000 a 1200	3.528.908	7,27	1.086.70	10,0
Mais de 600 a 1000	10.181.484	20,98	770.79	14,0
Mais de 400 a 600	6.747.421	13,90	491.25	22,0
Até R\$ 400	7.949.351	16,38	260.21	41,0
Total	48.534.638	100,00	1.789.66	6,1

Fonte: IBGE, PNAD, disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 05/03/2008.

Uma observação simples dos dados sobre distribuição de renda no Brasil comprova a desigualdade. A renda média do estrato superior equivale a 41 vezes a renda média do inferior, 22 vezes a do segundo, 14 vezes a do seguinte, e 10, 8, 6, 5, 3 e 2 vezes maior a renda dos subsequentes, isso considerando que o piso de R\$ 6.000,00 está longe de representar os rendimentos efetivamente aferidos pelos estratos mais ricos (Tabela 3).

Apoiado nos estudos da seção anterior, entende-se que a desigualdade socioeconômica no Brasil constitui-se como elemento estruturante das relações sociais. A tese que expõe a intensidade da desigualdade como marca característica da sociedade brasileira desafia os cientistas sociais do país à análise dos variados fatores que contribuem para a produção e reprodução dessa realidade.

2.3.6 Estudos sobre as Classes Sociais Ricas e a desigualdade socioeconômica

As *Classes Sociais Ricas* precisam ser investigadas cientificamente para que se compreenda adequadamente o fenômeno da desigualdade socioeconômica no Brasil. A concentração de renda, patrimônio e oportunidades sociais em grupos minoritários, ao longo da história do país, aponta para relações sociais assimétricas que favorecem a reprodução da situação tal como ela se apresenta.

Assume-se neste trabalho a estratificação social em torno de classes. O debate sobre esse tema é amplo. Uma primeira aproximação foi realizada em Cattani; Santos Kieling (2007). Para o texto atual, desenvolve-se a noção de *Classes Sociais Ricas*, que está de acordo com a realidade investigada e é menos impactante, teoricamente, do que a discussão sobre classes dominantes.

Uma ressalva daquele artigo e que produziu essa nova formulação é que:

[...] para o caso brasileiro, é temerário falar de uma classe dominante, homogênea, com identidade definida e com ações política e econômica consoantes, haja vista a dispersão política, a falta de homogeneidade cultural e os permanentes conflitos entre empresários do setor produtivo e os rentistas (CATTANI; SANTOS KIELING, 2007, p. 172).

Essa reflexão remeteu ao questionamento do uso das categorias classe social e classes dominantes. Nesse percurso, a noção de classe permaneceu, mas a idéia de dominação foi substituída pela de ricos.

A noção de *ricos* foi preservada em função da ênfase dada à desigualdade sócio-econômica. Ao pressupor a dimensão da pobreza, essa categoria aproxima-se de uma análise da totalidade, do conjunto das classes sociais. A categoria *classe social*, por sua vez, é apropriada a partir da verificação da existência de correlação entre fatores sociais específicos e o modo de perceber a sociedade. A passagem por determinadas experiências condicionam um modo específico de perceber um determinado fenômeno, formando classes diferentes. O modelo ideal de jovens oriundos de classes ricas, de acordo com os fatores pré-selecionados, envolve filhos de “executivos”, com formação em escolas privadas e renda familiar acima dos R\$ 20.000,00. Em oposição, o modelo ideal de jovens de classe média-baixa é filho de funcionário, tem trajetória em escolas públicas e renda familiar abaixo de R\$ 6.999,00.

A explicação da desigualdade pela categoria classe social remete à análise do todo. Essa perspectiva encara a estrutura e a dinâmica social como um conjunto de grupamentos com alguma homogeneidade interna e heterogeneidade em relação aos outros grupos. Esses constituem interesses específicos aos quais correspondem modos próprios de perceber o mundo e que conflitam com os objetivos dos demais grupamentos.

Assim, a noção de classe mostra-se pertinente quando se analisa o fenômeno da desigualdade sócio-econômica. O elemento que polariza o conflito, nesse caso, é a posse ou carência de riqueza. Marcelo Medeiros (2005) caracteriza a disputa pela distribuição da riqueza como conflito distributivo. Para o autor, este é o principal entrave à minimização da desigualdade socioeconômica no Brasil.

Medeiros não faz uma estratificação a partir de classes sociais, mas de grupos de renda: ricos, não ricos e pobres. Numa análise sobre desigualdades ancorada numa perspectiva de classes cabe a pergunta: *ricos* e *classes dominantes* não seriam coincidentes? A resposta passa por uma ponderação: há grande probabilidade dos membros das classes dominantes serem ricos. No entanto, a probabilidade de um rico ser membro das classes dominantes é menor. A má distribuição dos rendimentos do trabalho é determinante para a

situação de desigualdade. Dessa forma, há profissionais que são ricos, mas estão longe das posições de poder, definidoras da classe dominante.

Associando as categorias: *ricos* e *classe*, situa-se as diferenças existentes entre as percepções em termos de *classes sociais* – grupos que tendem a defender uma determinada posição sócio-política – e de *riqueza* – grupos que obtêm ganhos socioeconômicos razoáveis e que não são, necessariamente, homogêneos entre si. Preserva-se assim o valor da categoria *ricos* e da noção de classe social à custa da complexidade da categoria classe dominante.

Na última década alguns estudos foram realizados com o objetivo de mapear e quantificar os grupos classificados aqui como *classes sociais ricas*. Os pesquisadores Márcio Pochmann (2004); José Alcides Figueiredo Santos (2002) e Marcelo Medeiros (2005) estão entre os que buscaram dados sobre esses grupos nas pesquisas oficiais⁶.

Pochmann *et. al.* e Marcelo Medeiros limitaram as suas análises à dimensão da renda e chegaram a mesma conclusão: o reduzido número de ricos e, especialmente, de dados confiáveis sobre eles dificulta as análises sociais. O primeiro afirma que “*os ricos se escondem*” nas estatísticas oficiais (POCHMANN, 2004, p.13 -14). Figueiredo Santos relata uma resistência dos capitalistas às análises sociológicas (FIGUEIREDO SANTOS, 2002). A constatação desses pesquisadores é que faltam estudos que possibilitem entender o comportamento e os processos que garantem permanência de uma situação de desigualdade que favorece um reduzido número de pessoas a usufruir de grande volume de riqueza produzida pelo conjunto da sociedade.

O estudo desenvolvido por Medeiros é importante por apontar um caminho possível para a diminuição da desigualdade social no país, a redistribuição de renda. Sua estratégia metodológica para definir uma linha monetária de riqueza é averiguar quanto de recurso do grupo rico teria que ser repassado ao grupo pobre para que este ascendesse socialmente.

Estabelecidas duas linhas, o grupo rico seria o financiador do déficit existente no grupo pobre. Claro que essa proposta é ideal, considera a situação em si, não respeita os limites históricos existentes para sua efetivação. Até o autor concorda com essa

⁶ Pesquisas IBGE: PNAD's de 1981, 1996 e 2001; Censos de 1980 e 2000; POF de 1996.

ponderação. A noção de ricos, conforme Medeiros, amplia consideravelmente esse grupo, visto que, para cobrir o déficit de pobreza, haveria necessidade de contribuição de um grupo enriquecido socialmente, mas ainda distante daqueles muito-ricos.

O núcleo dessa idéia é indicar que o Brasil não é desigual por carência de recursos, mas por má distribuição dos existentes; aponta também que o foco de distribuição desigual desses recursos é o quanto se remunera o trabalho. Medeiros aponta que entre as diversas profissões existentes, uma parcela ínfima e, internamente, um grupo minoritário em cada uma delas, dispõe de recursos, rendas, contatos que faz “girar” uma roda econômica restrita e quase exclusiva. Esse topo concentra os muito-ricos.

A tese é positiva por manter e ampliar o debate sobre políticas redistributivas. Mostra a sustentabilidade de políticas de tributação progressiva; de redistribuição direta; de micro-financiamento (crédito, propriedade, insumos, máquinas, etc.); e aponta para políticas estruturais de ampliação da base salarial, escolarização básica e geração de novas oportunidades educacionais ao longo da vida, produtoras de concorrência equitativa.

2.3.7 Uma definição operacional

A relação entre domínio econômico, político e ideológico envolve frações da classe dominante no contínuo trabalho de legitimação e reforço da posição que ocupam. Para isso, valem-se das instituições e de estratégias de ação, arregimentando a sociedade em torno de um conjunto de idéias e valores que sustentam simbolicamente uma forma de produzir, organizar e distribuir os bens sociais. Inerente a esse trabalho de legitimação está um modo próprio de estruturação hierarquizada da sociedade. As classes sociais ricas são favorecidas por essa ordem social ao mesmo tempo em que legitimam o modo específico de reprodução. Esses grupos possuem e usufruem a riqueza social. Apesar disso envolvem-se, no máximo, parcialmente, com as instâncias de poder.

Dessa forma, poderíamos definir *riqueza social* a partir de três dimensões: a econômica, caracterizada pela posse de grande quantidade de *dinheiro*, adquirido através do

trabalho sobrevalorizado ou de recursos garantidos pela propriedade de grandes volumes de *patrimônio*.

A política, marcada pela possibilidade de influenciar as decisões gerais da sociedade. É conquistada ou herdada. Constitui-se através de processos coletivos de *socialização* e *escolarização* diferenciadas daquela disponível à maioria da população, por ampliar as chances de formação política e administrativa.

A ideológica, que favorece e cria condições para *legitimar* a posição superior e seu modo de *produzir* a riqueza, desfrutar dela, conservá-la para si, reproduzindo-a de forma ampliada e possibilitando que a concentração dessas propriedades econômicas, políticas, culturais permaneçam na classe social rica e, particularmente, na família.

Em síntese, *posse de dinheiro, patrimônio, influência e formação; condições sociais e institucionais legitimadas que permitem reafirmar, produzir, desfrutar, conservar, ampliar e reproduzir essas propriedades econômicas, políticas, culturais*. Na situação histórica atual esta parece ser uma definição apropriada do que é riqueza social.

As condições sociais que favorecem a constituição e permanência de uma *classe social rica* estão ligadas também ao mercado de trabalho (modo de inserção profissional); ao acesso a boas oportunidades educacionais durante a juventude; à estruturação familiar que possibilite investimento e acompanhamento na formação escolar e universitária; ao contato com grupos ricos pré-estabelecidos que permitam a manutenção da posição ou ascensão social; à consolidação de uma rede de relações a partir da juventude que permaneça na idade adulta. Essas condições favorecem a continuidade de um elevado padrão de vida herdado. Ora, tudo isso vai muito além da apropriação imediata da renda, apesar de, nas condições atuais, ter íntima relação com esta.

A *classe social rica*, desse modo, é definida pela posse da riqueza social e pelo posicionamento legitimador das formas de obtenção e preservação dessa riqueza, constituídas por um padrão educacional, econômico, jurídico e ideológico. O padrão educacional estabelece que sejam mais bem remunerados aqueles indivíduos preparados cultural e profissionalmente; o padrão econômico estabelece as regras do jogo competitivo a partir das quais os mais competentes serão premiados com bons salários, rendimentos ou lucros; o padrão jurídico normatiza as regras relativas à competição econômica; e, por fim,

o padrão ideológico legitima os significados de: preparados cultural e profissionalmente, regras de competição econômica; e normas sociais.

Percebe-se que esta definição tem ligação com as referências anteriormente expostas que apontam para a diversidade do mercado de trabalho e das condições de se destacar em diversas posições sociais (DURKHEIM, 1977), mas também aponta para a importância da herança que favorece a reprodução da riqueza num mesmo grupo social (MARX, 2006 e WEBER, 1974), e leva em consideração as particularidades historicamente estruturadas que limitam a ação institucional (SOUZA, 2003), contribuindo para a manutenção da desmedida social (CATTANI, 2007) e de um modo de perceber a realidade como desigual, imediatamente incorrigível, mas com possibilidades de equalização a longo prazo, desmotivando a ação transformadora imediata (REIS, 2000).

A definição de *riqueza social* indica as possibilidades de acumulação da riqueza, manutenção, transmissão aos familiares e legitimação desta, mesmo em situação de desigualdade muito grande. O mérito maior dessa formulação é a sua operacionalização, realizada na forma de um índice, apresentado no capítulo 3.

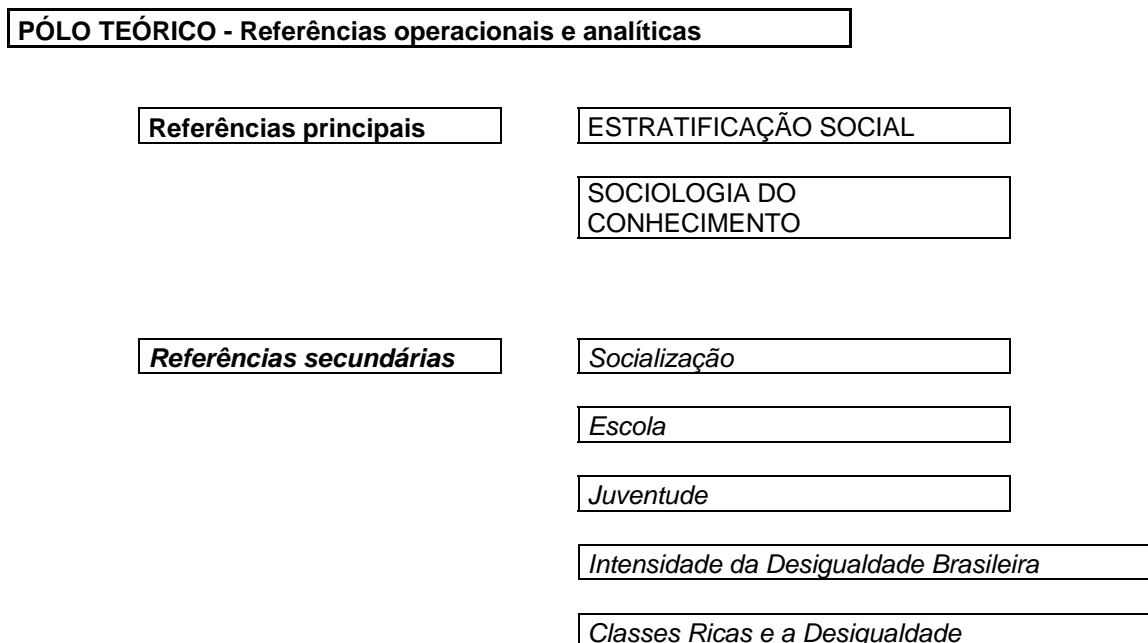
2.4 Síntese do capítulo

A Sociologia do Conhecimento torna-se importante instrumental de explicação dos processos sócio-políticos numa democracia. A partir desse referencial propõem-se averiguar quais grupos e classes sociais tensionam os processos coletivos de larga escala e em que direções o fazem. Neste trabalho, utiliza-se dessa teoria para averiguar qual a aceitação de medidas heterodoxas no combate à desigualdade socioeconômica.

Problematizar a aprovação de medidas de combate a esse fenômeno justifica-se pelo modo como a sociedade brasileira está estratificada. A iniquidade é marca característica e estruturadora das relações sociais entre nós. O reconhecimento desse fenômeno como problema grave e o posicionamento em relação às medidas debatidas politicamente indicam o quanto grupos sociais enriquecidos e médios estão dispostos a ceder para que a questão seja solucionada.

O público da pesquisa é inteiramente composto por jovens universitários, o que ao mesmo tempo em que os iguala por nível de escolaridade, exige demarcar as particularidades dessa fase da vida e alguns fatores relacionados ao processo de socialização imediatamente anterior à entrada na universidade. O tipo de escola freqüentada, a origem e a renda familiar estão entre os principais elementos analíticos e diferenciadores da população investigada. A ilustração abaixo esquematiza o quadro de referências do trabalho (Esquema 1).

ESQUEMA 1 – Pólo Teórico



3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A desigualdade está em constante debate na sociedade brasileira; seu oposto, no entanto, não. Os debates não científicos sobre a *igualdade social* e sua promoção dificilmente ultrapassam argumentos diferentes dos: “crescer é tudo” e “sem educação não há solução”, que encaminhariam para uma hierarquização meritocrática dos indivíduos. Esses argumentos são caracterizados aqui como propostas ortodoxas para a resolução da desigualdade.

De modo diverso, caracterizam-se como medidas heterodoxas de combate ao fenômeno os programas de redistribuição de renda, as políticas afirmativas, as medidas pontuais a determinados grupos em situação de vulnerabilidade social, entre outras.

Para definir as percepções sobre desigualdade socioeconômica foram abordados assuntos presentes no debate público ao longo da última década, por isso são constitutivos do modo como os sujeitos percebem e problematizam a vida pública a sua volta, constituindo eventos que definem uma *situação de geração*. A intenção de problematizar esses aspectos junto aos universitários foi confrontá-los com propostas e debates que marcaram a sua formação social.

Dessa forma, não se pode argumentar que eles ignorassem os assuntos abordados. Críticas desse tipo foram sistematizadas por Bourdieu, em artigo no qual contesta a situação de uma entrevista na qual os sujeitos são confrontados com uma série de questões sobre as quais nunca pensaram a respeito, e emitem opinião sem ter refletido sobre elas (BOURDIEU, 1982).

As perguntas que captam a percepção sobre as desigualdades socioeconômicas carregam amplos significados históricos de lutas sociais pela propriedade, seja fundiária ou imobiliária; pela promoção de serviços públicos que garantam a ascensão social autônoma e condições equânimes de competição social; por um papel diferenciado que o Estado poderia assumir na mediação das relações sociais, tanto políticas, quanto econômicas. Indicam, também, os meios de burlar a mediação estatal; a percepção sobre a justiça das

reivindicações de grupos diferenciados pela defesa dos seus interesses imediatos; e o grau de naturalização da desigualdade.

Elas são relevantes por contemplarem as alternativas historicamente constituídas pelas diferentes classes sociais do país na busca pela ampliação de direitos e construção de uma ordem social diferenciada. Estavam diluídas em outras, expressas em comportamentos diversos, representantes de outros valores sociais, como equidade, solidariedade, universalização de procedimentos, etc.

Dessa forma, foram cumpridos os objetivos da pesquisa. Esses se concentravam, resumidamente na coleta de dados que permitisse a estratificação socioeconômica dos estudantes; na captação das percepções sobre as reivindicações de grupos patronais, de trabalhadores e de movimentos sociais. Esses dois objetivos cumpridos permitiram ainda diferenciar, de acordo com fatores sociais específicos, o modo de perceber a situação de desigualdade no Brasil e de se posicionar frente a ela.

Caracteriza-se, dessa forma, o objeto do estudo: a percepção dos estudantes universitários sobre as desigualdades socioeconômicas e o modo de posicionar-se frente às alternativas constituídas socialmente.

A estratégia utilizada para cumprir os objetivos e constituir o objeto de pesquisa envolveu a coleta dos dados empíricos através de um instrumento estruturado. A aplicação do questionário em turmas de início de curso superior permitiu captar as percepções num grupo escolarmente homogêneo, mas com diferenciações socioeconômicas.

Recentemente, uma pesquisa de percepção apontou como fator explicativo da diferenciação do pensamento a escolarização (ALMEIDA, 2007). O procedimento adotado aqui isolou essa variável. Dessa forma, procurou-se relacionar as percepções com fatores socioeconômicos que se pressupõe ter maior impacto na constituição do modo de pensar do que a educação formal.

A escolha dos cursos superiores mais concorridos ocorreu em razão da relação existente entre procura de cursos superiores e a elitização desses (UFRGS, 2003). A pesquisa nesses grupos possibilitou encontrar membros das classes médias e também das ricas. A estratificação dos universitários permitiu correlacionar os fatores sociais pré-selecionados e as percepções. Esse exercício tornou possível demonstrar a relação existente

entre os fatores socioeconômicos e o modo de perceber e se posicionar frente à desigualdade.

A aplicação dos questionários iniciou logo após a definição do grupo de cursos em que se conseguiu acesso para a realização da pesquisa. Uma a uma foram visitadas as turmas e explicitados os objetivos da pesquisa. Esses foram expostos de forma sintética, de forma a não influenciar as respostas obtidas. Ao todo foram aplicados 162 questionários junto a estudantes de oito cursos superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Do total de questionário, quatro foram descartados. A partir dos questionários preenchidos foi construído o banco de dados no software SPSS 11.

A análise dos dados foi realizada em dois momentos distintos. No primeiro estratificou-se a população de quatro formas diferentes: pelo Índice de Estratificação criado exclusivamente para a pesquisa; pela origem social, captada pela posição profissional do pai; pela trajetória escolar, definida pelo tipo de escola freqüentada; e pela renda familiar declarada. No segundo momento captou a correlação entre as estratificações realizadas e as percepções sobre a desigualdade sócio-econômica. Dessa forma, foi possível hierarquizar os fatores socializadores específicos com as percepções sociais.

A discussão teórica indicou as principais preocupações que cercam o trabalho. O ponto de intersecção teórica que sustenta as proposições e a estrutura do texto aponta para a integração entre estudos: da Sociologia do Conhecimento mannheimiana; de estratificação social, especificamente o estudo das classes sociais ricas; da desigualdade social, apontada como particularidade incontornável à ciência social no país; da juventude, público alvo da pesquisa; e da socialização de jovens.

Esse trabalho congrega estudos temáticos que caracterizam os grupos pesquisados ao reconstituir os processos vividos por esses jovens até o momento. Permite entender o posicionamento desses sujeitos frente à desigualdade ao situar elementos do processo de socialização.

Cabe perguntar novamente: a desigualdade, enquanto problema social, é percebida de forma homogênea por jovens universitários oriundos de diferentes grupos constituintes da sociedade? Que grupos apresentam percepções mais ou menos sensíveis a esse

problema? Os fatores sociais, listados a partir da discussão teórica, podem explicar diferenciações de percepções?

O objetivo desse trabalho é, portanto, captar a existência de correlação entre as percepções de grupos sociais sobre o fenômeno da desigualdade no país bem como a influência de alguns elementos-chave do processo socializador na definição das diferenças de percepções.

A pesquisa amplia o conhecimento sobre um modo de perceber uma questão específica – a desigualdade social – e o quanto ela repercute como um problema a ser resolvido em diferentes grupos sociais questionados numa situação de igualdade concreta possível – o ambiente universitário.

Com a coleta de dados realizada, montou-se o banco de dados que permitiu sistematizar essas dimensões e confrontá-las com outras, referentes a percepções dos universitários sobre a questão social central da pesquisa. Isso possibilitou o melhor entendimento do fenômeno e a diferenciação dos modos de percebê-lo

A construção do banco e o tratamento dos dados possibilitaram a elaboração de um Índice de Estratificação composto, capaz de hierarquizar individualmente todos os participantes da pesquisa a partir de diversos indicadores socioeconômicos. Em relação à percepção sobre o fenômeno em questão, os estudantes foram questionados sobre uma série de elementos referentes a problemas sociais correlacionados à estrutura desigual do Brasil e que emergem na forma de conflitos e reivindicações.

A intenção foi confrontar posições herdadas das famílias, re-elaboradas durante a trajetória sócio-individual, com a atual percepção sobre algumas questões sociais ancoradas no ideal de igualdade social. Abre-se a partir desta, novas possibilidades de pesquisas na área, que oportunizem esclarecer aspectos referentes à estratificação social, à percepção sobre desigualdade e a questões gerais da sociedade brasileira.

3.1 As barreiras na pesquisa social com ricos.

Vários autores argumentam que as classes sociais ricas evitam exporem-se às análises sociológicas, resguardadas pelas mais diversas instituições, como é o caso das escolas particulares (MEDEIROS, 2005; SANTOS KIELING, 2005; POCHMANN, 2004; FIGUEIREDO SANTOS, 2002). O relato a seguir comprova essa observação. Conforme exposto no projeto de qualificação, pretendia-se realizar o estudo empírico em escolas secundárias privadas.

A primeira contatada foi uma escola tradicional, de grande porte e com forte apelo comercial. Em época de matrícula suas propagandas espalham-se pelas grandes avenidas da cidade, em outdoors; nas rádios dirigidas aos jovens; e nas redes locais de televisão. O preço caro das mensalidades preserva um grupo relativamente seletivo de estudantes, a despeito da aparente abertura da escola.

Por um lado, os professores e dirigentes da escola foram receptivos, informando as ações realizadas, as condições de trabalho, o esforço realizado no sentido de sensibilização para algumas questões sociais, tais como o engajamento em projetos sociais, bolsas de estudo para carentes, entre outros.

Por outro, desde o início ficou clara a impossibilidade de realizar pesquisa com os estudantes. A política interna da escola impedia tal procedimento. A coordenadora pedagógica para o Ensino Médio apontou os critérios para a realização de pesquisas: (1) uma cota anual fixa; (2) o interesse da escola no tema; e (3) a condição do pesquisador ter estudado no Colégio.

Também centenária na cidade, a segunda escola foi, desde a sua fundação e ao longo de boa parte da sua história, vinculada a um grupo étnico que compõe a comunidade local. Até poucos anos atrás o vínculo familiar com ex-estudantes era pré-requisito para o ingresso dos novos. Essa prerrogativa foi abolida. O ano de 2008 foi o primeiro em que a escola investiu em propaganda na mídia local, com inserções em rede local de televisão, o que indica menos barreiras para o ingresso. No entanto, as altas mensalidades continuam interpondo-se à grande maioria da população.

Na referida escola a coordenadora do Ensino Médio foi receptiva a idéia da pesquisa, mas alertou à necessidade de expor a proposta à direção da escola e ao conselho de coordenadores. Novamente a proposta foi recusada.

A terceira instituição foi a que viabilizou a pesquisa que resultou no trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais (SANTOS KIELING, 2005). Por ocasião da atual investigação, preferiu-se resguardar o informante daquela experiência a uma nova exposição, visto os resultados obtidos testemunharem contra as práticas de proteção de grupos ricos existentes na escola.

O contato inicial realizou-se através do recurso disponibilizado pela página da instituição na internet. Após a terceira tentativa obteve-se resposta de um dos gestores do colégio, que se comprometeu a repassar a solicitação à coordenadora pedagógica do Ensino Médio. A coordenadora do colégio recebeu o pesquisador e, após a descrição da proposta de pesquisa, mostrou-se interessada na sua realização. No entanto, sob a análise prévia do questionário, para aprová-lo. Dois dias após o encaminhado do mesmo recebeu-se a negativa.

Fechava-se o circuito de negativas nas escolas selecionadas que compunham o grupo das principais instituições indicadas como as que mais atendem às classes sociais ricas. Numa segunda etapa contactou-se outro grupo de escolas privadas, quatro no total. Entre essas as que não negaram a possibilidade de pesquisa, sequer responderam às solicitações.

3.2 Caminho alternativo e a mudança de rota

O foco da pesquisa deixou de ser o potencial da escola na definição de posições sobre a desigualdade sócio-econômica e passou para a percepção dos jovens egressos dessas instituições sobre o fenômeno em questão. A solução para encontrá-los exigia um caminho alternativo. Frente à impossibilidade de trabalhar com as escolas, buscaram-se os egressos delas após o Ensino Médio e já com encaminhamento profissional delineado, na Universidade.

Isso implicou numa alteração substancial da proposta de pesquisa. O público egresso das escolas privadas distribuiu-se, após o Ensino Médio, em diversas Instituições de Ensino Superior (IES's). A inviabilidade de realizar a pesquisa em todas as IES de Porto Alegre e Região Metropolitana exigiu uma limitação do universo a investigar, ficando restrito aos cursos mais procurados da universidade pública de maior prestígio na cidade.

A pesquisa “*Perfil dos Estudantes da UFRGS – graduação*” (2003) apontou que a grande maioria dos jovens oriundos de classes ricas frequentadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estão nos cursos selecionados. A proporção de jovens com renda elevada nas áreas de concentração dos cursos submetidos à pesquisa é, em média, de duas a quatro vezes superior ao encontrado em outras áreas, como Humanas, Letras e Artes e Básica (UFRGS, 2003). Considerando que esses jovens encontram-se, em proporção superior àqueles oriundos de outros grupos sociais, cursando o nível superior de ensino (SIS – IBGE, 2007), pode-se deduzir que uma parcela significativa dos jovens ricos de Porto Alegre encontra-se na UFRGS, principal instituição de ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul.

Outro fator determinante para a realização da pesquisa nessa universidade e não em outra foi a disponibilidade dos professores dos cursos procurados em colaborar com a mesma, reservando tempo em sala de aula para os estudantes responderem ao instrumento de coleta de dados.

Um ponto que diferencia a pesquisa inicialmente proposta, em escolas, da que foi realizada é a maturidade dos jovens que já ingressaram na universidade bem como o distanciamento menor desses em relação ao mercado de trabalho, diferentemente dos jovens no Ensino Médio. A vivência institucional e as novas experiências apontam para uma maior maturidade, opiniões mais consolidadas sobre os assuntos da sociedade em geral.

Ao se definir os cursos superiores para a coleta de dados, levantou-se a possibilidade de não obter respostas em todos eles, até porque os dados foram coletados entre outubro e novembro de 2007, quase no final do semestre letivo. Então se trabalhou com uma amostra de cursos em turmas de primeiro, segundo ou terceiro semestre letivo, ou seja, aplicou-se o questionário em estudantes em início de curso.

A aproximação às IES's fez-se a partir de um texto padrão encaminhado às direções, secretarias e comissões de graduação dos cursos pré-selecionados da UFRGS, solicitando o nome e contato de professores que ministrassem aulas no primeiro ou segundo semestres para os cursos da amostra. Concomitantemente foram contatados professores conhecidos que ministravam aulas em IES's privadas, que poderiam ajudar nesse percurso. Entre os cursos optou-se pelos mais concorridos.

Na UFRGS a situação foi bastante tranqüila e o contato com os professores, proveitoso. Em geral a resposta positiva foi dada imediatamente ou após a primeira conversa. Contou-se também com a colaboração de vários colegas que realizavam o Estágio Docente com professores que ministravam aulas para outros cursos de graduação. Os 158 questionários respondidos foram obtidos nessa universidade.

Nas IES's privadas, a situação foi a seguinte: ex-estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) colocavam-se a inteira disposição para a realização da pesquisa, mas precisariam da aprovação das direções. Em geral a resposta foi reticente. Com indícios de negativa. Como o tempo estava se esgotando, concentrou-se em algumas. No final, apenas duas instituições privadas receberam o pesquisador para a discussão da proposta.

Uma delas ficou de encaminhar a proposta à direção e retornar. O retorno não veio. A outra exigiu o encaminhamento da proposta ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), processo que ficou pendente em função da negativa de duas unidades. A retirada dessas unidades possibilitará no futuro a realização da pesquisa. Esta servirá para a comparação com os resultados obtidos e apresentados nessa dissertação.

A amostra de cursos foi selecionada entre aqueles que apresentavam maior relação candidato por vaga no vestibular. Cursos como Medicina, Odontologia, Administração de Empresas, Psicologia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Relações Internacionais, este recente na universidade, mas que apresentou nos últimos vestibulares uma alta relação candidato/vaga.

A relação candidato/vaga parece ter forte correlação com o nível sócio-econômico dos estudantes que freqüentam determinado curso. Por mais que em todos os cursos

estudem grupos bastante diversificados socialmente, há uma concentração maior de estudantes ricos nos cursos mais concorridos.

Como o objetivo inicial da pesquisa era captar a percepção sobre o fenômeno em questão junto aos grupos ricos, a escolha desses cursos pareceu a mais adequada. A dificuldade de acesso a esse público-alvo só foi contornada a partir do acesso a instituições frequentadas por eles. E mesmo assim, o caráter público da instituição e a autonomia dos profissionais foram decisivos para o sucesso da realização da coleta de dados.

3.3 A coleta dos dados: particularidades do campo.

O processo de aplicação dos questionários não foi homogêneo. Em geral, após uma conversa explicativa sobre a pesquisa, o professor autorizava a realização da coleta de dados. Nos dias das aplicações eram apresentados os objetivos da pesquisa e pedia-se a colaboração dos estudantes, em seguida entregavam-se os questionários auto-aplicáveis àqueles que decidiram colaborar. Majoritariamente, os estudantes participaram.

Nesse processo existiu um caso que merece a narrativa e comentários. O acesso a esse curso foi garantido por um professor formado no PPGS. Após a apresentação da proposta de pesquisa manteve-se um diálogo proveitoso, que permitiu definir algumas datas e turmas entre os professores do grupo de pesquisa do qual participava para responder à pesquisa. Foram selecionadas três turmas, uma das quais tinha passado por um debate promovido por estudantes ligados ao projeto *Conexões de Saberes*, desta universidade, que objetivava discutir e sensibilizar os estudantes para o projeto das cotas. O professor me alertara que o debate havia sido bastante ríspido, como forte inclinação da turma contra a medida.

Na data em que os questionários seriam aplicados o professor comunicou à turma a existência da pesquisa e sobre o que tratava. Ele saiu da sala de aula e avisou que a turma pedira alguns minutos para definir o que fazer. Em seguida os estudantes o chamaram e comunicaram a decisão de não responder ao questionário. Um a um os estudantes saíram da

sala de aula sem comentar a desistência. O professor, ao sair, pediu desculpas, visivelmente constrangido com a situação.

Em todas as turmas houve desistências, o que pode ter diminuído consideravelmente o número de participantes dos grupos mais ricos, apontando a outra característica do comportamento desse grupo, que evita a exposição à pesquisa social.

3.4 A construção do questionário: entre uma utopia e as ideologias

O instrumento de coleta de dados proposto (Apêndice 1) trouxe algumas questões presentes no discurso igualitarista de grupos e movimentos sociais. Desta forma, buscou-se identificar o posicionamento desses jovens universitários sobre essas questões. Esses grupos passaram pelo processo histórico recente, como jovens em aprendizagem a vida social. Atualmente formam-se como protagonistas de ações e instituições destacadas, com meios para contribuir à manutenção do processo de reforço e legitimação de desigualdades ou de transformação equalizadora da sociedade.

Entre questões formuladas no questionário, estão aquelas que apontam para medidas com potencial de redistribuição de riqueza através da ação do Estado (política de redistribuição, renda mínima, reforma agrária, políticas sociais reivindicadas por grupos sindicais, impostos progressivos, moradias públicas). Percepção direta de desigualdade e grau de legitimação e naturalização deste fenômeno. Questões relacionadas à igualdade na diferença ou ações afirmativas de combate à desigualdade, como cotas, gênero. Reivindicação política por parte de diferentes grupos sociais (empresários, agropecuaristas, professores, funcionários públicos, trabalhadores sem-terra).

O público na proposta inicial era composto majoritariamente por membros da classe social rica. Não necessariamente filhos dos proprietários dos meios produtivos, mas vinculados a uma percepção particular de mundo devido a sua posição social associada. Na investigação realizada, teve-se contato com uma parte desse grupo, mas, também com grupos diferenciados, de classes médias-alta e baixa, o que enriqueceu a possibilidade analítico-comparativa.

O ambiente universitário apresenta algumas peculiaridades em relação às instituições de educação básica. A universidade é tida, contemporaneamente, como instituição chave na formação de profissionais altamente capacitados para se inserirem no mercado de trabalho de forma positiva. A trajetória de vida dos jovens é marcada pela construção de vínculos, práticas e costumes que os acompanharão ao longo de suas vidas profissionais, assegurando condições de manterem-se de modo positivo no mercado de trabalho.

Desse modo, reafirma-se o foco da pesquisa: a percepção sobre a desigualdade sócio-econômica entre um grupo de jovens universitários, diferenciado internamente, sendo uma parcela deste, classificada como membros de uma *classe social rica*. A investigação foi realizada a partir das respostas dadas por esses jovens sobre questões sociopolíticas debatidas ao longo dos últimos anos, no Brasil, e que enfatizam a capacidade de, a partir da sua efetivação, constituir alternativas histórico-processuais em direção à equalização progressiva da situação presente de desigualdade econômica.

As questões sociais abordadas no instrumento de coleta de dados foram debatidas pela imprensa nacional e regional na última década, período no qual os jovens entrevistados estiveram em processo de formação escolar. Desta forma, seja na escola ou na família, os temas abordados pela pesquisa estiveram presentes na dimensão pública da vida infantil e juvenil dos entrevistados, momento bastante sensível de formação das opiniões e percepções políticas.

O questionário da pesquisa, além de detalhar questões socioeconômicas constitutivas das posições sociais dos sujeitos, abordou alguns temas sociais. Esse procedimento possibilitou caracterizar o posicionamento frente às alternativas de combate à desigualdade, bem como o reconhecimento desse fenômeno como problema social no país.

O posicionamento sobre as alternativas emergente na sociedade foi detalhado a partir dos seguintes temas: greves de trabalhadores em geral e, especificamente, da educação, do transporte coletivo e da segurança pública; ações de trabalhadores sem-terras, de ruralistas e de empresários; opinião sobre políticas públicas afirmativas e redistributivas tais como cotas universitárias e redistribuição direta de renda. Comparativamente, foram mensuradas as notas médias dadas pelos universitários às diversas manifestações e causas

defendidas por alguns dos grupos sociais mencionados anteriormente. Também foi perguntada a percepção sobre a desigualdade em si, e sobre possíveis justificativas dadas à existência do fenômeno.

3.5 Aproveitamento do questionário

O questionário auto-aplicável foi preferido como instrumento de coleta de dados para evitar constrangimentos na hora de respondê-lo, o que poderia ocorrer caso fosse feita aplicação individual, com o pesquisador preenchendo. Isso é uma vantagem por essa questão, mas também é uma desvantagem por acarretar em perdas de informações por questões não respondidas.

Por outro lado, como ele foi aplicado em turmas de universitários, foi possível uma grande quantidade de casos, o que também não teria sido possível caso fossem aplicados um a um. Ao formar o banco de dados com a totalidade dos dados foi traçado um perfil da população pesquisada que permitiu estratificá-la em [1] Grupos Socioeconômicos (GSE), indicador de uma estratificação composta, construído para essa análise; [2] Origem Social, definida pela posição profissional do pai; [3] Trajetória Escolar, caracterizada pelo tipo de escola freqüentado; e [4] Renda Familiar. No caso dos GSE's, a análise foi concentrada nos grupos extremos, mais homogêneos internamente e diferenciados socialmente entre si. Nas demais dimensões foram utilizadas a totalidade dos dados coletados, diferenciando-se grupos internos em cada fator social analisado.

3.6 Indicativos metodológicos para a análise

A análise dos dados obtidos através do instrumento auto-aplicável e a construção dos GSE apresentam limites bem claros que precisam ser explicitados. Além dos casos mencionados, de estudantes que preferiram não responder à pesquisa, os próprios dados obtidos precisam ter sua amplitude indicada. Se por um lado eles apresentam alguns

indicativos trabalhados na análise, por outro, esses precisam ser colocados em questão em pesquisas futuras.

Os desafios amplificados para a realização de pesquisas com os grupos ricos não podem ser apontados como motivos para não realizá-las. A busca por investigações em instituições freqüentadas por esses grupos parece ser um caminho viável para o contínuo aprofundamento do conhecimento sobre eles.

Frente a esses limites, o volume de dados obtidos – não totalmente esgotados nesta análise – deve ser valorizado, já que pode contribuir para análise de relações possíveis e aprofundamentos em pesquisas qualitativas que possibilitarão no futuro a qualificação das categorias propostas e do conhecimento obtido sobre as relações que os grupos enriquecidos estabelecem com o restante da sociedade.

3.7 O banco de dados e o método de estratificação cruzada

O banco de dados formado a partir dos questionários preenchidos foi construído com o auxílio do programa computacional SPSS 11. Posteriormente, este banco foi transposto para o software Microsoft Excel. No primeiro, realizaram-se as distribuições de freqüência e os cruzamentos entre variáveis; no segundo, foram realizados os cálculos, os testes estatísticos, construídos os gráficos e as tabelas. Esses são apresentados na seção 3.9.1. capítulo 4 e no apêndice 2.

Foram codificados 162 questionários, respondidos pelos estudantes universitários que freqüentaram aulas de disciplinas obrigatórias em uma amostra dos cursos mais concorridos da UFRGS entre outubro e novembro de 2007. Desses, 158 foram analisados e quatro descartados por ausência de dados ou por terem sido preenchidos por estudantes estrangeiros.

A construção desse banco de dados e o auxílio desses programas informacionais possibilitaram o tratamento estatístico dos dados. A análise estatística consistiu num exercício simples de descrição dessas informações e interpretação, apontando correlações entre GSE, ocupação dos pais, tipo de escola freqüentado e renda familiar declarada com a

percepção sobre a desigualdade sócio-econômica. Os indicadores que compõem os quatro modelos estratificadores estão apontados no Esquema 2.

ESQUEMA 2 – Pólo Operacional: modos de estratificação e indicadores.

ÍNDICE DE ESTRATIFICAÇÃO	ORIGEM SOCIAL	TRAJETÓRIA ESCOLAR	RENDA
1. Nível educacional do pai e da mãe 2. Posição Profissional do pai e da mãe (condicional) 3. Nível da empresa do pai e da mãe (condicional) 4. Para a condição de trabalho do jovem 5. Gasto mensal declarado (condicional) 6. Tipo de escola freqüentada 7. Freqüentou curso pré-vestibular 8. Tipo de cursinho freqüentado 9. Condição residencial 10. Forma de obtenção da residência 11. Residência no campo ou na praia 12. Carro(s) família 13. Renda familiar mensal declarada	1. Posição profissional do pai.	1. Tipo de escola freqüentada.	1. Renda familiar mensal declarada.

Tal procedimento é caracterizado aqui como um método de estratificação cruzada. Este possibilita observar que fatores sociais teoricamente selecionados apresentam maior correlação com a percepção sobre o fenômeno investigado, a desigualdade socioeconômica. É um procedimento estratificador, já que a população foi analisada a partir de quatro possibilidades de classificação por critérios variados. E é um exercício cruzado porque a intenção é – sobre uma mesma base populacional questionada sobre um fenômeno

específico – sobrepôr variáveis explicativas e destacar quais as que mais influenciam os resultados sobre a percepção sobre a desigualdade.

3.8 A construção do índice de estratificação

Uma das dimensões analíticas desse trabalho é resultado de um exercício inovador de construção de um índice de estratificação socioeconômica. Os estudos sobre estratificação da população por critérios únicos apontam a insatisfação de diversos estudiosos por modelos mono-causais. Apontam limites a esse tipo de procedimento, tendo em vista que vários fatores que interferem na definição da estratificação são deixados de lado.

Pochmann et.al. (2004) e Medeiros (2005) são criticados por terem estratificado a população brasileira apenas em função da renda familiar; Figueiredo Santos (2002), por sua vez, é contestado por estratificar os capitalistas e não-capitalistas apenas em relação à posse de empresas com um determinado número de funcionários.

Com a construção do Índice de Estratificação (IE), buscou-se segmentar a população pesquisada de forma multidimensional. A intenção foi ir além de modelos restritivos. Para isso, buscou-se captar a riqueza em termos de condições de desfrute, avançou-se sobre as condições e oportunidades que se criam e se oferecem ao longo da trajetória sócio-individual para a conservação, ampliação e reprodução da riqueza.

As condições que favorecem esse processo estão presentes na definição adotada nesta pesquisa e sistematizada a partir dos seguintes elementos: modo de acesso ao mercado de trabalho; acesso a boas oportunidades educacionais durante a juventude e estruturação familiar que possibilite investimento e acompanhamento na formação escolar e universitária; contato com grupos pré-estabelecidos que permitam a manutenção da posição ou ascensão social; consolidação de uma rede de relações a partir da juventude que permaneça na idade adulta; condições de manutenção de um padrão de vida herdado. Ora, tudo isso vai muito além da apropriação imediata da renda, apesar de, nas condições atuais, ter íntima relação com esta.

Por isso, o IE leva em consideração a origem familiar do estudante, apontando escolarização, profissão e atuação profissional dos pais; volume de gastos individuais do jovem universitário e sua condição de trabalho atual; trajetória escolar, participação de outros membros da família, de gerações anteriores, nas escolas frequentadas e a frequência cursos pré-vestibulares; condições de moradia, bem como a forma como esta foi adquirida, quando for o caso; existência de outras propriedades – imóveis e automóveis – e renda familiar.

A cada indicador foi dado um peso, conforme a resposta. O índice nada mais é do que a multiplicação dos indicadores um por um, atingindo-se um valor único. Os pesos dados a cada indicador são variados, ressaltando os principais aspectos ligados à posição profissional, ao patrimônio, ao acesso a boas oportunidades de escolarização e à renda. Dessa forma, estratificou-se o grupo de acordo com uma noção ampliada de estratificação socioeconômica, que leva em consideração múltiplos aspectos constituintes de uma posição social.

3.8.1 Os valores atribuídos

Como o índice foi construído a partir da multiplicação, o valor de referência é o número 1, neutro nessa operação. Os indicadores que não estão mencionados nas tabelas abaixo receberam valor “1”, para que não interferissem na composição do Índice de Estratificação. Para cada indicador do Índice foram distribuídos pesos distintos. Esses, foram definidos pelo pesquisador, e apresentam diferenças de acesso a recursos materiais e imateriais que compõe a riqueza social.

Por exemplo, o Quadro 1 aponta a diferenciação sobre o nível educacional dos pais. No caso do pai ou da mãe possuírem pós-graduação, soma-se 5% ao IE, nesse caso, isso é realizado por meio da multiplicação do valor obtido até então por 1,05. Entre os pais sem curso superior completo ou pós-graduação, não se acresce valor. Esse procedimento é repetido para todas as variáveis.

Pela ordem das questões do questionário, foram distribuídos os seguintes pesos:

QUADRO 1 – Nível educacional dos pais (5% e 2%):

Pós-graduação	1,05
Superior completo	1,02

QUADRO 2 – Posição Profissional dos pais* (10%, 7%, 2%):

Dono de empresa	1,1
Sócio	1,07
Gerente	1,02

* Caso os pais tenham curso superior e trabalhem como autônomos, registra-se 1,05.

QUADRO 3 – Em caso de uma das respostas anteriores, quanto ao nível da empresa (10%, 5%, 2%):

Grande	1,1
Média	1,05
Pequena	1,02

QUADRO 4 – Para a condição de trabalho do jovem (1%):

Não trabalha	1,01
Trabalha	1

QUADRO 5 – Gasto mensal declarado

(Para estudantes que não trabalham: entre 2% e 15%):

Até R\$ 299,	1
De R\$ 300, até R\$ 499,	1,02
De R\$ 500, até R\$ 799,	1,05
De R\$ 800, até R\$ 999,	1,07
De R\$ 1000, até R\$ 1499,	1,1
A partir de R\$ 1500,	1,15

Foram considerados gastos supérfluos: roupas; CD's e DVD's; celular; lazer; cinemas, shows, festas; viagens; poupança. Esse critério não envolve juízo de valor, visto que gastar ou não nesses itens não foi o foco da análise dos dados, mas sim o montante utilizado nele. Os valores estão relacionados abaixo:

QUADRO 6 – Para os estudantes que trabalham (entre 2% e 10%):

Até R\$ 499,	1
De R\$ 500, até R\$ 799,	1,02
De R\$ 800, até R\$ 999,	1,05
De R\$ 1000, até R\$ 1999,	1,07
A partir de R\$ 2000,	1,1

QUADRO 7 – Tipo de escola (-10%, 5%):

Privada; Pública e Privada	1,05
Pública	0,9

Parentes da geração anterior que estudaram na mesma escola (quando escola privada): 1,1.

QUADRO 8 – Frequentou curso pré-vestibular (-5%, 2%):

Sim	1,02
Não	0,95

QUADRO 9 – Tipo de cursinho frequentado (1%, 3%, 5%):

Extensivo	1,05
Intensivo (Semi-extensivo)	1,03
Revisão	1,01

QUADRO 10 – Condição residencial (5%, 10%):

Própria	1,1
Mora sozinho, mas é sustentado pela família	1,05

QUADRO 11 – Forma de obtenção da residência (quando própria) (entre 3% e 7%):

Herança	1,07
Compra de parentes	1,06
Construída	1,05
Compra de terceiros	1,03

QUADRO 12 – Se a família possui residência no campo ou na praia* (5%, 10%):

Sim	1,1
Quando a propriedade situa-se fora do RS	0,05

* A cada propriedade soma-se ao 1,1 mais 0,1.

QUADRO 13 – Carro familiar* (2%, 20%):

“Popular” (até R\$ 30 mil)	1,02
“Médio” (até R\$ 70 mil)	1,05
“Executivo” (até R\$ 100 mil)	1,1
“Luxo” (a partir de R\$ 100 mil)	1,2

* A cada carro a mais se soma o número decimal correspondente ao modelo.

QUADRO 14 – Renda familiar mensal (Entre -20%, 100%):

Até R\$ 1.999,	0,8
De R\$ 2.000, até R\$ 3.999,	0,9
De R\$ 4.000, até R\$ 6.999,	1
De R\$ 7.000, até R\$ 9.999,	1,05
De R\$ 10.000, até R\$ 11.999,	1,1
De R\$ 12.000, até R\$ 14.999,	1,2
De R\$ 15.000, até R\$ 19.999,	1,3
De R\$ 20.000, até R\$ 24.999,	1,4
De R\$ 25.000, até R\$ 29.999,	1,5
De R\$ 30.000, até R\$ 49.999,	1,6
De R\$ 50.000, até R\$ 99.999,	1,8
A partir de R\$ 100.000,	2,0

QUADRO 15 –Valores extremos que o índice pode assumir*:

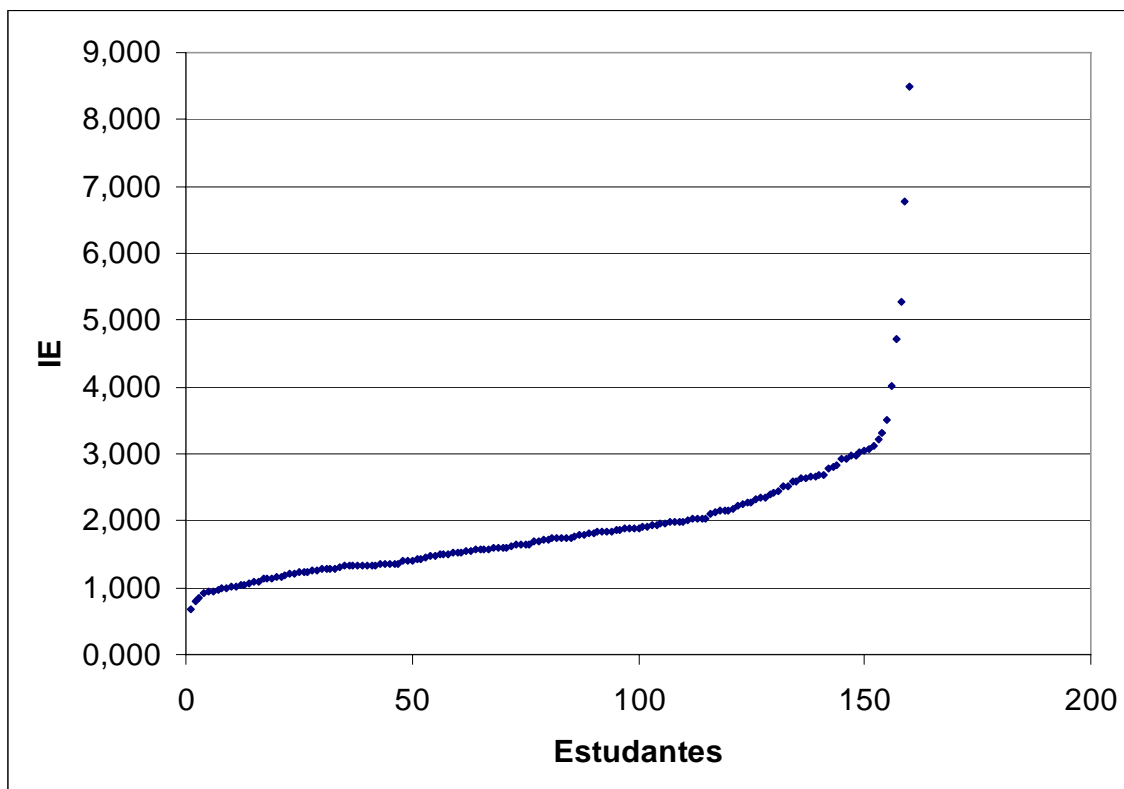
Valor Mínimo	0,684
Valor Máximo	8,499

* Para o valor máximo não há um limite fechado, como para o valor mínimo, visto que o número de carros e imóveis da família pode fazer o valor crescer significativamente. No cálculo do valor extremo apresentado foi computado um carro de luxo e uma propriedade fora do Estado do RS, além do valor máximo a todas as demais variáveis. Para o valor mínimo foram utilizados os menores valores disponíveis a cada variável. Nenhum dos valores extremos foi atingido.

Alguns testes matemáticos foram realizados para avaliar o Índice em suas potencialidades. Os resultados da diferença entre o menor IE encontrado no grupo e o menor IE possível de se atingir (0,121), são baixos se comparado com a diferença entre o maior IE possível e o maior encontrado (1,721). Isso indica que o Índice não se presta para avaliar as diferenças de pobreza no grupo pesquisado, fato explicado pela não diferenciação negativa na maior parte dos indicadores. Em apenas 3 dos 16 indicadores que compõe o IE há perda de pontos, ou seja, ocorre a multiplicação dos valores de modo a repercutir negativamente no IE (por 0,9 ou 0,95, por exemplo).

Por outro lado, a diferença apontada no extremo superior do grupo mostra a validade do IE para analisar diferenças de riqueza internas à população estudada. No gráfico que apresenta a distribuição dos casos em ordem crescente fica claro o valor do IE para diferenciar riqueza e sua fragilidade em diferenciar estratos baixos e, em alguma medida, até médios. Por outro lado, não se pode afirmar que no grupo não existam membros das classes sociais ricas, mas sim a ausência dos muito ricos, em termos monetários, visto que o fator que limitou – para a aproximação dos maiores valores obtidos e o topo permitido pelo IE – foi a renda familiar.

Em defesa do IE, pode-se afirmar também que a grande desigualdade de renda na sociedade brasileira é ampliada nos estratos superiores. Os gráficos de distribuição de riqueza apontam para uma linha de lento crescimento até os estratos que comporiam uma alta classe média. A partir do grupo que detém altos níveis de riqueza o grau de crescimento do gráfico amplia significativamente, num desenho muito semelhante ao do gráfico do grupo que serviu para a criação do IE (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – Índice de Estratificação – por sujeito.

Isso se comprova na divisão realizada para a formação de grupos diferenciados para a análise. Procurou-se destacar o grupo extremo superior (A) do restante da população, de crescimento mais homogêneo. Para tal divisão na população pesquisada acompanhou-se a diferença entre os casos em ordem crescente. No caso em que essa diferença atingiu, pela primeira vez, um décimo (0,100), demarcou-se a linha divisória. Essa diferença só apareceu no 140.º caso, sendo o grupo A, composto pelos 18 indivíduos acima dessa marca. O grupo C, grupo de comparação, foi formado a partir da definição do grupo A, de modo a congregar o mesmo número de casos, 18 indivíduos.

Buscou-se, dessa forma, diferenciar os grupos pelo volume de Riqueza Social captada pelo IE. Nota-se que a divisão entre o grupo A e o grupo médio foi definida pela acentuação da diferença entre um indivíduo e outro, o que está de acordo com o conhecimento acumulado sobre a desigualdade de riqueza monetária no Brasil. Este grupo

é considerado socialmente rico, porque, além da renda, ele concentra posições profissionais destacadas, oportunidades educacionais diferenciadas, patrimônio e condições de usufruir de serviços privados e bens de consumo inacessíveis à outros grupos sociais.

Na formação do IE, acrescentou-se pontuação apenas para os rendimentos superiores a R\$ 7.000, O IBGE tem como faixa máxima de estratificação rendimentos acima de R\$ 6.000, por família. Isso totaliza 8.956.161 pessoas, ou 5% da população (Censo demográfico, 2000), deflacionado esses valores até dez/2007, a renda desse estrato ficaria hoje em torno de R\$ 9.000, mas, provavelmente, o número de pessoas com essa faixa de rendimento seja bastante diferente, o que só poderá ser constatado com maior precisão no próximo Censo Demográfico, previsto para 2010. Apesar disso, esse número é tomado como um razoável indicativo pelo simples fato de ser o único existente para tal comparação.

O rendimento médio das famílias com renda superior a R\$ 6.000 é de R\$ 10.897,52. Isso indica uma renda no estrato superior bastante diferenciada, atingindo valores elevados no topo da pirâmide social. Considerando que há uma linha progressiva no crescimento dos rendimentos familiares, para cada família com rendimento próximo aos R\$ 6.000, estabelecidos como piso do estrato, deve haver outra com rendimento de R\$ 15.800, para que se atinja a média do mesmo. Sabendo que a distribuição de rendimentos no Brasil é muito desigual, acentuando-se ao extremo a sua concentração no topo da pirâmide, pode-se deduzir que os superiores à média de R\$ 10.900, concentram-se no subgrupo correspondente aos 20% últimos, ou seja, no grupo que corresponde a menos de 1% da população total do país.

A discussão sobre rendimentos monetários é importante porque apresenta a dimensão do problema da distribuição de riqueza no Brasil. E será utilizada de forma específica quando se analisar a estratificação do grupo pesquisado pela renda familiar declarada.

Mas, como se entende numa das dimensões da estratificação, a riqueza em termos mais amplos, valoriza-se a renda monetária e amplia-se essa discussão. A criação do IE permite hierarquizá-los de acordo com outros fatores somados à renda familiar, revelando

outros elementos que, além de dinheiro e patrimônio, concorrem para legitimar, conservar, ampliar e reproduzir esse grau de apropriação da riqueza social.

Destacam-se: a escolarização dos pais, que facilita a ocupação de posições no mercado de trabalho mais ou menos rentáveis, de acordo com a área de atuação e o nível de escolaridade; as estratégias traçadas para os filhos por pessoas com alta escolaridade que, normalmente envolvem investimentos consideráveis nas oportunidades educacionais deles; a posição profissional desses pais que indica seu modo de inserção neste mercado de trabalho; a correlação entre alta escolaridade e posições profissionais destacadas que, via de regra, premia esses profissionais com altos salários ou rendimentos.

Essas condições familiares permitem aos jovens, quase sempre, escolher o momento de ingressar no mundo do trabalho, o que para outros não é uma opção, mas uma exigência, devido às condições precárias de reprodução social (CAMARANO, 2006). Assim, a forma como os jovens de um ou outro grupo inserem-se no trabalho também se mostra diferenciada, tendo em vista que a escolha do local de trabalho permite abrir novas oportunidades. A renda desse trabalho também é usufruída de forma diferenciada: enquanto os filhos de classes e grupos enriquecidos dispõem de sua renda exclusivamente para custear seus gastos individuais, os filhos de classes e grupos empobrecidos e médios têm compromissos familiares anteriores ao seu consumo individual.

Essas condições refletem-se nas estratégias escolares das famílias. Entre a escola privada e a pública formou-se uma condição de oferta de ensino diferenciada. De modo sistemático as escolas de qualidade, capazes de aprovar seus egressos nos vestibulares mais concorridos, são as privadas. Em função disso, reativamente, os grupos sociais que podem dispensar uma parte da renda familiar na escolarização privada, tendem a fazê-lo. Soma-se a essa estratégia o investimento ao final do Ensino Médio nos cursinhos pré-vestibulares, atualmente constituintes do sistema educacional para quem vislumbra carreiras universitárias.

Entre os egressos da escola pública, quando em condições favoráveis, o investimento monetário na educação limita-se ao cursinho, que serve em última medida, para sanar algumas lacunas da escola básica e possibilitar, assim, o ingresso na universidade pública.

Além desses indicadores de oportunidades diferenciadas, há outros que apontam para a consolidação da posição, tais como residência própria herdada pela família, residência de férias, mais de um carro ou um de alto valor de mercado, automóvel individual para o filho, entre outros.

Todos esses indicadores apontam para parâmetros comparativos diferenciados entre os grupos envolvidos na pesquisa. Esses indicadores circulam em torno do fator predominante da desigualdade no Brasil, que é a distribuição de riqueza, seja em relação à capacidade de gerá-la, apropriar-se ou usufruir dela.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS

As questões que problematizam a desigualdade social no instrumento de coleta de dados foram formuladas a partir dos acontecimentos sociais que contribuíram para a formulação da pauta política durante o período de vida desses jovens. Essa etapa compreende a fase de socialização imediatamente anterior à entrada na universidade.

Inicia-se o capítulo pela caracterização socioeconômica dos estudantes. A partir desta, é apresentada a composição dos grupos constituídos pelos quatro modos de estratificação a que foram submetidos os dados dos universitários. Finalmente, são expostos os resultados das percepções, divididos por grupo de estratificação. Primeiro pelos Grupos Socioeconômicos extremos, seguido pela Origem Social; a Trajetória Escolar e a Renda Familiar.

Para a análise diferenciaram-se as respostas dadas em três grupos analíticos: [1] nível de reconhecimento da desigualdade como um problema social estruturante das relações sociais no país; [2] posicionamento de aproximação às reivindicações igualitaristas, caracterizado como progressista; ou ainda [3] posicionamento de aproximação às reivindicações não-igualitaristas, caracterizado como conservador.

4.1 Caracterização socioeconômica da população pesquisada

Caracterização da população pesquisada

Sexo, cor, idade e trabalho.

Do total de 158 universitários que responderam ao questionário, 84 (53,16%) são do sexo feminino e 74 (46,84%) do masculino. A pequena diferença entre os sexos acompanha o perfil da população geral do Estado do Rio Grande do Sul, com uma pequena acentuação

em favor do sexo feminino, que pela contagem da população realizada em 2007 concentrava 50,23% da população do Estado⁷.

Em relação à cor, raça ou etnia, 147 (93,04%) declararam-se brancos, 5 pardos (3,16%), 2 negros (1,27%) e 3 declararam outra origem (1,90%). Aqui nota-se uma concentração maior de brancos do que na população gaúcha. No Estado, de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, 2007, 81,7% da população declarou-se Branca, 5,1% Negra e 12,8% Parda⁸.

A idade dos universitários da amostra foi agrupada. Abaixo de 18 anos havia apenas 1 estudante (0,63%); entre 18 e 20 anos, 103 (65,19%); entre 21 e 23 anos, 33 estudantes (20,89%); entre 24 e 27 anos, 18 (11,39%) e acima de 28 anos, 3 estudantes (1,90%).

Em relação à condição de trabalho foi questionado se no momento da pesquisa o estudante além de cursar a universidade também trabalhava: 49 estudantes declararam trabalhar (31,01%); 109, não trabalhavam (68,99%).

Renda familiar

A renda familiar também foi analisada. Além de compor uma dimensão específica de estratificação, foi uma das variáveis que compôs o IE. Na população os gastos individuais mensais declarados atingem a média de R\$ 590,61 e a mediana, R\$ 475,00; a renda familiar média mensal era de R\$ 6.956,84, a mediana atingia R\$ 6.000,00. Nota-se como a renda média é elevada, se compararmos com a renda média das famílias brasileiras (Tabela 7).

Patrimônio residencial

Das famílias dos entrevistados, 129 (81,65%) possuíam residência própria; 21 (13,29%) alugavam; 7 (4,43%) ocupavam residência cedida. Além da condição do imóvel é significativo situar sua localização. Em seis bairros de Porto Alegre 25% das famílias

⁷ IBGE, Contagem da População 2007, disponível no Sítio www.ibge.gov.br, acesso em 30/05/2008

⁸ IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, disponível no sítio www.ibge.gov.br, acesso em, 30/05/2008

residentes ultrapassam a renda mensal de 30 Salários Mínimos, para este trabalho esses são considerados bairros “nobres” (IBGE, 2000). Entre a população pesquisada, 14 famílias (8,86%) residiam nesses bairros; o restante estava distribuído entre outros bairros e cidades. Ainda no grupo que respondeu ao questionário, 66 (41,77%) declararam ter residência de campo ou praia.

Escolaridade dos pais

No que diz respeito à escolaridade do pai, 32,91% possuem graduação, enquanto 23,42% além da formação superior, concluíram também a pós-graduação. Assim, entre os pais há um total de 56,96% com, ao menos, curso superior completo. Em relação às mães dos universitários, 42,41% delas concluíram a formação superior e outras 24,05% cursaram também pós-graduação. A soma das mães com curso superior chega a 66,46%, 10 pontos percentuais acima do total dos pais.

Escola

O tipo de escola foi trabalhado como dimensão específica de estratificação da população, a trajetória escolar. Essa variável foi dividida em três categorias: públicas; privadas ou públicas e privadas. Entre os estudantes, 19 (12,03%) declararam ter estudado apenas em escolas públicas; 40 (25,32%) ter estudado em escolas privadas e públicas; e 99 (62,66%) apenas em escolas privadas. É válido comparar com os dados nacionais, que indicam que 83,7% dos estudantes da educação básica em 2005 concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, contra 16,3% em escolas privadas. Os dados locais indicam que 57,5% dos concluintes estavam em escolas públicas e 42,5%, em particulares, em Porto Alegre⁹

Além da escolaridade básica, 148 (93,67%) realizaram curso pré-vestibular; e dez (6,33%) não o fizeram. Dos 148 que fizeram cursinho, 95 (60,13%) freqüentaram no máximo um ano; 48 (30,38%) precisaram entre dois e três anos até a aprovação no vestibular; e cinco (3,16%) cursaram este tipo de instituição por mais de três anos ou mais.

⁹ INEP: dados obtidos no sítio www.inep.gov.br, maio de 2008.

4.2 A formação dos grupos socioeconômicos, da origem social, da trajetória escolar e da renda familiar

A seção a seguir expõe as dimensões que compuseram as quatro estratificações do grupo de universitários. Essas serão cruzadas no procedimento analítico posterior. Os Grupos Socioeconômicos, constituídos a partir do Índice de Estratificação, marca uma inovação em termos de estratificação socioeconômica multidimensional; a origem familiar foi captada pela posição profissional do pai; a trajetória escolar pelo tipo de escola freqüentada; e a renda familiar mensal foi declarada pelos estudantes. Essas quatro dimensões compuseram os modos de segmentar a população.

4.2.1 Grupos-Socioeconômicos

A análise dos dados obtidos junto aos jovens universitários neste estudo permite uma primeira aproximação ao segmento mais rico da sociedade e para uma melhor identificação dos que são economicamente privilegiados estratificou-se o grupo. O critério utilizado foi a diferença estatística dos valores apresentados entre os casos. Não foi estabelecido um valor mínimo. Quando a diferença entre os índices de um caso e do caso imediatamente superior atingiu 0,1, marcou-se a linha que definiria o Grupo Sócio-Econômico superior (A). Essa linha definiu em 18 o número de casos desse grupo. O outro grupo extremo, (C), foi determinado a partir da constituição do GSE A. Deste modo, também foram analisados 18 casos.

Os grupos extremos totalizaram 36 casos, os demais 122, compuseram o grupo médio, que contribuiu para a caracterização da população pesquisada e teve seus dados

analisados nas outras três dimensões, mas, não foram tratados como um Grupo Sócio-Econômico específico, tal como ocorreu com os extremos A e C (ver Tabela 4¹⁰).

TABELA 4 – Grupos Socioeconômicos (GSE) - Frequência

	<i>Freq.</i>	<i>%</i>
A	18	11,4
C	18	11,4
Total de casos respondidos	158	100
<i>Missing</i>	0	0

Os Grupos Socioeconômicos foram definidos pela proximidade dos resultados obtidos através do Índice de Estratificação (IE). Sendo assim, não há uma definição teórica *a priori* do que seja um GSE. Estes foram caracterizados pela proximidade de acesso a múltiplos recursos que compõem uma situação de riqueza social em comparação aos demais indivíduos respondentes da pesquisa.

4.2.2 Origem Social

A origem social dos estudantes foi definida pelas relações destes com o mundo do trabalho na sua fase inicial de socialização. A criança tem o primeiro contato com mundo do trabalho através da profissão do pai e da mãe. Mas, o papel de um e de outro é percebido de forma diferenciada no cotidiano da criança.

A mãe tem, em geral, maiores responsabilidades domésticas do que o pai. Isso implica numa diferenciação de percepção dos papéis sociais desempenhados por eles, estando o pai mais afastado e relacionado à vida pública.

Mesmo com uma proporção alta de mães ativas economicamente, o fato de ela concentrar as funções domésticas, ou, no limite, exercer esse papel mais frequentemente do que o pai, faz com que a percepção da criança relacione o pai à esfera pública, ao que ele faz fora de casa, enquanto a mãe, à esfera doméstica, ao que ela faz em casa. Obviamente,

¹⁰ Todas as tabelas em que não for citada a fonte têm como base o banco de dados da pesquisa.

não existe um padrão único. Mas as pesquisas gerais sobre dupla jornada feminina indicam que essa proposição não é infundada.

Mesmo assim, com o banco de dados concluído procurou-se fazer alguns testes estatísticos para averiguar as correlações entre as profissões dos pais com as questões sociais propostas na pesquisa. A profissão do pai, apontada por Bourdieu (2004) como caracterizadora dessa origem familiar, apresentou resultados pertinentes, revelando regularidades que não se mostraram quando cruzadas com a profissão da mãe com essas percepções. Desse modo, na análise dos dados, aquele indicador foi privilegiado em detrimento deste.

Para estratificar o grupo em relação à profissão do pai, foram diferenciadas três formas de inserção no mundo do trabalho. Uma primeira refere-se ao modo de inserção subordinado: como *funcionário* que recebe salário pelo trabalho feito numa jornada.

Essa forma é diferente do modo *autônomo* de inserir-se. Este não conta com as garantias relativas do trabalho assalariado, mas, por um lado, dependendo da área de atuação e do grau de especialização e qualificação, tem possibilidades de ganhos maiores do que aqueles. É o caso das profissões liberais, que neste exercício são incluídas na categoria *autônomo*. Por outro lado, quando não qualificado, tende a formar um grupo de trabalhadores altamente explorados, com baixos rendimentos e sem qualquer espécie de garantias sociais, caracterizando um trabalhador em situação de precariedade.

A outra se refere aos trabalhadores “*executivos*”, que não são nem simples funcionários, nem autônomos. Formam o grupo dos gerentes, sócios e proprietários de empresas privadas. São aqueles profissionais que, de acordo com uma perspectiva marxista, se beneficiam diretamente do processo de produção e reprodução do capital. Normalmente, são muito bem remunerados e possuem ativos que lhes garantem uma segurança relativa frente aos demais trabalhadores.

Essa maneira de diferenciar o modo de inserção no mercado de trabalho hierarquiza as variáveis em torno da riqueza social disponibilizada por cada um dos grupos. São mais ricos os “*executivos*”, seguidos pelos autônomos e funcionários.

Ao contrário do que ocorreu em relação aos GSE, quando analisados os dados da origem familiar, foram incluídos todos os casos respondidos. Esse procedimento permite

analisar a população pesquisada como um todo e vislumbrar algumas particularidades das percepções em relação a essa dimensão específica (Tabela 5).

TABELA 5 – Posição profissional do pai - Frequência

	<i>Casos.</i>	<i>%</i>
“Executivos”	61	42,4
Funcionário	48	33,3
Autônomo	35	24,3
Total de casos respondidos	144	91,1
<i>Missing</i>	14	8,9

Percebe-se uma distribuição razoavelmente homogênea entre os três grupos, com diferenciação entre aquele composto por autônomos (24,3%) e “executivos” (42,4%). Esses dois somam 66,7% do total da população pesquisada. Essas categorias podem ser classificadas como “empregadores” ou “trabalhadores por conta própria”, seguindo a denominação empregada pelo IBGE. Nesse caso, a concentração desses grupos na população investigada revela-se bastante acentuada, tendo em vista que na Região Metropolitana de Porto Alegre esses dois grupos somados atingiam pouco mais de 23%, enquanto os “empregados” ou “domésticos” somavam 76%¹¹.

4.2.3 Trajetória Escolar

A trajetória escolar tem grande importância no processo de socialização dos jovens e tende a ter maior influência sobre os modos de agir e pensar entre aqueles que frequentaram a escola por longo período, como é o caso no grupo pesquisado. Na diferenciação entre trajetórias escolares é necessário distinguir o tipo de escola frequentado. Desse modo, segmentou-se o grupo em egressos de escolas privadas, de escolas públicas ou que tenham realizado os estudos parte em escolas públicas, parte em privadas.

¹¹ IBGE, 2007, Pesquisa Mensal de Emprego – Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, disponível no site www.ibge.gov.br, acesso em set/2008.

No caso de acesso universal ao ensino fundamental, alcançado através da expansão maciça da escola pública, a tendência seria o público freqüentador ser socialmente mais diversificado, já que os grupos que até o último quarto do século XX estiveram fora da escola passam a ter lugar garantido e freqüência obrigatória.

Uma consequência desse processo foi o deslocamento da excelência de ensino, disputado entre escolas públicas e privadas até meados da década de 1980, que passa a ser concentrado, quase exclusivamente, nas instituições privadas. Nessas escolas também há uma crescente pluralização do público atendido, mas em patamares diferenciados. Enquanto na escola pública abre-se vaga para grupos pobres e miseráveis, até então excluídos das oportunidades de ensino, nas escolas privadas abre-se um mercado de educação formal, que atrai os grupos médios e as classes sociais ricas.

Essa diferenciação acontece não só no público que freqüenta as escolas como entre os próprios colégios. Entre as instituições públicas há aquelas que concentram grupos pobres e muito pobres e aquelas nas quais predominam o acesso de grupos médios. Entre as privadas, por sua vez, há instituições que recebem quase exclusivamente grupos ricos e muito-ricos, enquanto outras atendem majoritariamente grupos médios. A pluralidade interna existente nas escolas é limitada, não atravessa verticalmente a estratificação social.

Essas considerações apontam para a diferenciação existente entre os grupos sociais freqüentadores de cada tipo de instituição e entre as próprias instituições. Essa falta de pluralidade vertical nas escolas limita o contato e a convivência entre grupos sociais distintos, superiores e inferiores. A barreira criada pelas oportunidades diferenciadas de acesso a escolas desiguais na infância e na adolescência influencia modos de socialização diferenciados. Na tabela encontra-se a distribuição de freqüências por tipo de trajetória escolar.

TABELA 6 – Trajetória escolar - Freqüência

	<i>Casos</i>	<i>%</i>
Privada	99	62,7
Pública	19	12
Privada e Pública	40	25,3
Total de casos respondidos	158	100
<i>Missing</i>	0	0

Conforme exposto na Tabela 3, página 40, em que se apresentam os concluintes do Ensino Médio no ano de 2005, dado mais recente disponibilizado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 16,3% dos egressos da educação básica concluiu esse nível de ensino na rede privada. Mesmo se forem levados em conta apenas o dado de Porto Alegre o grupo investigado apresenta-se distinto em relação à população, tendo em vista que nessa capital a taxa de egressos de escolas privadas atinge 42,5%. Comparando-se com a população total do país, o grupo de universitários revela uma concentração entre estudantes egressos da rede escolar privada. Dos respondentes, 88% frequentaram exclusiva ou parcialmente esse tipo de escolas (ver Tabela 6). Esse dado corrobora as conclusões referentes à elitização desses cursos na universidade.

4.2.4 Renda Familiar

A terceira dimensão específica analisada é a renda familiar, indicador da desigualdade sócio-econômica na sociedade brasileira. Sua importância na definição das possibilidades de socialização deve-se a ser a variável econômica que possibilita distinguir imediatamente as pessoas e grupos, pela limitação de acesso a bens materiais e culturais na partida. Por exemplo, uma renda familiar baixa impedirá uma família de escolher a escola onde matricular seus filhos, uma renda média ampliará as possibilidades e uma renda alta não só possibilitará à família matricular os filhos onde quiser como permitirá investimentos em outras formas de educação, tais como cursos de línguas estrangeiras, viagens e intercâmbios culturais e materiais didáticos diferenciados. O exemplo trata apenas das oportunidades educacionais. Deve-se ampliar a reflexão para outros tipos de bens e oportunidades cuja aquisição dependa da renda familiar.

Para a pesquisa foram definidos três grupos, mas apenas os extremos foram analisados. Limitou-se à renda do grupo inferior a R\$ 6.999,00. O grupo superior teve renda maior do que R\$ 20.000,00. Dessa forma foi criado um grupo médio, em relação à população brasileira, e um grupo rico. Abaixo se apresenta uma tabela sintética do grupo analisado (Tabela 7), separado de acordo com a renda mensal declarada.

TABELA 7 – Renda familiar - Frequência

	<i>Casos</i>	<i>%</i>
Mais de R\$ 20.000	10	7,3
Até R\$ 6.999	72	52,6
Total de casos respondidos	137	86,7
<i>Missing</i>	21	13,3

As respostas fornecidas pelos estudantes possibilitaram estratificar o grupo em três faixas de renda. Para fins de análise foi excluído o grupo médio, ficando-se com apenas os extremos. O grupo mais empobrecido, em relação à população pesquisada, com renda familiar de até R\$ 6.999,00 concentrou 72 casos, ou 52,6% do total de estudantes respondentes. O grupo “rico”, com renda familiar declarada superior a R\$ 20.000,00 teve 10 casos, ou 7,3% do total.

4.3 A percepção das desigualdades socioeconômicas – um exercício de estratificação cruzada

Já foi mencionado que, teoricamente, os sujeitos não pensam ou percebem o mundo de forma auto-referenciada; eles compartilham um modo de compreensão da realidade social que os cerca junto ao seu grupo imediato, a família, os grupos institucionais e as classes sociais nos quais realizam sua formação e socialização e aos quais pertencem.

Sendo assim, analisaram-se os dados referentes ao reconhecimento da desigualdade socioeconômica e ao posicionamento frente a ela a partir de quatro dimensões que, cruzadas, possibilitam dimensionar relacionalmente a influência dos elementos empíricos como condicionantes na formação das percepções. As dimensões analisadas foram: os Grupos Sócio-Econômicos definidos a partir do Índice de Estratificação; a Origem Social; a Trajetória Escolar e a Renda Familiar.

4.3.1 Grupos Socioeconômicos

Caracterização dos GSE A

Sexo, cor, idade e trabalho.

No Grupo Socioeconômico A, 10 estudantes (55,56%) são do sexo feminino e oito do masculino (44,44%). Nele, 94,44% declararam-se brancos e apenas um estudante, (5,56%) declarou-se de outra etnia (“multi-étnico”).

Em relação à idade, este grupo revelou-se bastante jovem. Entre 18 e 20 anos concentravam-se 14 estudantes (77,78%), outros 3 (16,67%) situavam-se entre 21 e 23 anos e apenas um (5,56%) estava na faixa de idade entre 24 e 27 anos. Dos universitários desse grupo socioeconômico, três (16,67%) declararam trabalhar, enquanto 15 (83,33%) não exerciam atividade de trabalho.

IE

O Grupo Socioeconômico A é o que apresenta maior grau de Riqueza Social, conforme apontado pelo IE. O índice variou entre [IE = 6,778] (máximo) e [IE = 2,791] (mínimo). O IE médio é igual a 3,519 e o mediano é 3,057. A diferença entre os extremos do grupo A é de 3,987. Esta é acentuada se comparamos a diferença entre os extremos do grupo C, ou até mesmo da população total. Isso se dá pela diferença real existente na realidade, mas também pela capacidade do IE em captar diferenciações entre riqueza muito mais do que entre pobreza.

Verifica-se no grupo A uma distância significativa entre os IE's médios e medianos da população pesquisada com os mesmos valores do grupo A, sendo esses, quase 100% mais altos do que aqueles. Isso apenas confirma a posição relativa de riqueza em comparação ao restante da população pesquisada.

Renda familiar

Os gastos médios individuais, no grupo A, atingem R\$ 932,56 e o mediano, R\$ 692,50; a renda familiar média mensal é de R\$ 18.666,67, a mediana atinge R\$ 20.000,00. Os pesquisadores da área afirmam que há uma tendência de quanto mais alta a renda, maior a subestimação na declaração (POCHMANN, *et.al.* 2004). Isso significaria que os valores declarados podem ser ainda mais elevados. De qualquer forma, trabalhando com os dados informados, tem-se uma renda elevada, quase o dobro da renda média do estrato mais rico pela classificação do IBGE (cf. Tabela 2, p. 40).

Patrimônio residencial e automotivo

Das famílias do grupo A, todas possuíam casa própria. E, além da residência onde vivem, 12 (66,67%) ainda tinham casa de campo ou de praia. Nos bairros “nobres” de Porto Alegre, caracterizados anteriormente, habitavam quatro famílias, 28,57% das que moravam na cidade.

Entre os universitários desse grupo sete (38,89%) possuíam carro próprio e todas as famílias possuíam ao menos dois veículos, sendo que oito (44,44%), tinham três automóveis no momento da pesquisa.

Escolaridade dos pais

No grupo A, a escolaridade dos pais é elevada. Em relação ao pai, oito (44,44%) possuíam algum tipo de curso de pós-graduação; outros quatro (22,22%) completaram o ensino superior e um (5,56%) frequentou, mas não completou esse nível de ensino. Ao todo, 13 (72,22%) tiveram contato com o nível superior de ensino.

Entre as mães o nível de escolarização é ainda mais elevado: oito (44,44%) realizaram pós-graduação e 10 (55,56%) concluíram o ensino superior, totalizando 100% das mães com no mínimo, curso superior completo.

Escola

Entre os estudantes do grupo A, 17 (94,44%) realizaram a escolarização básica exclusivamente em escolas privadas e um (5,56%) dividiu sua escolarização, realizada no interior do Estado, entre escolas públicas e privadas; nenhum estudante desse grupo freqüentou apenas escolas públicas.

Todos os estudantes desse grupo freqüentaram curso pré-vestibular. Desses, 14 (77,78%) ficaram no máximo um ano e quatro (22,22%) cursaram entre dois e três anos.

Caracterização dos GSE C

Sexo, cor, idade e trabalho.

O Grupo Socioeconômico C é composto por 18 estudantes, nele há uma distribuição idêntica entre homens e mulheres: nove (50%) do sexo feminino, e nove (50%) do masculino. Quinze (83,33%) estudantes se declararam brancos e 3 (16,67%) pardos.

No que concerne à idade, oito tem entre 18 e 20 anos (44,44%); quatro entre 21 e 23 (22,22%); e seis entre 24 e 27 (33,33%), o que o distingue da população pesquisada, já que nesta, 103 (65,19%) estudantes apresentavam idade variando entre 18 e 20 anos, a apenas 18 (11,39%), idade entre 24 e 27 anos. Trata-se, portanto, de um grupo mais envelhecido.

No grupo C, 13 estudantes (72,22%) declaram trabalhar. Essa taxa é bastante superior ao da população pesquisada, na qual 31,01% declaram trabalhar.

IE

Esse é o grupo com menor grau de Riqueza Social, conforme apreendido pelo IE, variando entre [IE = 1,147] (máximo) e [IE = 0,805] (mínimo). O IE médio é de 1,007 e o mediano de 1,011. A diferença entre os IE extremos no grupo é de 0,342, bastante reduzida se comparamos com a diferença existente entre os extremos do grupo A. Isso acontece em virtude da própria característica do IE, como já foi mencionado anteriormente.

É importante salientar também que os valores correspondentes aos IE's do grupo C estão significativamente abaixo dos valores médio e mediano (1,881 e 1,726, respectivamente), caracterizando uma situação de pobreza em relação à população pesquisada.

Renda familiar

Os gastos individuais mensais declarados pelos componentes desse grupo atingem uma média de R\$ 494,94, e um gasto mediano de R\$ 380,00 mensais; quase R\$ 100,00 a menos que os gastos da população pesquisada. A renda familiar média mensal é de R\$ 1.840,56 e a mediana, R\$ 2.000,00 (um terço da renda mediana da população que respondeu ao questionário). Mesmo sendo uma renda baixa em comparação com o grupo pesquisado, essa renda média ainda é maior do que a média familiar da população brasileira, que atinge R\$ 1.789,66, mensais.

Patrimônio residencial e automotivo

Sobre condições de moradia, oito (44,44%) moravam em residências próprias e nove (50%) em residências alugadas, existindo um caso (5,56%) de moradia cedida. Dos 14 estudantes que declararam morar em Porto Alegre, nenhum reside naqueles bairros definidos como bairros nobres. No grupo C, nenhuma família possui casa ou outra propriedade no campo ou na praia.

Também não havia no momento da aplicação dos questionários, nenhum estudante deste grupo com carro próprio. Já em relação às suas famílias, 11 (61,11%) possuíam carro, sendo que destas, quatro (22,22%) tinham dois veículos e sete, um automóvel.

Escolaridade dos pais

No que diz respeito à escolaridade do pai, um (5,56%) possui pós-graduação. Fora este caso, nenhum outro pai terminou o curso superior, e dois (11,11%) freqüentaram, mas, não concluíram a faculdade. Entre as mães, nenhuma realizou pós-graduação, três (16,67%)

terminaram o curso superior e quatro (22,22%) freqüentaram o nível superior de ensino sem, no entanto, concluí-lo.

Escola

Entre os estudantes do grupo C, sete estudantes (38,89%) realizaram o ensino básico exclusivamente em escolas públicas; seis (33,33%) em escola privada e cinco (27,78%) dividiram-se entre escola pública e privada. Em comparação com a amostra, nota-se neste grupo uma concentração dos estudantes que freqüentaram exclusivamente a escola pública. Os membros do grupo C, representam 36,84% dos estudantes que freqüentaram apenas escolas públicas (7 em 19). Já o percentual de estudantes que freqüentaram apenas o ensino privado é quase a metade do encontrado na amostra. No grupo C eles são 33,33%, e na população, 62,66%. O percentual de estudantes que tiveram formação mista, nos dois tipos de escola, é próximo ao percentual encontrado na população pesquisada, 27,78%, contra 25,32%.

Além da escolaridade básica, dos 18 estudantes do grupo, 14 (77,78%) realizaram também curso pré-vestibular. Destes, 9 (64,29%) cursaram por até um ano, 4 (28,54%) entre 2 e 3 anos e 1 (7,14%) por mais de 3 anos até a aprovação no vestibular.

Comparação socioeconômica entre os GSE extremos

Pela caracterização dos grupos socioeconômicos A e C, feita nas seções anteriores é possível diferenciá-los de forma nítida em termos de Riqueza Social. Se considerarmos o conceito operacional definido na revisão teórica, as trajetórias dos indivíduos destes grupos assemelham-se apenas no que diz respeito ao acesso ao Ensino Superior nos cursos pesquisados. Em qualquer outra variável analisada a diferença é significativa. Apesar de serem grupos distintos, o C não pode ser considerado pobre. No máximo, pode ser caracterizado como de classe média-baixa.

A diferenciação entre os grupos A e C se dá pelo volume desigual de recursos disponibilizados por um e outro. Evidencia-se a desigualdade existente entre eles.

Considerando o grupo C como classe média-baixa em relação à sociedade brasileira, pode-se deduzir a desigualdade existente entre jovens oriundos do grupo A e as classes realmente pobres do país.

Percepção dos GSE

Levando-se em conta as desigualdades socioeconômicas no país, caracterizadas anteriormente, os grupos A e C não são tão diferentes. Mas, comparados entre si, eles traduzem posições de riqueza social distintas.

As respostas obtidas em relação ao reconhecimento da desigualdade em cada um dos grupos indicam haver um consenso sobre essa questão: 88,89% (16 de 18) dos respondentes dos dois grupos concordam plenamente com a afirmação “a desigualdade é grande no Brasil” (ver Tabela 8).

TABELA – 8

"A Desigualdade é grande no Brasil"	
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]	
GSE*	
A	88,9
C	88,9
Pop.Pesq.**	93,7

* Grupo Sócio-Econômico: "A" - enriquecido; "C" empobrecido em relação à Pop.pesq.

** População pesquisada, respondentes do questionário

O reconhecimento da desigualdade é um passo importante, mas não suficiente para encará-la como questão central na organização e reprodução da sociedade. Esse dado reflete a difusão do conhecimento sobre as assimetrias brasileiras em variados grupos sociais. Ao mesmo tempo, revela que não há diferenciação de reconhecimento da desigualdade quando este é confrontado com o Índice de Estratificação.

Perguntados sobre o impacto da desigualdade na vida nacional, 94,44% (17 de 18) dos estudantes do grupo C, apontaram esse fenômeno em correlação positiva com outros

problemas sociais, enquanto no grupo A essa taxa foi de 77,78% (14 de 18). Percebe-se nessa segunda questão uma diferenciação entre os grupos (Tabela 9).

TABELA – 9

"A desigualdade está relacionada a graves problemas sociais no país"

[Em % de respostas "Concorda plenamente"]

GSE

A	77,8
C	94,4
Pop.Pesq.	86,6

Outra questão que pode ser apontada como pertinente sobre a forma como os jovens percebem a desigualdade é o valor atribuído à igualdade. Foi possível verificar que apesar de reconhecer a desigualdade como importante e de, em sua maioria, correlacioná-la a graves problemas sociais, o grupo A divide-se em relação ao benefício social da igualdade. Metade dos respondentes concordou plenamente ou em parte com a afirmação de que *“tudo que é produzido em sociedade deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível”*. No grupo C, esse indicador atinge 88,24%. Pode-se afirmar que a percepção da desigualdade como um problema não está diretamente relacionada à valorização da igualdade, visto que o grupo A reconhece-a, mas não valoriza na mesma proporção a igualdade (Tabela 10).

TABELA – 10

"O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível"

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE

A	50,0
C	88,2
Pop.Pesq.	76,3

Isso é confirmado por outros dados. Uma medida capaz de ter efeitos positivos sobre a desigualdade é a progressividade dos impostos, com a taxa sobre fortunas. Foi perguntado se o estudante era favorável a um imposto sobre *“grandes fortunas”*. No grupo A, 50% posicionaram-se favoravelmente, exatamente o mesmo percentual daqueles que

valorizavam a igualdade, já no grupo C, esse número foi de 88,24%, o mesmo, novamente, que valorizava a igualdade social (Tabela 11).

TABELA – 11

Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas

[Em % para respostas "Sim"]

GSE

A	50,0
C	88,2
Pop.Pesq.	68,6

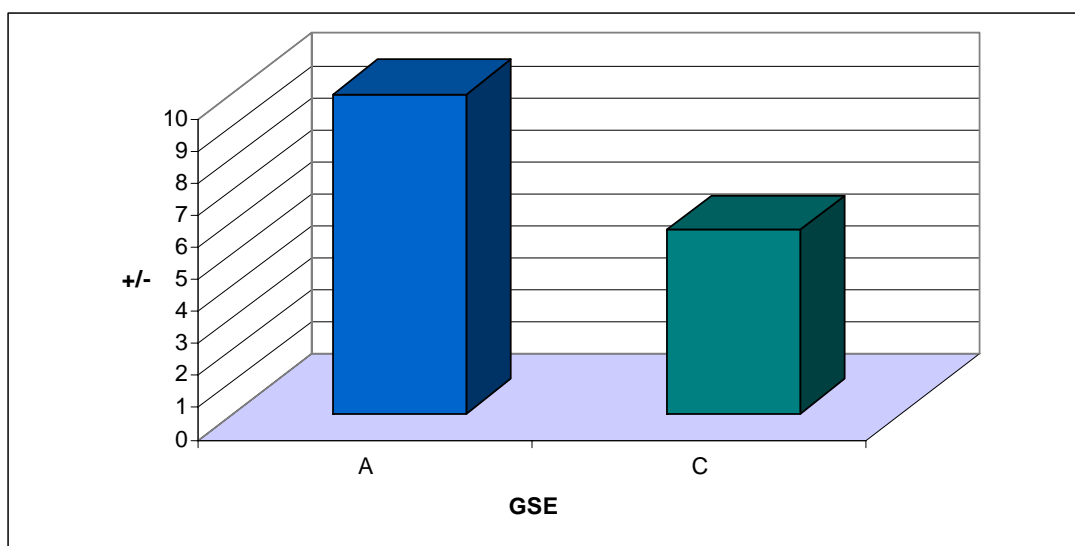
É importante destacar que as diferenças entre os GSE sobre a percepção da desigualdade aprofundam-se progressivamente. Parte-se da igualdade de reconhecimento da intensidade do fenômeno em direção ao distanciamento entre as opiniões sobre esse fenômeno constituir-se num problema e sobre a valorização da igualdade.

Esse progressivo distanciamento indica formas diferentes de perceber o fenômeno, o que revela a necessidade de aprofundar as maneiras de abordar a questão. Outro modo de averiguar o quanto a desigualdade é percebida e naturalizada por um grupo é o cálculo da razão dos rendimentos ideais, máximo e mínimo, aferidos pelos indivíduos, seguindo o modelo exposto em Scalon (2004). Entre os universitários a razão entre esses valores foi de 9,98 vezes no estrato A, e 5,75 vezes no C (GRÁFICO 2).

Considera-se grau de naturalização porque a pergunta refere-se à remuneração considerada justa, e não à praticada. No caso analisado, o grupo A considera justo que os mais ricos ganhem quase 10 vezes mais do que os mais pobres. Nas palavras de Scalon, que realiza uma comparação internacional:

Os resultados mostram que o valor da igualdade é mais forte onde ela já existe, enquanto a aceitação da desigualdade prevalece nas sociedades mais desiguais, indicando uma tendência à naturalização das disparidades de renda (SCALON, 2004, p.315).

GRÁFICO 2 – Razão média entre maiores e menores remunerações justas.



Mas, na pesquisa da autora não há uma estratificação interna das populações nacionais. Sua análise conclui que a desigualdade é naturalizada no Brasil. Na pesquisa realizada agora, indica-se que a desigualdade é naturalizada de modo diferenciado entre classes e grupos ricos e médios. Pode-se afirmar, com base nas considerações de Scalon e nos dados obtidos durante a pesquisa, que grupos sócio-econômicos beneficiados pela situação de desigualdade tendem a naturalizar mais esse fenômeno do que os que buscam a ascensão social.

Sobre as alternativas políticas emergentes na sociedade

As últimas duas décadas e meia foram marcadas pela experiência democrática recente do país. Nesse período emergiram diversos movimentos sociais, políticos e culturais que reivindicaram novos projetos, políticas públicas e realizaram ações no sentido da denúncia e da busca de solução de inúmeros problemas sociais identificados no Brasil.

Os movimentos de origem popular questionaram as desigualdades existentes no país. Em alguns casos obtiveram projeção na vida pública, seja em virtude do mérito da

causa defendida, ou seja, devido à capacidade de articulação e mediação com a sociedade. Algumas das alternativas trazidas foram submetidas à apreciação dos entrevistados.

Entre essas, estão as de renda mínima para a população de baixo poder aquisitivo, as cotas para grupos historicamente excluídos, as reivindicações patronais e dos trabalhadores, as de políticas sociais, econômicas e educacionais.

Redistribuição da riqueza

Marcelo Medeiros argumenta que na economia brasileira existe riqueza suficiente para toda a população viver dignamente, acima de qualquer linha de pobreza que possa ser construída (MEDEIROS, 2005). Mas isso só não acontece devido ao modo instituído de produção, reprodução, distribuição e consumo da riqueza no país. A existência de recursos em volume suficiente para solucionar questões referentes à pobreza e à miséria sugere a necessidade de políticas públicas de redistribuição.

Políticas desse tipo só se revelam eficazes e produzem resultados de longo prazo em relação ao desenvolvimento nacional quando sustentadas por outras (política de geração de trabalho e renda, educacional, científica), que possibilitem à população atendida autonomizar-se e garantir o exercício pleno da cidadania e da liberdade.

Entre as alternativas estão duas políticas públicas relativamente recentes do Brasil – uma de redistribuição de renda e outra de equalização de oportunidades universitárias entre grupos étnico-raciais diferenciados. A primeira, o Programa Bolsa Família, que teve origem em 2001 e a segunda, o sistema de cotas para negros, índios e egressos de escola pública, com início alguns anos mais tarde e que está em fase de implantação na universidade onde foi realizada a pesquisa.

Ambas são políticas que visam sanar algum tipo de situação de desigualdade entre grupos sociais: a primeira busca garantir recursos mínimos para a alimentação familiar, com a contrapartida da frequência na escola das crianças beneficiadas, a outra, reserva vagas para estudantes de grupos étnicos que tiveram pouco acesso, pelas vias normais, às oportunidades garantidas pela universidade.

TABELA – 12

Apoio à política de redistribuição direta de renda - Bolsa Família

[Em % para respostas "Sim"]

GSE

A	47,1
C	27,8
Pop.Pesq.	42,5

TABELA – 13

Apoio à política de cotas para negros, indígenas e egressos da escola pública

[Em % para respostas "Sim"]

GSE

A	22,2
C	44,4
Pop.Pesq.	29,0

As opiniões dos grupos sobre as duas políticas públicas foram opostas. O grupo A refutava, em sua maioria, a política de cotas (apenas 22% concordavam) e apoiava, na média o programa Bolsa Família (47% concordavam com este programa); no grupo C, 44% aprovavam a política de cotas e uma ampla maioria rejeitava a política de redistribuição de renda direta (apenas 28% concordavam com ela) (ver Apêndice 2, Tabelas 5 e 6).

A constituição socioeconômica de cada um desses grupos permite entender essas diferenciações aparentemente contraditórias. O grupo médio não se posiciona nem positiva, nem negativamente em relação à ordem desigual. Não aproveitam a abundância típica da posição rica, nem a miséria da pobre. Vive uma posição de relativa insegurança e esperança. A reprodução de sua posição social depende do investimento no jogo de concorrência estabelecido, do sucesso desse engajamento dependem as possibilidades de ascensão social. O posicionamento em relação a medidas que favoreçam esse grupo tende a ser mais bem percebido por seus membros, como a política de cotas para egressos da escola pública. Já as políticas que desvirtuam as formas de bonificação, tais como política de renda mínima tende a ser percebida negativamente, não pelos seus méritos redistributivos, mas por burlar o sistema de concorrência e não ser direcionada ao grupo. Essa mesma política não impacta em nada o grupo rico, ao contrário da política de cotas, que tira vagas previamente reservadas.

Sobre as reivindicações de grupos específicos

Ao longo do período democrático recente, os interesses de vários grupos sociais estiveram em debate constante, alguns deles de forma mais intensa e com repercussão nem sempre positiva entre os meios de comunicação. No presente trabalho, esses interesses foram divididos em dois grupos: um vinculado a interesses patronais e/ou de grupos econômicos consolidados e outro, de trabalhadores e/ou movimentos sociais. Pediu-se para que fossem dadas notas entre 5 e 10 para cada uma das formas de protestos ou reivindicações em questão. Nas tabelas são apresentadas as diferenças entre a nota média aferida pelo grupo e a máxima possível. Assim, quanto mais a nota se aproxima de 0, maior é o apoio dado ao movimento ou reivindicação em questão.

De modo geral, as reivindicações patronais e de foco econômico obtiveram menor apoio do que as dos trabalhadores e de movimentos sociais. A única reivindicação patronal que teve nota comparada a do grupo dos trabalhadores foi a que defendia proteções para a agricultura nacional. As demais tiveram notas significativamente mais baixas.

A reivindicação patronal por menos impostos obteve nota melhor no grupo A do que no C (ver Apêndice 2, Tabela 7); do mesmo modo, aquela referente ao perdão ou renegociação das dívidas agrícolas dos ruralistas (ver Apêndice 2, Tabela 10). Nas demais reivindicações patronais, o grupo C foi mais favorável do que o A (políticas industriais e medidas de proteção à agricultura nacional) (ver Apêndice 2, Tabelas 8 e 9).

A aprovação das questões relacionadas a reivindicações dos trabalhadores, políticas sociais e educacionais, é maior em todas as opções em comparação às reivindicações patronais, embora as diferenças sejam menores entre as percepções dos grupos. Isso indica uma maior aceitação dessas medidas entre os jovens universitários. Entre essas questões estão: reivindicações de professores públicos por melhores salários, estudantes contra greves desses mesmos professores e em favor de políticas sociais gerais: reforma agrária, habitação e emprego (ver Apêndice 2, Tabelas de 11 a 16).

As maiores diferenças (estudantes contra a greve dos seus professores e políticas de moradia) podem ser explicadas em função da distância que existe entre o mundo vivido por esses estudantes e as alternativas apontadas como viáveis socialmente de serem implementadas, ligadas às possibilidades econômicas ou educacionais que precisariam ser criadas para que fossem garantidas oportunidades reais aos grupos desfavorecidos.

Essa característica da percepção dos dois grupos aponta para uma sensibilização em relação à situação de pobreza no país, tendo em vista que essas reivindicações dos trabalhadores atingem, em geral, grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Isso significa um reconhecimento geral da situação de desigualdade e pobreza.

Perguntados sobre a concordância às formas de ação executadas por esses grupos sociais organizados, produziram-se dados com maior diferenciação do que o que mensurou apenas as notas às reivindicações. Essas respostas permitem captar de forma geral a aceitação maior ou menor das formas de reivindicação suscitadas por grupos sociais diferentes.

Novamente repetem-se as tendências apontadas pelas notas aferidas nas questões anteriores. As respostas de concordância às ações apresentaram maiores diferenças nas questões relacionadas a grupos patronais, com maior aceitação pelo grupo A (ver Apêndice 2, Tabelas 17 e 18). Nas respostas a questões relacionadas às manifestações de trabalhadores as diferenças não foram tão acentuadas, mas em todas elas o grupo C mostrou-se mais favorável do que o A (ver Apêndice 2, Tabelas de 19 a 23).

É válido ressaltar também o posicionamento dos estudantes em relação à questão da violência, um dos problemas normalmente apontados como consequência do fenômeno da desigualdade. Entre os estudantes do grupo A, 38,9% concordam com as greves policiais por melhores salários. O alto nível de discordância, o maior apontado por este grupo para manifestações de trabalhadores, é justificado pela maioria dos estudantes à atividade fundamental que esses profissionais exercem – a manutenção da ordem. O que deve ser apontado com relevância, para novas pesquisas em relação à percepção sobre o fenômeno da violência, é o alto índice de aprovação a medidas violentas de policiais (ver Apêndice 2, Tabela 24). A negação da greve desses profissionais em função da manutenção da ordem é compensada pela aceitação da ação violenta.

Educação e desigualdade

Para a instituição de um sistema de concorrência justo, a educação universalizada é fundamental. Embora os estudantes dos GSE's diferenciados demonstrarem perceber sua importância para a redução da desigualdade, eles posicionam-se de forma distinta ante os critérios de justiça relacionados ao tema.

À afirmação de que *níveis educacionais diferentes justificam as desigualdades da sociedade*, 27,8% dos estudantes do GSE A responderam que tal situação era justa ou muito justa; no grupo C esse percentual foi de 5,6%. Percebe-se, então, que em ambos, a idéia que aponta a educação como justificadora de desigualdades não encontra eco, apesar de alguns se posicionarem favoravelmente a esse argumento (ver Tabela 14). É pertinente ressaltar que as respostas alternativas às apresentadas nas tabelas abaixo foram: “injusto” e “muito injusto”.

TABELA – 14

“Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são...”	
[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e "Nem Justo, nem injusto"]	
GSE	
A	27,8
C	5,6
Pop.Pesq.	21,8

Em relação à afirmativa: *o acesso desigual à riqueza permite que grupos tenham educação de qualidade diferenciada*, 67% dos estudantes do GSE A consideraram que tal situação era justa ou muito justa, ou nem justa, nem injusta, ou seja, legitimavam uma educação diferenciada para grupos com acesso à riqueza ou não. Enquanto isso, 61,1% dos estudantes do GSE C qualificavam essa afirmação como justa, muito justa ou nem justa, nem injusta (ver Tabela 15).

TABELA – 15

"As pessoas que ganham muito podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"

[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e "Nem Justo, nem injusto"]

GSE

A	66,7
C	61,1
Pop.Pesq.	56,7

Ressalte-se que nos dois grupos, 33,3 pontos percentuais, dos 66,7 e 61,1, dos grupos A e C, respectivamente, foram respostas referentes à opção “Nem justa, nem injusta”, o que pode ser indicar, hipoteticamente, a naturalização do problema: “sempre foi assim”.

Isso aponta, novamente, para uma posição idealmente desfavorável à desigualdade social (ver Tabela 14), a ponto de não ser referendada por diferenciais de educação. Ou seja, não é considerado justo que pessoas com níveis educacionais díspares tenham níveis desiguais de acesso a riqueza; apesar de reconhecerem a educação como fator de desigualdade social. Por outro lado, a maioria dos estudantes aceita que pessoas com níveis de riqueza desiguais tenham acesso a oportunidades educacionais diferenciadas. O que equivale a defender o combate à desigualdade da “porta da rua para fora”, ou seja, desde que esse conflito redistributivo não interfira na vida individual.

Considerar a educação um fator determinante para explicar a situação de desigualdade social, como também aceitável que pessoas com níveis de riqueza diferenciados tenham acesso à educação de qualidade diferente é uma contradição. Se a desigualdade é reconhecida e, em grande parte, correlacionada à debilidade da educação pública, só se pode considerar que há aspiração pelo fim dela – ou, ao menos, pela sua redução – se houver um equilíbrio no nível educacional oferecido a toda a população. Podemos apontar para uma situação de conforto em relação à situação presente que não mobiliza o enfrentamento das disparidades instituídas.

Análise preliminar do tópico

Apesar de os dois grupos reconhecerem a desigualdade socioeconômica no Brasil, as diferenças se acentuam quando a questão está relacionada a medidas para reduzi-la, especialmente, no que concerne à valorização da igualdade e à taxação das grandes fortunas

As notas dadas a reivindicações que pautam as políticas econômicas diferenciadas e de segmentos sociais populares não apontaram entre os grupos grandes diferenciações. A maior aprovação foi às relacionadas aos grupos populares e não às manifestações patronais. Entre as reivindicações patronais ocorreram as maiores divergências. O GSE C apoiava medidas de proteção à agricultura nacional e políticas de incentivo à indústria, enquanto o grupo A defendia medidas contra impostos e a favor do perdão a dívidas agrícolas.

Diferentemente do ocorrido quando o item do questionário pedia “nota” às reivindicações, ao inquirir sobre a concordância com ações diretas, as diferenciações entre as percepções dos dois grupos apareceram de forma mais clara.

Sonegação de impostos por empresários e plantio de transgênicos foram ações claramente apoiadas apenas pelo grupo A. Há uma nova aproximação às percepções das ações de greve entre grupos profissionais importantes – professores públicos, centrais sindicais. Nessas a diferença é de 11,1 pontos percentuais, num patamar de alta aprovação geral. Essa diferença mantém-se estável quando a ação é a greve de motoristas de ônibus, mas com menor aprovação, assim como em relação às ocupações pelos sem-terra.

Uma questão sobre a violência, fenômeno social importante, revelou percepções diferenciadas: 16,7 pontos percentuais na concordância à greve de policiais. Questionando sobre outra ação desse grupo – a violência contra criminosos – o quadro de aprovação inverteu-se. Os 16,7 pontos percentuais mantiveram-se, mas a aprovação maior passou do GSE C, no caso das greves, para o GSE A, no caso do abuso da força.

As respostas revelaram uma percepção sobre a existência do fenômeno no grupo como um todo. A partir daí houve uma crescente diferenciação entre os dois extremos. Se as notas às reivindicações de grupos populares sinalizaram uma aprovação média entre os dois grupos, revelando uma predisposição ideal à aceitação de combate à desigualdade, em

relação às ações reivindicatórias houve uma menor aprovação sistemática no *GSE A*. Entre o ideal de redução das desigualdades e a passagem para ações reivindicatórias que possibilitariam, em alguns casos, a efetiva redução da desigualdade mostra-se uma distância razoável.

4.3.2 Origem Social

O modo de inserção na vida pública, uma injunção entre influências socializadoras é captado na dimensão familiar a partir da profissão exercida pelo pai; e na escolar, pelo tipo de trajetória percorrida. Nesta seção concentramos a análise na origem familiar, caracterizadora de possibilidades restritivas da origem social.

Para efeitos de análise foram contemplados todos os casos respondidos pela amostra da pesquisa, ao contrário da seção anterior, concentrada na apreciação dos dados dos grupos extremos. A análise dessa seção se concentra no tipo de inserção profissional do pai, e não mais no grau de riqueza social relativa à população pesquisada. A intenção é captar diferenciações a partir de um tipo específico de atividade com a qual o jovem está familiarizado: Funcionário, Autônomo e “Executivo”.

A análise das respostas do questionário indica uma predisposição à crítica da desigualdade, mas, com o mesmo padrão de respostas aferido nos grupos sócio-econômicos. A desigualdade é reconhecida nos três grupos como significativa. Em relação à análise dos grupos sócio-econômicos, essa característica foi apontada por pouco menos de 90% como “grande”. Quando analisados os dados por estrato profissional, ela ultrapassa esse valor em todos. Entre os “executivos” 90,2% consideram-na grande, entre os autônomos esse índice sobe para 91,4% e, entre os funcionários, para 97,9%. A proximidade entre as percepções existentes nos *GSE's* quase se repete, mas a noção da existência do fenômeno é mais sentida entre os filhos de funcionários (ver Tabela 16).

TABELA – 16

"A Desigualdade é grande no Brasil"			
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]			
GSE*	Posição profissional do pai		
A	88,9	“Executivos”***	90,2
C	88,9	Autônomo	91,4
Pop.Pesq.**	93,7	Funcionário	97,9

* Grupo Sócio-Econômico: "A" - enriquecido; "C" empobrecido em relação à Pop.pesq.

** População pesquisada, respondentes do questionário

*** “Executivos”: Proprietário de empresa, Sócio, Gerente

Além do reconhecimento da desigualdade, perguntou-se sobre a vinculação ou não desse fenômeno a problemas sociais graves do país. Entre os filhos dos “executivos”, 83,3% responderam afirmativamente; entre os filhos de autônomos, 88,6% e, entre os filhos de funcionários esse índice atingiu 87,5%. O grupo composto por filhos de “executivos” novamente diferenciou-se do grupo dos funcionários. Entre os autônomos houve um deslocamento de um pólo ao outro. (Tabela 17).

TABELA – 17

"O fenômeno está relacionado a graves problemas sociais do país"			
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]			
GSE	Posição profissional do pai		
A	77,8	“Executivos”	83,3
C	94,4	Autônomo	88,6
Pop.Pesq.	86,6	Funcionário	87,5

Em relação à valorização da igualdade, a polarização apontada nas duas questões anteriores muda de foco. Há uma maior aproximação entre os filhos de “executivos” e funcionários, com 78,3% e 81,25% de concordância total ou parcial à proposição, respectivamente. Entre os filhos dos autônomos, esse índice cai para 65,7% (ver Tabela 18). Uma explicação possível leva em conta a consolidação de uma percepção meritocrática, que valoriza o esforço individual e reconhece como justa a existência desse critério para diferenciar a população. No grupo de filhos de autônomos a ausência de uma propriedade específica, que não seja o trabalho individual do pai facilitaria uma aproximação a essa possibilidade explicativa.

TABELA – 18

"O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível"			
[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]			
GSE		Posição profissional do pai	
A	50,0	“Executivos”	78,3
C	88,2	Autônomo	65,7
Pop.Pesq.	76,3	Funcionário	81,3

Por outro lado, é interessante destacar que, em relação aos GSE's extremos, o grupo de filhos de funcionários não está tão convencido do valor da igualdade. Ou seja, a posição profissional do pai, em si, não garante uma maior valorização da igualdade, esta deve ser confrontada também com o grau de riqueza social que essa posição permite ou não à família em questão.

Isso se confirma ante a análise da resposta à questão seguinte, sobre o grau de aceitação a uma proposta de impostos sobre grandes fortunas que não é equivalente a mesma questão analisada conforme os GSE's, apesar de haver polarização entre os tipos de inserção profissional.

TABELA – 19

Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas			
[Em % para respostas "Sim"]			
GSE		Posição profissional do pai	
A	50,0	“Executivos”	64,4
C	88,2	Autônomo	68,6
Pop.Pesq.	68,6	Funcionário	76,1

Entre os filhos de “executivos”, 64,4% são favoráveis; entre os autônomos esse índice sobe para 68,6% e entre os filhos de funcionários para 76,1%. A diferença de quase 12 pontos percentuais aponta para diferenciações em relação a esse indicador, mas não é tão acentuada quanto à existente entre os GSE's, de 38,2 p.p. (ver Tabela 19).

Sobre as alternativas políticas emergentes na sociedade

Algumas alternativas foram destacadas para captar a percepção sobre políticas para reduzir a desigualdade social. São elas: renda mínima para a população de baixo poder aquisitivo, cotas para grupos historicamente excluídos, reivindicações patronais e dos trabalhadores, políticas sociais e econômicas.

Redistribuição da riqueza

Políticas de redistribuição de renda são as primeiras a serem lembradas para reduzir as desigualdades. As opiniões dos três grupos apontam para a aceitação diferenciada do programa Bolsa Família, passando de 37,5% entre os filhos de “executivos”, 43,7% e 51,4% entre os filhos de funcionários e autônomos, respectivamente (ver Apêndice 2, Tabela 5). Esse dado se altera em relação à aprovação das políticas de cotas. Em relação a essas, a aprovação é menor, variando entre 33,3%, 25,7% e 21,7% entre os filhos de “executivos”, autônomos e funcionários, respectivamente (ver Apêndice 2, Tabela 6).

Entre o grupo de filhos de “executivos” há uma menor aprovação à política redistributiva direta, mas uma aceitação maior à ação afirmativa. Entre os filhos de autônomos, há uma aceitação maior da política de redistribuição de renda (51,7%), mas uma baixa aprovação da política de cotas (25,7%). Esse quadro se repete, mas com menor intensidade em relação ao Bolsa Família (43,7%) e maior em relação à política de cotas (21,7%) entre os filhos dos funcionários.

O fato de a política de cotas ser mais aceita entre os filhos dos “executivos” e a redistributiva, menos, pode sugerir concordância com os princípios competitivos e reprovação à transferência de recursos “sem merecimento”.

Reivindicações de grupos específicos

O padrão obtido na análise por GSE's de dar notas mais altas a reivindicações de trabalhadores e a reivindicações sociais, do que aos grupos patronais mantém-se na análise por inserção profissional, mas com algumas particularidades. Novamente, a reivindicação patronal que obteve melhores notas foi a que defendia a proteção à agricultura nacional (ver Apêndice 2, Tabela 9). E mesmo que essa possa ser considerada patronal, beneficiaria milhares de pequenos agricultores também. Nesta questão e na outra referente aos ruralistas, que defendia o perdão às dívidas agrícolas, o grupo que aferiu a maior nota foi o dos filhos dos profissionais autônomos (ver Apêndice 2, Tabela 10). Nas demais reivindicações patronais (ver Apêndice 2, Tabela 7 e 8) a maior nota foi dada pelos filhos dos “executivos” e a menor, pelos filhos de funcionários.

É interessante notar que há diferenças significativas nas notas aferidas pelos filhos de não-funcionários e funcionários às questões relativas ao comportamento de empresários. Os filhos dos “executivos” são consideravelmente mais generosos com as reivindicações dos empresários.

Em relação às reivindicações de ruralistas, os jovens que se posicionam favoravelmente são os filhos de autônomos, enquanto as notas dos filhos de funcionários e “executivos” aproximam-se. Saliente-se que entre todas essas manifestações a que mais respaldada entre os jovens pesquisados foi a que defendia medidas de proteção à agricultura nacional, enquanto as demais auferiram grande rejeição junto a esses jovens.

As outras reivindicações provenientes de movimentos sociais e grupos profissionais (reforma agrária, professores públicos, moradia, desemprego, políticas sociais) confirmaram a tendência de notas maiores dadas pelos filhos de funcionários (reforma agrária, moradia) e autônomos (professores públicos, desemprego e políticas sociais) do que pelos filhos dos “executivos”, que deram as menores notas em todos esses casos (ver Apêndice 2, Tabelas de 11 a 16).

Isso indica que as políticas destinadas aos trabalhadores têm um maior respaldo do que aquelas pautadas por grupos patronais. E a concentração dessa aprovação é maior entre os estudantes oriundos de famílias de trabalhadores autônomos e de funcionários do que

entre os filhos de gerentes, sócios e proprietários de empresas. Comparando com a percepção captada sobre os GSE's, vista na seção anterior, constata-se uma convergência entre a aceitação das reivindicações e as profissões dos pais. Aqueles jovens com pais ligados às atividades patronais posicionaram-se de forma a defender os interesses desses grupos, enquanto os filhos de funcionários e de profissionais autônomos, o fizeram em favor de políticas sociais.

A análise dessas percepções qualifica-se quando se avança sobre as questões referentes à concordância ou não de ações específicas dos grupos em questão, empresários, ruralistas, professores públicos, movimentos sociais, entre outros.

A pergunta referente à prática de sonegação fiscal por parte de empresários, visando lucros ampliados obteve respostas de concordância plena ou parcial de 51,1% dos filhos de “executivos” e 27,1% dos filhos de funcionários, quase o dobro daqueles em relação a estes (ver Apêndice 2, Tabela 17).

É também entre o grupo dos filhos de “executivos” a maior aceitação da prática de plantio de transgênicos, mesmo que de forma ilegal num primeiro momento. Novamente os valores das respostas que apontam a aceitação da prática são quase duas vezes maiores do que entre os filhos de funcionários (ver Apêndice 2, Tabela 18). Esse fenômeno repete-se, então, com intensidade um pouco menor do que foi constatado entre os GSE's.

A percepção mostra-se inversa quando o foco das ações deixa de ser as atividades patronais e se concentra naquela praticada por movimentos sociais e de trabalhadores. Em relação ao apoio às invasões/ocupações de terras por agricultores sem terra, o índice de apoio por parte dos filhos dos “executivos” é de 39,3%, enquanto no grupo dos filhos dos funcionários esse valor atinge 59,6% (ver Apêndice 2, Tabela 19).

Os valores que atingem essas três formas de ação são significativos no que diz respeito ao comportamento dos grupos diferenciados às questões mais complexas. As formas de ações sociais que contam com maior apoio na sociedade, independentemente do grupo são mencionadas a seguir.

As questões anteriores situam de forma precisa as divisões existentes na sociedade e os limites das análises sobre processos futuros que não levem em conta essas divisões. Uma manifestação que conta com grande apoio dos diferentes grupos são as greves dos

professores públicos. Mesmo assim, com diferença no grau de apoio. O grupo que menos concorda com essa forma de ação é o dos filhos de “executivos”, atingindo 73,8% (ver Apêndice 2, Tabela 20). Mas, mesmo numa questão que conta com grande apoio geral, a diferenciação se apresenta, basta observar que entre os filhos de funcionários atingiu 87,2% de aceitação e entre os filhos de autônomos, 88,6%.

Em relação às greves convocadas por centrais sindicais, o apoio continua alto, mas a diferença entre os extremos se aprofunda (ver Apêndice 2, Tabela 21). E, no que respeita às manifestações de trabalhadores do transporte coletivo a aceitação cai (ver Apêndice 2, Tabela 22).

Os dados referentes à avaliação do comportamento das polícias são menos heterogêneos ao serem relacionados aos GSE's. Continua existindo uma maior aceitação das greves por parte dos filhos de funcionários, apesar da diferença entre esse grupo e o de filhos de “executivos” ser menor do que naquela dimensão (11,4 pontos percentuais) (ver Apêndice 2, Tabela 23). Mas, se por um lado, os filhos dos “executivos” posicionam-se, em sua maioria, a favor das greves policiais, eles são por outro lado, em grau mais aprofundado do que os estudantes do GSE A, a favor da ação violenta da polícia. O contrário ocorre entre os filhos dos funcionários (ver Apêndice 2, Tabela 24).

Educação e desigualdade

A educação é percebida pelo grupo de estudantes pesquisados como fator fundamental para a redução da desigualdade e promoção da equidade desejada, mas não há variação homogênea entre os estudantes de origens familiares diferenciadas.

Ante a afirmação: *num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são consideradas muito justas, justas ou nem justas, nem injustas* por 26,7% dos filhos dos “executivos”, e entre os filhos de funcionários e de autônomos esse índice foi menor: 19,1% e 14,3%, respectivamente. Nota-se, então, que considerando a profissão do pai como referência, há uma maior aceitação da proposição entre as famílias de “executivos” do que entre as de funcionários e autônomos (Tabela 20). Em comparação

ao posicionamento por GSE, o grupo dos funcionários não acompanha aquele mais empobrecido na condenação à justificativa educacional.

TABELA – 20

"Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são..."			
[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e Nem Justo, nem injusto"]			
GSE		Posição profissional do pai	
A	27,8	"Executivos"	26,7
C	5,6	Autônomo	14,3
Pop.Pesq.	21,8	Funcionário	19,1

Em relação à afirmativa: *as pessoas que ganham muito podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco*, 58,3% dos estudantes com pais "executivos" concordavam com a proposição. Esse índice atingiu 60,0% entre os estudantes filhos de profissionais autônomos e caiu para 52,1% entre os filhos de funcionários (Tabela 21).

TABELA – 21

"As pessoas que ganham muito podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"			
[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e Nem Justo, nem injusto"]			
GSE		Posição profissional do pai	
A	66,7	"Executivos"	58,3
C	61,1	Autônomo	60,0
Pop.Pesq.	56,7	Funcionário	52,1

É interessante ressaltar, sobre as duas afirmações, a variedade de aceitação ou naturalização. As diferenças existentes entre as afirmativas apontam para uma menor aceitação da justificativa das desigualdades pelas diferenças educacionais e, para maior aceitação da desigualdade social justificar o acesso a oportunidades educacionais diferenciadas.

Análise do tópico

Os dados referentes às diferenças de percepção entre jovens hierarquizados por GSE, apontaram a necessidade de aprofundar a análise sobre dimensões-chave que influenciam a formação do pensamento social dos indivíduos. Essas dimensões indicadas pela bibliografia consultada sugerem que, além da classe social, a origem familiar e a trajetória escolar influenciam o modo de pensar sobre a sociedade.

Para averiguar o impacto dessas dimensões no modo de perceber a desigualdade social incluiu-se todo o grupo pesquisado, diferenciando-o pela origem familiar, captada a partir da posição profissional do pai. Novamente, os índices de reconhecimento do fenômeno foram elevados nos três grupos com nítida diferenciação entre os filhos de funcionários e os dos “executivos”. O mesmo ocorrendo sobre as políticas econômicas: o grupo de filhos de “executivos” apoiou com maior intensidade as reivindicações contra imposto; em favor de políticas industriais, e com menor, as políticas em benefício dos ruralistas. As notas para reivindicações populares foram maiores entre todos os grupos, com diferenciações pequenas entre si.

A respeito da concordância ou não com ações diretas, as diferenciações apareceram de forma mais clara. A prática de sonegação de impostos por empresários foi corroborada por mais da metade dos filhos dos “executivos”, assim como em relação ao plantio de transgênicos, índice que não chegou a 20% entre os filhos de funcionários.

As ações de ocupação para reforma agrária tiveram aprovação majoritária apenas no grupo dos filhos dos funcionários. Entre os filhos dos “executivos” a aprovação foi sistematicamente menor às ações de professores em favor de melhores salários, das centrais sindicais, dos motoristas de ônibus, dos policiais.

Repete-se a consideração feita revelando-se a percepção sobre a existência do fenômeno da desigualdade no grupo como um todo, mas a partir desse marco comum há uma crescente diferenciação entre os grupos. Se em relação às reivindicações de grupos populares houve uma aprovação média, mostrando a predisposição ideal à aceitação de medidas de combate à desigualdade, em se tratando de ações reivindicatórias, há uma menor aprovação sistemática no grupo de filhos dos “executivos”. Entre o ideal defendido e

a aprovação das ações que oportunizariam redução da desigualdade abre-se um campo para conflitos e para a manutenção da desigualdade tal como ela se apresenta nos dias de hoje.

4.3.3 Trajetória Escolar

Entre as dimensões constitutivas dos processos de socialização que interferem na percepção social dos sujeitos consta a sua trajetória escolar. Essa variável é tratada aqui com uma diferenciação simples entre estudantes que freqüentaram exclusivamente escolas públicas, privadas, ou que tiveram uma trajetória mista, ou seja, parte em escola pública, parte em particular. Essa diferenciação é pertinente, tendo em vista que estudantes que freqüentam um ou outro tipo de escola têm contato direto com grupos mais ou menos plurais em sua vida infanto-juvenil. Novamente foram contemplados todos os casos respondidos pela amostra da pesquisa, ao contrário da seção referentes aos GSE's.

As trajetórias escolares são marcantes e singulares na vida dos sujeitos. A lei brasileira estipula a obrigatoriedade da matrícula e freqüência ao ensino fundamental. Progressivamente, esta exigência está se expandindo ao ensino médio, de modo a viabilizar a todas as crianças e jovens o acesso obrigatório à escola básica.

Normalmente, a escola constitui a primeira experiência pública na vida dos sujeitos. Desse modo, tende a marcar parâmetros de relacionamento social tanto positiva quanto negativamente.

Berger e Luckmann (1978) definem essa vivência institucional e os aprendizados decorrentes dela como uma forma de socialização secundária. Fenômeno que repercutirá na formação dos indivíduos a partir das características dessas instituições num país desigual como o Brasil. De modo geral, as escolas privadas são caras e seletivas segundo critérios econômicos, enquanto as públicas são abertas, recebendo alunos de diferentes condições sociais.

A desigualdade é reconhecida como grande entre os estudantes dos três tipos de trajetória escolar, com variações: 90,9% dos provenientes de escolas privadas consideravam

a desigualdade grande no Brasil; esse índice atingiu 97,5% entre aqueles com trajetória mista e 100% entre os que freqüentaram escolas públicas (Tabela 22).

TABELA – 22

"A Desigualdade é grande no Brasil"					
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]					
GSE*	Posição profissional do pai			Trajatória escolar	
A	88,9	“Executivos”	90,2	Privada	90,9
C	88,9	Autônomo	91,4	Priv.-Publica****	97,5
Pop.Pesq.**	93,7	Funcionário	97,9	Pública	100,0

* Grupo Sócio-Econômico: "A" - enriquecido; "C" empobrecido em relação à Pop.pesq.

** População pesquisada, respondentes do questionário

*** Não-Funcionário: Proprietário de empresa, Sócio, Gerente

**** Parte em escola privada, parte em escola pública

Às próximas tabelas são agregados os valores das dimensões trabalhadas anteriormente. Em relação à primeira questão, a diferença maior está correlacionada à trajetória escolar dos universitários. Em relação aos GSE's, cujos dados localizam-se na primeira coluna, não existe diferença percentual; já na correlação com a posição profissional do pai há uma diferença de 7,2 pontos percentuais (p.p.) e entre a trajetória escolar a diferença atinge quase 10 p.p..

Quando questionados se a desigualdade existente estava relacionada aos problemas sociais do país, 83,8% dos egressos da escola privada concordaram; 90% entre aqueles que estudaram nos dois tipos de escola e 94,4% entre os que freqüentaram a escola pública (Tabela 23). O índice dos estudantes egressos da escola pública é igual ao do GSE C, e o dos estudantes egressos das escolas privadas, muito próximo aos dos filhos dos “executivos”. Isso parece indicar a existência de uma correlação entre esses grupos e suas percepções que vai além da simples sobreposição de dados.

TABELA – 23

"O fenômeno está relacionado a graves problemas sociais do país"					
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]					
GSE	Posição profissional do pai			Trajatória escolar	
A	77,8	“Executivos”	83,3	Privada	83,8
C	94,4	Autônomo	88,6	Priv.-Publica	90,0
Pop.Pesq.	86,6	Funcionário	87,5	Pública	94,4

Em relação à valorização da igualdade, 71,7% dos ex-estudantes das escolas privadas consideravam que tudo que é produzido em sociedade deveria ser distribuído da forma mais igualitária possível. Entre aqueles que estudaram tanto em escolas públicas quanto em privadas, esse índice é de 72,5% e, entre os que se formaram exclusivamente em escolas públicas, o índice é de 89,4% (Tabela 24).

TABELA – 24

"O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível?"					
[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]					
GSE		Posição profissional do pai		Trajectoria escolar	
A	50,0	"Executivos"	78,3	Privada	71,7
C	88,2	Autônomo	65,7	Priv.-Publica	72,5
Pop.Pesq.	76,3	Funcionário	81,3	Pública	89,4

A concordância em relação ao valor da igualdade social apresenta uma média alta em relação às outras dimensões. Mas, novamente, destaca-se a diferença de percepção existente entre os egressos das escolas públicas em relação aos das particulares.

Analisando as três questões agrupadas, confirmam-se as percepções diferenciadas entre os grupos. O reconhecimento da desigualdade e a valorização da igualdade se apresentam de forma diferenciada entre os três grupos, sendo os extremos polarizados entre o grupo de egressos das escolas públicas e privadas.

A valorização da igualdade e combate à desigualdade pressupõem uma série de ações políticas. Um programa de combate às desigualdades pressupõe o financiamento das medidas pelos mais ricos. Uma das formas seria através de reescalonamento de impostos, de modo que a estrutura tributária apresentasse uma forma menos regressiva do que a atual.

Uma medida possível, a alteração da matriz tributária, implicaria na taxação sobre grandes fortunas. O aval a essa proposta é menor entre os egressos da escola privada (61,4% de aprovação), e avança progressivamente junto aos egressos da escola pública (77,8%) e aos que tiveram formação escolar mista (82%). (ver Tabela 25).

TABELA – 25

Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas

[Em % para respostas "Sim"]

GSE		Posição profissional do pai		Trajétoria escolar	
A	50,0	“Executivos”	64,4	Privada	61,5
C	88,2	Autônomo	68,6	Priv.-Publica	82,1
Pop.Pesq.	68,6	Funcionário	76,1	Pública	77,8

É observável a diferenciação entre os grupos egressos de tipos diferenciados de escolas. Assim como aconteceu nas dimensões anteriores, existe uma polarização entre grupos com acesso a diferentes tipos de socialização, condicionados pela posse de recursos sócio-econômicos distintos.

Sobre as alternativas políticas emergentes na sociedade

Nessa seção explicita-se como os estudantes egressos dos variados tipos de escola básica se posicionam em relação às alternativas políticas emergentes na sociedade brasileira nos últimos anos. Como anteriormente, a análise concentra-se nas respostas sobre as alternativas constituídas e formalizadas: renda mínima para a população de baixo poder aquisitivo, cotas para grupos historicamente excluídos, reivindicações patronais e dos trabalhadores, políticas sociais e econômicas e o papel da educação no reforço e legitimação das desigualdades.

Redistribuição da riqueza

Políticas públicas redistributivas têm como finalidade a diminuição de um fenômeno indesejável (pobreza, miséria, exclusão) ou a redução de iniquidades. No caso brasileiro, a existência de desigualdades profundas em diversos níveis produz uma situação social que beneficia poucos em detrimento de muitos.

Políticas redistributivas diminuem a desigualdade imediata, mas, por si só, não geram condições de emancipação econômica. Quando aliadas a políticas estruturantes de

trabalho e educação a longo prazo, elas potencializam seus efeitos e produzem impactos na estruturação da sociedade.

A vida dos jovens universitários esteve marcada por debates em torno das experiências municipais e estaduais de incentivo à frequência escolar, e de cotas em concursos e seleções para trabalho até a sistematização de políticas nacionais de redistribuição (bolsa-família) e ações afirmativas (cotas universitárias). O posicionamento dos três grupos formados conforme trajetória escolar distinta aponta uma aceitação de 42,5% e 47,5% ao programa bolsa-família entre os egressos das escolas privadas e público-privadas, respectivamente. Entre os egressos da escola pública esse percentual atingiu 31,6% (ver Apêndice 2, Tabela 5). Esse posicionamento diferenciado e, aparentemente contraditório, pode ser explicado, por um lado, pelo distanciamento dos grupos médios de uma situação de segurança em relação à reprodução da sua condição social, o que não é um problema imediato para as classes ricas, e, por outro, pela distância que estão de serem atingidos por esse tipo de política redistributiva.

No sistema de concorrência instituído, as classes médias posicionam-se de forma precária. Podem a qualquer momento sofrer uma mobilidade descendente, apesar de buscarem a ascensão. Uma política que desvie o foco dos procedimentos ortodoxos de ascensão social passa a ser vista com desconfiança entre os grupos que investem nos caminhos naturalizados de promoção social.

Já a política de cotas universitárias para negros, índios e egressos da escola pública teve aceitação de 40% entre os estudantes com trajetória mista, 36,9% entre os egressos de escola pública e 22,9% entre os que freqüentaram apenas escolas privadas (ver Apêndice 2, Tabela 6).

No caso das duas políticas citadas é interessante notar que os estudantes que tiveram formação mista posicionaram-se de modo mais favorável a ambas, enquanto os de escola privada, com aceitação média das políticas de redistribuição de renda, apresentaram-se, na maioria, contrários às cotas. Os estudantes egressos da escola pública posicionaram-se negativamente em relação ao Bolsa-Família e também não tiveram grande aceitação à política de cotas.

A socialização secundária em instituições públicas novamente parece indicar uma diferença em relação àqueles que estiveram exclusivamente em escolas privadas. É importante ressaltar que a maioria dos estudantes dos grupos mencionados rejeita tais medidas como soluções para a redução da desigualdade. A posição de sucesso atingida pelos meios instituídos de concorrência provavelmente tem relação com esse tipo de posicionamento.

Reivindicações de grupos específicos

O padrão obtido na análise por GSE's e inserção profissional do pai, dando notas altas às reivindicações de trabalhadores e sociais, do que aos grupos patronais mantém-se na análise por trajetória escolar.

A reivindicação patronal que obteve notas equivalentes àquelas obtidas pelas reivindicações de trabalhadores foi a que defendia proteção à agricultura nacional (ver Apêndice 2, Tabela 9). Nas outras reivindicações patronais (contra impostos; política industrial e baixa do dólar) a maior nota foi dada pelos egressos da escola privada ou de trajetória mista e a menor pelos da escola pública, com exceção daquela que busca a revisão das dívidas agrícolas (ver Apêndice 2, Tabelas 7, 8 e 10).

Entre os estudantes egressos de escolas privadas há uma maior aceitação às reivindicações contra impostos e menor, àquelas em favor de políticas industriais, proteção à agricultura nacional e perdão de dívidas agrícolas. Os egressos da escola pública, entretanto, mostram-se menos favoráveis às manifestações contra impostos e mais favoráveis às medidas de proteção à agricultura e à revisão de dívidas agrícolas. Esta última reivindicação é rechaçada mais fortemente pelos estudantes que tiveram formação básica mista.

As outras reivindicações provenientes de movimentos sociais e grupos profissionais de interesse público tiveram as notas mais elevadas atribuídas por estudantes egressos da escola pública (salário para professores, reforma agrária, políticas de moradia, políticas de empregos e políticas sociais em geral). A única reivindicação de aceitação maior entre os

egressos da escola privada foi à referente às manifestações dos estudantes contra as greves dos seus professores (ver Apêndice 2, Tabela de 11 a 16).

Os dados referentes à vivência escolar apontam uma diferenciação substantiva entre os grupos. A aceitação da greve de professores por parte dos ex-estudantes das escolas públicas é a maior. Em oposição, os ex-estudantes das escolas privadas apóiam mais do que os outros os protestos estudantis contra essas greves, reforçando a percepção de menor apoio às greves dos professores.

Em relação às reivindicações de movimentos sociais, novamente os estudantes oriundos das escolas públicas mostraram-se significativamente mais favoráveis. Pela análise que correlaciona a trajetória escolar, novamente se constata que as reivindicações dos trabalhadores têm um maior respaldo do que as pautadas por grupos patronais. E a concentração dessa aprovação ocorre entre os estudantes vindos de escolas públicas.

Sobre a concordância ou não com ações específicas, foi possível captar diferenciações importantes de percepções sobre as diferentes formas de ação problematizadas no instrumento de coleta de dados.

Entre os estudantes de trajetória mista ou de escolas privadas, o índice de aceitação à sonegação fiscal por empresários que buscam aumentar suas margens de lucro é mais alto do que entre os egressos das escolas públicas (ver Apêndice 2, Tabela 17). Em relação ao plantio de transgênicos, há uma maior aprovação, superior ao dobro, por parte dos egressos das escolas privadas do que o encontrado entre os egressos das escolas públicas (ver Apêndice 2, Tabela 18).

Essa relação de apoio inverte-se ao passar das formas de ação patronais para as de trabalhadores, confirmando o verificado anteriormente. A aceitação das ações dos trabalhadores sem-terra comprova isso. A aprovação dessas questões é maior se comparada com as duas anteriores, mas, majoritariamente, só acontece entre os estudantes egressos da escola pública (ver Apêndice 2, Tabela 19).

A concordância com greves de professores e de centrais sindicais é significativa entre todos os grupos, mas maior entre os provenientes das escolas públicas (ver Apêndice 2, Tabela 20 e 21). Funções consideradas vitais para o bom funcionamento da sociedade e que impactam diretamente a vida em grandes centros urbanos, como a segurança pública e

mobilidade de trabalhadores também foram abordadas. Em relação às duas novamente a aprovação dos ex-estudantes da escola pública foi maior do que entre os que tiveram trajetórias diferenciadas (ver Apêndice 2, Tabela 22 e 23).

Essas percepções são novamente invertidas quando se passa do ato de reivindicação à forma de combate ao crime por parte dos policiais. Há uma maior aceitação da ação violenta por parte da polícia entre os egressos das escolas privadas do que entre os que tiveram formação básica exclusivamente em escolas públicas (ver Apêndice 2, Tabela 24).

Educação e desigualdade

As Tabelas 26 e 27 sistematizam os dados referentes às questões que abordam a relação entre educação e desigualdade. Quando a afirmação foi: *num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são...*, os resultados apontaram para um percentual de 25% dos estudantes com trajetória mista e 23,7% dos egressos do ensino privado que a consideravam aceitável ou a tinham como naturalizada, enquanto apenas 5,3% dos egressos das escolas públicas aceitavam essa proposição (Tabela 26).

TABELA – 26

“Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são...”					
[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e Nem Justo, nem injusto"]					
GSE		Posição profissional do pai		Trajетória escolar	
A	27,8	“Executivos”	26,7	Privada	23,7
C	5,6	Autônomo	14,3	Priv.-Publica	25,0
Pop.Pesq.	21,8	Funcionário	19,1	Pública	5,3

As diferenças de níveis de riqueza como justificativa para uma escolarização diferenciada são entendidas de formas: aceitável ou naturalizada por 62,2% dos egressos de escolas privadas, 55% entre aqueles com trajetórias mistas e apenas 31,6% entre os estudantes que se formaram em escolas públicas (Tabela 27).

TABELA – 27

"As pessoas que ganham muito podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"

[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e "Nem Justo, nem injusto"]

GSE		Posição profissional do pai		Trajectoria escolar	
A	66,7	“Executivos”	58,3	Privada	62,2
C	61,1	Autônomo	60,0	Priv.-Publica	55,0
Pop.Pesq.	56,7	Funcionário	52,1	Pública	31,6

É interessante ressaltar as afirmações que questionavam a desigualdade a partir da educação, apresentaram respostas bastante polarizadas entre os egressos das escolas públicas e privadas. Novamente as diferenças existentes entre as afirmativas apontam uma menor aceitação da justificativa das desigualdades pelas diferenças educacionais e, uma maior adesão ao fenômeno da desigualdade justificar o acesso a oportunidades educacionais diferenciadas.

O tipo de trajetória parece influenciar significativamente as respostas quando o assunto central é educação. Seja em relação às reivindicações dos professores e o comportamento dos estudantes frente a elas; ou seja, quanto às oportunidades educacionais diferenciadas poderem ser consideradas como justificativas plausíveis para o fenômeno da desigualdade social.

Análise do tópico

A categoria trajetória escolar mostrou-se relevante ao confirmar algumas particularidades nas diferenças de percepções entre os jovens universitários respondentes da pesquisa. Na relação entre as percepções e a trajetória escolar, o reconhecimento do fenômeno também atinge níveis elevados nos três grupos, mas sobretudo entre os estudantes egressos de escolas públicas.

As notas médias dadas às reivindicações não diferiram muito do padrão obtido nas categorias anteriores: maiores para reivindicações populares e menores para as patronais, com diferenciações pontuais em uma ou outra questão específica; a aprovação maior pelos egressos da escola privada às manifestações dos estudantes de escola pública, contrários às

greves dos professores; e aceitação maior entre os egressos da escola pública às manifestações dos trabalhadores sem-terra.

Repetiu-se o fenômeno da aceitação maior à sonegação entre os egressos da escola privada ou entre os que tiveram formação mista, assim como maior aprovação ao plantio de transgênicos. Sobre questões ligadas às ações de grupos populares ou profissionais, houve maior aceitação generalizada entre os estudantes egressos de escolas públicas (greve de professores, centrais sindicais, motoristas de ônibus, policiais).

O diagnóstico da situação apresentado anteriormente repete as considerações feitas em relação aos GSE e à origem familiar. Revela-se uma percepção sobre a existência do fenômeno no grupo como um todo. Nesse caso, a diferenciação é maior entre os grupos que polarizam posições entre as quais o fenômeno é mais ou menos perceptível e apontado como problema social. Repete-se o padrão de diferenciação entre as notas para reivindicações de grupos populares e patronais, reveladora de uma predisposição ideal à aceitação de medidas de combate à desigualdade. Em relação às ações reivindicatórias, há uma maior diferenciação, com menor aprovação sistemática entre os egressos de escolas privadas. Entre o ideal defendido e a aprovação das ações que possibilitariam a redução da desigualdade novamente abre-se um hiato.

4.3.4 Renda familiar

No Brasil, a discussão sobre desigualdade social é, normalmente, pautada em torno dos resultados de pesquisas que evidenciam profundas diferenças de rendimentos. O Índice de Gini, indicador consagrado de mensuração dessa situação, evidencia a gravidade da situação brasileira comparativamente a outros países.

A riqueza social foi mensurada através do Índice de Estratificação composto, que foi analisado na sessão 4.3.1. Nesta, indica-se o resultado do indicador Renda Familiar, que expõe apenas a riqueza monetária disponibilizada pelas famílias dos estudantes.

Até o momento, averiguou-se que o posicionamento sobre questões referentes ao mercado de trabalho e formas de ação e reivindicação econômica tendem a ser mais bem

explicados se correlacionados à posição profissional do pai. Assim como aspectos ligados à formação escolar e reivindicações de grupos ligados aos serviços públicos estão em correlação mais próxima às trajetórias escolares dos sujeitos. Seguindo esse raciocínio e analisando os dados, revela-se que apesar da pertinência do IE como variável capaz de medir a riqueza social, é plausível a hipótese de que há uma maior correlação entre defesa da igualdade econômico-monetária com a quantidade de riqueza familiar disponível, medida, exclusivamente, pela renda mensal.

Para a análise das percepções, a população foi estratificada nessa seção por renda familiar e dividida em três grupos, dois dos quais serviram como grupos extremos para a análise. O primeiro é considerado *rico*, com renda familiar mensal declarada superior a R\$ 20.000,00; e o segundo *médio*, com renda familiar máxima de R\$ 6.999,00.

Entre os dois grupos a desigualdade social é reconhecida pela ampla maioria, como pode ser averiguado na Tabela 28, abaixo. Mas, comparativamente, percebe-se que entre os indivíduos oriundos de famílias com renda mensal mais elevada ocorre, comparativamente, a menor percepção de desigualdade entre todas as variáveis e índice analisados até esse momento. A diferença existente entre os dois grupos também é a maior entre grupos estabelecidos para a análise das demais categorias. Ela havia sido de 4,8 pontos percentuais (p.p.) entre os GSE; 7,7 p.p. entre as posições profissionais dos pais; 9,1 p.p. entre as diferentes trajetórias escolares. Entre os grupos extremos de renda essa diferença atingiu 11,7 p.p..

TABELA – 28

"A Desigualdade é grande no Brasil"							
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]							
GSE*		Pos. prof. pai		Trajectoria escolar		Ren. familiar	
A	88,9	“Executivos”***	90,2	Privada	90,9	R\$ 20.000 <	80,0
C	88,9	Autônomo	91,4	Priv.-Pub.****	97,5	R\$ 6.999 >	91,7
Pop.Pesq.**	93,7	Funcionário	97,9	Pública	100,0		

* Grupo Sócio-Econômico: "A" - enriquecido; "C" empobrecido em relação à Pop.pesq.

** População pesquisada, respondentes do questionário

*** “Executivos”: Proprietário de empresa, Sócio, Gerente

**** Parte em escola privada, parte em escola pública

Em diversos estudos realizados no país esse fenômeno é relacionado a graves problemas que afetam a vida social como um todo. Quando perguntado sobre a existência de relação entre a desigualdade e alguns problemas brasileiros, a resposta afirmativa contemplou a maior parte dos estudantes selecionados. Mas a diferença entre os grupos extremos e o patamar mais baixo de aceitação da afirmativa foi atingido nessa dimensão, novamente. Até essa categoria, o índice mais baixo havia sido atingido pelo GSE A, 77,8% dos respondentes. Entre os estudantes que declararam renda familiar acima de R\$ 20.000,00, 60% declararam haver relação entre os fenômenos, 27,5 p.p. a menos do que os estudantes com renda familiar abaixo de R\$ 6.999 (Tabela 29).

TABELA – 29

"O fenômeno está relacionado a graves problemas sociais do país"							
[Em % de respostas "Concorda plenamente"]							
GSE		Pos. prof. pai		Trajetória escolar		Ren. familiar	
A	77,8	"Executivos"	83,3	Privada	83,8	R\$ 20.000 <	60,0
C	94,4	Autônomo	88,6	Priv.-Publica	90,0	R\$ 6.999 >	87,5
Pop.Pesq.	86,6	Funcionário	87,5	Pública	94,4		

Até a categoria renda familiar, o grupo que manifestara menor apreço pela igualdade fora o GSE A, em que metade dos seus membros refutou a distribuição equânime da riqueza social. Entre os estudantes com renda familiar superior a R\$ 20.000,00, esse índice atingiu 40%, ou seja, 60% dos componentes desse grupo não concordavam com uma distribuição igualitária da riqueza (Tabela 30).

TABELA – 30

"O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível"							
[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]							
GSE		Pos. prof. pai		Trajetória escolar		Ren. familiar	
A	50,0	"Executivos"	78,3	Privada	71,7	R\$ 20.000 <	40,0
C	88,2	Autônomo	65,7	Priv.-Publica	72,5	R\$ 6.999 >	83,1
Pop.Pesq.	76,3	Funcionário	81,3	Pública	89,4		

Como ocorreu em outras variáveis, em que as diferenças entre as questões que tratavam diretamente da desigualdade aprofundaram-se progressivamente, isso também

ocorreu em relação à renda familiar. A diferença é que, enquanto nas demais dimensões os valores alcançados por todos os grupos mantinham-se relativamente próximos, no que diz respeito à renda familiar há uma nítida diferenciação.

E ela se aprofunda, conseqüentemente, quando se analisam as medidas propostas para o combate ao fenômeno. A implantação de um imposto sobre grandes fortunas, medida que visa comprimir o topo da pirâmide social, é aceita por 75,4% dos estudantes do grupo médio, de renda mais baixa, aproximando-o dos dados máximos captados na correlação com outras categorias. Novamente, no entanto, no grupo rico é mais baixo do que aqueles obtidos até então, atingindo apenas 30% (Tabela 31).

TABELA – 31

Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas							
[Em % para respostas "Sim"]							
GSE		Pos. prof. pai		Trajectoria escolar		Ren. familiar	
A	50,0	“Executivos”	64,4	Privada	61,5	R\$ 20.000 <	30,0
C	88,2	Autônomo	68,6	Priv.-Publica	82,1	R\$ 6.999 >	75,4
Pop.Pesq.	68,6	Funcionário	76,1	Pública	77,8		

É interessante destacar que no extremo superior o índice de rejeição ao tema é o maior entre todas as variáveis analisadas, o mesmo não ocorre, entretanto, em relação ao índice de aprovação no grupo extremo inferior.

Sobre as alternativas políticas emergentes na sociedade

Aqui se confronta a riqueza monetária da família à percepção dos estudantes sobre as alternativas sociais que pautaram alguns temas do debate público no Brasil nos últimos anos. A análise foi realizada sobre os dados referentes à renda mínima, às cotas universitárias para grupos excluídos, às reivindicações patronais e dos trabalhadores, políticas sociais e econômicas. Assim como vem sendo feito nesta sessão, a análise é progressiva, comparando-se com os dados já analisados das outras dimensões.

Redistribuição da riqueza social

O posicionamento dos jovens estratificados a partir da renda familiar segue a tendência apontada na análise das categorias anteriores. Há uma aceitação baixa tanto entre os estudantes de renda média quanto entre os de renda alta. Nesse caso, o grupo extremo superior atinge o índice mais baixo de aprovação da política de distribuição de renda pelo Estado, com 33,3% apenas. E em relação ao grupo extremo de baixo, é na categoria renda que se atinge a maior aceitação, com 32,4% (ver Apêndice 2, Tabela 5).

A política de cotas universitárias também tem baixa aprovação pelos grupos, sendo que atinge o nível mais baixo entre os ricos, 22,2%, e não alcança a melhor avaliação entre os estudantes do grupo médio, 30% (ver Apêndice 2, Tabela 6). Nesse caso, essa política mantém a tendência de rejeição na população pesquisada como um todo.

Nesse ponto já se pode afirmar que o grupo de jovens universitários como um todo mantém uma baixa aprovação à política de cotas e de redistribuição de renda, tendo essa uma aprovação superior do que àquela. Em relação à média da população pesquisada (42,5% no Bolsa Família e 29% nas cotas) há uma reprovação maior pelos dois grupos na primeira questão; uma aprovação estável à política de cotas no grupo médio e, menor no grupo rico.

Reivindicações de grupos específicos

O padrão mencionado nas análises das categorias anteriores, de notas melhores para reivindicações de movimentos sociais, populares e trabalhadores independentemente do grupo social analisado não se mantém quando correlacionada à variável renda.

Entre o grupo com renda acima de R\$ 20.000,00 as notas às reivindicações contra impostos e em favor de proteção à agricultura são melhores do que as educacionais (ver Apêndice 2, Tabelas 7 e 9). Em relação ao grupo de renda média, sim, as notas para as solicitações de trabalhadores e políticas públicas que beneficiem as classes populares são melhores do que as patronais (ver Apêndice 2, Tabela 11 a 16).

Nota-se uma diferenciação acentuada na questão referente à redução de impostos, com maior apoio do grupo rico (ver Apêndice 2, Tabela 7). Nas demais questões patronais as diferenças são menos acentuadas, apontando uma aprovação razoável às que apontam para medidas de proteção à agricultura nacional e baixa aprovação às que reivindicam o perdão às dívidas agrícolas e de incentivo a políticas industriais.

Em relação às reivindicações de trabalhadores ou movimentos sociais há uma separação nítida. Apenas três blocos ganham aprovação do grupo rico semelhante a do médio. As questões referentes à greve dos professores públicos em favor de melhores salários têm aceitação semelhante entre os dois grupos, bem como as políticas de moradias públicas e de geração de empregos (ver Apêndice 2, Tabela 11, 14 e 16).

As reivindicações dos estudantes contra as greves de professores, de movimentos sociais em favor da reforma agrária e políticas sociais apresentam diferenças entre os dois grupos (ver Apêndice 2, Tabela 12, 13 e 15). Nota-se que há um conteúdo comum que atravessa essas notas. Por um lado, as possibilidades “dentro da ordem” recebem boas notas de ambos os grupos, por outro, as formas de reivindicações “fora da ordem”, que subvertem e incomodam o *status quo* não são aceitas pelo grupo rico e contam com maior aceitação do grupo médio.

Mencionou-se anteriormente a impressão de divisão entre percepções sobre manifestações dentro da ordem, que possibilitariam a emergência de grupos até então prejudicados por essa ordem instituída. A partir desses mecanismos a situação de desigualdade seria amenizada e os grupos empobrecidos teriam novas condições de competição. Percebe-se a partir desse tipo de defesa que a situação de desigualdade em si, não é problemática, a pobreza sim.

Isso é particularmente visível quando se analisam os resultados de duas questões em especial. Questionados em relação ao apoio aos movimentos sociais que reivindicam reforma agrária e políticas sociais, as notas médias do grupo rico mostraram-se as piores entre todas as dimensões analisadas anteriormente.

É complementar a essa consideração a concordância com ações específicas questionadas aos estudantes. Nessas questões, apresentava-se uma afirmação e pedia-se uma posição do estudante a respeito de ações de grupos sociais diferenciados.

Em relação à concordância a sonegação de impostos por empresários em busca de maior lucratividade, as respostas foram bastante distintas. Entre os jovens oriundos de famílias ricas atingiu-se o maior valor dentre todas as dimensões analisadas, alcançando 60% de respostas “concorda plenamente” e “concorda parcialmente”. Entre os estudantes do grupo médio esse índice atingiu 34,7% (ver Apêndice 2, Tabela 17).

A diferenciação se repete quando perguntado sobre a concordância com o plantio de transgênicos. Entre os estudantes oriundos do grupo enriquecido, 50% concordavam com a prática, enquanto no grupo médio o percentual atingiu 20,8%. Entre todas as categorias analisadas até aqui, a renda familiar foi a que apresentou mais diferenciação nessa pergunta (ver Apêndice 2, Tabela 18).

Passando de uma questão patronal para uma popular, a relação de concordância se inverte. No grupo rico, 10% aprovavam a “invasão” de terras por trabalhadores sem-terra para pedir reforma agrária no país. No grupo médio esse índice alcançou 47,9%. Se o nível de concordância não foi o maior nessa categoria, o nível de rejeição alcançou seu grau mais alto no grupo rico (ver Apêndice 2, Tabela 19).

A aceitação de greves de professores públicos por melhor remuneração mantém o padrão de alta aprovação no grupo médio, mas não repete a tendência até então existente de diferenças relativamente pequenas entre as respostas dos diversos grupos formados para a análise. Entre os estudantes do grupo a taxa de concordância atingiu 80,3%, já entre aqueles que formaram o grupo rico, esse índice alcançou 50% (ver Apêndice 2, Tabela 20).

Ao contrário do que ocorre em relação à greve de professores públicos, há uma grande aceitação entre os estudantes do grupo rico pelas greves convocadas por centrais sindicais. O índice não é mais elevado do que o encontrado no grupo médio, mas é mais elevado do que os menores valores encontrados em outras duas dimensões para essa mesma questão (ver Apêndice 2, Tabela 21).

Para outras duas categorias os índices de concordância mantêm-se próximos aos encontrados em outras categorias. Sobre a greve de motoristas de ônibus, o índice de concordância no grupo rico atingiu 44,4%, enquanto no grupo médio ele foi de 66,2%. Já em relação à greve de policiais por melhores salários esses valores atingiram 40% e 67,6% para o grupo rico e médio, respectivamente (ver Apêndice 2, Tabela 22 e 23).

A questão sobre as greves de policiais foi complementada com outra referente à violência. Perguntou-se aos estudantes se eles concordavam com a ação violenta por parte da polícia no combate a pequenos crimes. O índice de respostas do grupo médio ficou dentro do patamar de respostas obtidas até então, 46,5% concordavam. Mas entre os estudantes do grupo rico, o grau de aprovação atingiu 80% (ver Apêndice 2, Tabela 24).

Educação e desigualdade

As questões com os resultados sistematizados nas tabelas 32 e 33 questionavam os estudantes sobre alguns critérios de justiça que perpassaram as respostas dadas às questões anteriormente analisadas. Nas seguintes, esses critérios foram abordados diretamente. Quando se pergunta a justiça da desigualdade social ser referendada por níveis educacionais diferenciados, se quer saber até que ponto se considera razoável que uma sociedade se organize de forma desigual a partir das diferenciações educacionais existentes.

TABELA – 32

“Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são...”

[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e Nem Justo, nem injusto"]

GSE		Pos. prof. pai		Trajetória escolar		Ren. familiar	
A	27,8	“Executivos”	26,7	Privada	23,7	R\$ 20.000 <	44,4
C	5,6	Autônomo	14,3	Priv.-Publica	25,0	R\$ 6.999 >	21,1
Pop.Pesq.	21,8	Funcionário	19,1	Pública	5,3		

Entre os estudantes do grupo rico, 44,4% afirmaram ser muito justo, justo ou nem justo nem injusto as desigualdades sociais frente a situações de diferenças educacionais entre as pessoas. Esse foi o mais alto índice entre todas as dimensões analisadas. No grupo médio o valor chegou a 21,1% (ver Tabela 32).

TABELA – 33

"As pessoas ricas podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"

[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e "Nem Justo, nem injusto"]

GSE	Pos. prof. pai		Trajetória escolar		Ren. familiar	
A	66,7	“Executivos”	58,3	Privada	62,2	R\$ 20.000 < 66,7
C	61,1	Autônomo	60,0	Priv.-Pública	55,0	R\$ 6.999 > 55,6
Pop.Pesq.	56,7	Funcionário	52,1	Pública	31,6	

O fato de pessoas com ganhos maiores darem um nível educacional melhor aos seus filhos do que aquelas que ganham pouco foi considerado muito justo, justo ou nem justo nem injusto por 66,7% dos estudantes do grupo rico e por 55,6% do grupo médio (Tabela 33).

Análise preliminar do tópico

A quarta dimensão analítica, a renda familiar mostrou uma influência mais significativa quando correlacionada às percepções sobre questões sociais em geral e sobre a desigualdade em particular. Essa foi a que apresentou maiores diferenciações entre todas até aqui analisadas, em especial nas questões ligadas à desigualdade econômica e formas de combate à mesma dentro ou fora da ordem. A dimensão renda familiar revelou-se a que apresenta maior correlação negativa entre as percepções do grupo rico sobre reconhecimento da existência da desigualdade e desta como problema social relacionado a outros. É correlacionando renda com a percepção sobre as questões que se encontram algumas das diferenças mais pronunciadas entre todas as dimensões anteriormente analisadas.

5. GRAU RELACIONAL: INSTRUMENTO DE ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES.

Até aqui foram apresentadas: as referências teóricas que balizaram o estudo; os desafios metodológicos enfrentados durante a pesquisa; a constituição dos quatro modos de segmentação dos jovens universitários; e os dados referentes às percepções em cada um dos grupos formados.

A análise dessas percepções retoma a questão central da pesquisa com o intuito de respondê-la e buscar explicações para os resultados obtidos. A operacionalização dos dados foi realizada com esse objetivo e focalizou dois eixos distintos. O primeiro é o reconhecimento da desigualdade enquanto problema social e o segundo é o posicionamento em relação a medidas de combate ao fenômeno. Dessa divisão surgiu a necessidade de construção de três categorias analíticas: o reconhecimento da desigualdade como problema social; e os posicionamentos: conservador e progressista em relação ao fenômeno.

Essas categorias foram constituídas empiricamente a partir da construção do *Grau Relacional* (GR). Esse é resultado do cruzamento das percepções com as quatro dimensões que estratificaram a população. Dessa forma, verifica-se a correlação entre as dimensões que segmentaram os estudantes (IE, origem social, trajetória escolar e renda familiar) e a percepção da desigualdade.

Para construir o *Grau Relacional* concentrou-se a análise nas 26 questões sobre os aspectos gerais da sociedade relacionados ao fenômeno da desigualdade socioeconômica. Esses dados foram sistematizados nas tabelas que contemplam as respostas a todas as dimensões de segmentação (Ver Apêndice 2, Tabelas de 1 a 26). Nelas as percepções estão correlacionadas com as dimensões descritas no capítulo anterior: [1] uma proposta sintética de estratificação social (IE), [2] a origem social, [3] a trajetória escolar e [4] a renda familiar. Sendo assim, o *Grau Relacional*, constituiu-se no resultado final obtido através do método de estratificação cruzada.

As respostas a cada questão foram hierarquizadas por grau de aceitação às proposições por subgrupo. Por exemplo: a questão sobre apoio às greves de policiais tem seus dados apresentados na Tabela 34, visualizada abaixo:

TABELA – 34

Policiais em greve por melhores salários							
[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]							
GSE		Pos. prof. do pai		Trajetória escolar		Ren. familiar	
A	38,9	“Executivos”	56,7	Privada	56,7	R\$ 20.000 <	40,0
C	55,6	Autônomo	65,7	Priv.-Publica	62,5	R\$ 6.999 >	67,6
		Funcionário	68,1	Pública	84,2		

Nessa tabela podemos verificar que a greve de policiais tem maior nível de aceitação entre os estudantes que tiveram trajetória apenas em escolas públicas (84,2% de aceitação). Nesse caso, numera-se esse indicador com o número 1. O segundo grupo que mais apóia essa forma de manifestação é composto por filhos de funcionários (68,1%). Numera-se esse indicador com o número 2. E assim sucessivamente, até esgotarem-se os dez subgrupos. Para cada uma das 26 questões selecionadas repetiu-se essa tarefa. Dessa forma, ranqueou-se cada uma das questões. A Tabela 35 foi totalmente preenchida e permite a visualização desse procedimento:

TABELA – 35

Policiais em greve por melhores salários							
[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]							
GSE		Pos. prof. do pai		Trajetória escolar		Ren. familiar	
A	10	“Executivos”	6	Privada	6	R\$ 20.000 <	9
C	8	Autônomo	4	Priv.-Publica	5	R\$ 6.999 >	3
		Funcionário	2	Pública	1		

As questões foram subdivididas em três blocos. Cada um deles corresponde a uma categoria analítica. O bloco que sintetizou as informações sobre as categorias analíticas: *reconhecimento da desigualdade como um problema; posicionamento progressista em relação às soluções para o fenômeno; e posicionamento conservador em relação à solução do fenômeno* são apresentadas no Esquema 3.

ESQUEMA 3 – Pólo Analítico: componentes das categorias analíticas.

RECONHECIMENTO DA DESIGUALDADE COMO PROBLEMA SOCIAL	POSICIONAMENTO PROGRESSISTA EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO	POSICIONAMENTO CONSERVADOR EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO
1. "A desigualdade é grande no Brasil".	1. Apoio a política de redistribuição direta de renda - Bolsa Família	1. Manifestações de empresários contra impostos (nota média)
2. "A desigualdade está relacionado a graves problemas sociais do país".	2. Apoio a política de cotas para negros, indígenas e egressos da escola pública	2. Reivindicações de empresários em favor de políticas industriais (nota média)
3. "O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível"	3. Greves - professores públicos em favor de aumento salarial (nota média)	3. Reivindicações ruralistas em favor de medidas de proteção à agricultura nacional. (nota média)
4. Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas	4. Reivindicações de trabalhadores rurais em favor da reforma agrária (nota média)	4. Reivindicações dos ruralistas pelo perdão das dívidas agrícolas (nota média)
5. "Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são..."	5. Reivindicações de habitantes sem-tetos em favor de políticas de moradia (nota média)	5. Reivindicações dos estudantes contrários às greves dos seus professores (nota média).
6. "As pessoas ricas podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"	6. Reivindicações de movimentos sociais em favor de políticas sociais (nota média)	6. Empresários que sonham para ampliar margem de lucro
	7. Reivindicações de desempregados em favor de políticas de pleno emprego (nota média)	7. Ruralistas que plantam transgênicos de forma ilegal
	8. Sem-terras que invadem propriedades para pedir reforma agrária	8. Ação policial violenta no combate a pequenos crimes
	9. Professores públicos em greve por melhores salários	
	10. Centrais sindicais em greve por melhores salários e em favor de políticas sociais	
	11. Motoristas de ônibus em greve por melhores salários	
	12. Policiais em greve por melhores salários	

O ranking que definiu o posicionamento dos subgrupos uns em relação aos outros em cada categoria foi definido pela soma das posições em cada uma das questões. Por

exemplo: na categoria *reconhecimento da desigualdade como problema* somou-se os resultados das posições relacionais das seis questões que a compuseram. Assim, cada indicador fornecido pelos quatro modos de segmentação da população foi somado ao indicador das questões correspondentes à categoria em questão.

Por exemplo: para cada pergunta, o subgrupo “filho de funcionário” foi ranqueado. As posições assumidas por esse subgrupo em cada pergunta componente da categoria é somada sucessivamente. Sobre a afirmação “a desigualdade é grande”, o subgrupo “filhos de funcionários” apresentou o segundo maior nível de concordância. Neste caso são contemplados com o número 2; na questão “apoio a imposto sobre grandes fortunas” situam-se em quarto lugar, recebem o número 4, e assim sucessivamente, variando conforme as suas respostas e às respostas dos outros subgrupos. Nesse caso, os filhos dos funcionários teriam o número 2 somado ao número 4, e assim sucessivamente até esgotarem-se todas as questões da categoria. O valor do Grau Relacional foi obtido ao se transformar a conta mencionada anteriormente em um número percentual, cujo parâmetro foi o máximo que poderia ser atingido em cada categoria. O resultado sintético desse procedimento, ainda sem o *Grau Relacional*, encontra-se no Esquema 3.

ESQUEMA 4 – Operacionalização da Estratificação Cruzada

	Reconhecimento da desigualdade...		Posicionamento progressista...		Posicionamento conservador...	
	Indicador	*	Indicador	*	Indicador	*
Índice de Estratificação	GSE A: GSE C:	9 2	GSE A: GSE C:	7 4	GSE A: GSE C:	7 9
Origem social	“Executivo”: Autônomo: Funcionário:	7 6 3	“Executivo”: Autônomo: Funcionário:	9 2 3	“Executivo”: Autônomo: Funcionário:	3 2 10
Trajetória escolar	Privada: Priv./Pub: Pública:	8 4 1	Privada: Priv./Pub: Pública:	8 6 1	Privada: Priv./Pub: Pública:	4 6 8
Renda familiar	> R\$ 20.000: < R\$ 6.999:	10 5	> R\$ 20.000: < R\$ 6.999:	10 5	> R\$ 20.000: < R\$ 6.999:	1 5

* Posição hierarquizada pelo conjunto de respostas obtidas nas 26 perguntas referentes às percepções sociais, subdividas entre as três categorias.

Esse procedimento permite que o indicador de cada subgrupo somado questão por questão, gere um novo indicador que situa, relacionalmente, as percepções dos subgrupos uns em relação aos outros, para cada categoria analítica. A execução dessa tarefa operacionaliza a *estratificação cruzada*.

5.1 Reconhecimento da desigualdade como problema social grave

A categoria “*reconhecimento da desigualdade enquanto problema social grave*” abrange as questões que problematizaram a existência, a dimensão, o impacto e a justiça da desigualdade enquanto fenômeno social¹² (Quadro 16).

QUADRO 16 – Reconhecimento da desigualdade como problema social.

"A desigualdade é grande no Brasil".
"A desigualdade está relacionado a graves problemas sociais do país".
"O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível"
Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas
“Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são...”
"As pessoas ricas podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"

Pelos resultados extremos obtidos através dos cruzamentos aponta-se, a partir do método de estratificação cruzada, que o grupo em que o reconhecimento é maior, é aquele formado por jovens que estudaram apenas em escolas públicas (GR: 86,7%), seguido pelos membros do GSE C (GR: 65%) e pelos filhos de funcionários (GR: 65%) (ver Tabela 36).

Das seis questões que definem a categoria, cinco das respostas mais elevadas foram dadas por egressos de escolas públicas e uma por estudante com trajetória mista.

¹² Os resultados das questões que compõem essa categoria estão sistematizados no APÊNDICE 2, Tabelas 1;2;3;4 25 e 26.

Nota-se que se trata da resposta mais elevada entre as quatro dimensões e não apenas a trajetória escolar.

TABELA 36 – Reconhecimento da desigualdade como problema

	Soma	Ranking*	Grau relacional (%)
Escola Pública (T.E.)	8	1	86,7
C (GSE)	21	2	65,0
Funcionário (Posi.Pai)	21	2	65,0
Escola Priv.-Pub. (TE)	24	4	60,0
< R\$ 6.999 (RF)	26	5	56,7
Autônomo (Posi.Pai)	32	6	46,7
“Executivos”. (Posi.Pai)	40	7	33,3
Escola Privada (TE)	42	8	30,0
A (GSE)	53	9	11,7
> R\$ 20.000 (RF)	59	10	1,7

* Os valores somados nessa categoria poderiam variar entre 6, maior reconhecimento e 60, menor reconhecimento.

Grau relacional **maior** de reconhecimento da desigualdade como problema

Grau relacional **menor** de reconhecimento da desigualdade como problema

Legenda: **T.E.:** Trajetória Escolar; **GSE:** Grupo Sócio-Econômico; **Posi.Pai:** Posição profissional do pai; **RF:** Renda Familiar

Já o menor reconhecimento da desigualdade como problema grave do país se dá entre os jovens oriundos de famílias com renda familiar superior a R\$ 20.000,00 (GR: 1,7%), seguido pelos membros do GSE A (GR: 11,7%) e pelos estudantes com trajetória escolar exclusivamente na rede privada de ensino (GR: 30,0%). Todas as seis questões que apontavam respostas com menor reconhecimento foram dadas por jovens de famílias com renda elevada.

É importante destacar que o Grau Relacional é definido por uma hierarquia estabelecida entre os subgrupos. A população que respondeu ao questionário foi segmentada de quatro formas diferentes. Essas maneiras definiram dez indicadores, e esses foram hierarquizados entre si. Ao correlacionar as percepções com os subgrupos o exercício feito é o de averiguar qual dimensão socioeconômica está relacionada a um maior reconhecimento da desigualdade como problema.

A resposta que os dados indicam é que jovens egressos de escolas públicas tendem a perceber mais a desigualdade socioeconômica como um problema do que jovens oriundos de famílias com renda elevada. O entendimento dos fatores que provocam essas diferenciações merece maior aprofundamento.

Por um lado, alguns elementos que podem contribuir para o reconhecimento da desigualdade estão: a pluralidade de grupos encontrados na escola pública; a diferença na convivência entre os grupos que freqüentam essa instituição; o contato direto com grupos que pautam e reivindicam melhores condições profissionais e sociais.

Por outro lado, entre os fatores que contribuem para a invisibilidade desse fenômeno podem estar: o distanciamento das urgências que a situação de pobreza e fragilidade institucional provoca; a homogeneidade do grupo escolar em que o sujeito é formado; a inexistência de debates sobre a condição profissional dos seus professores, sujeitados à política escolar; a aceitação tácita e inquestionável do sistema de concorrência instituído que define o sucesso ou fracasso escolar pelo desempenho no vestibular desejado – para si e para todos os “concorrentes”.

Esses fatores podem ser apontados como possíveis respostas à questão. Mas nesse trabalho, eles são apenas indicados como possibilidades de respostas, na forma de novas hipóteses, que só poderão ser respondidas através de outras pesquisas.

5.2 Duas possibilidades de posicionamento imediato

Num primeiro momento, a desigualdade social como fenômeno sócio-histórico permite dois posicionamentos distintos e opostos em relação às propostas constituídas até então para a superação ou minimização do problema. A definição dos modos de posicionamento é impactada pelo reconhecimento da sua existência e da centralidade que este ocupa no debate político. Assim, pode-se categorizá-los como progressista, em favor do equacionamento, ou conservador, resistente a soluções heterodoxas de enfrentamento.

Em relação às possibilidades de minimização da desigualdade ser conservador implica em uma despreocupação ou até mesmo na resistência em relação às medidas heterodoxas com foco na questão específica. As possibilidades de transformação estritamente dentro da ordem seriam as únicas aceitáveis para um conservador. A mudança do perfil distributivo de uma sociedade aconteceria “naturalmente”, como consequência de um processo virtuoso de crescimento econômico aproveitado pelo conjunto da população.

Um progressista, além de reconhecer o fenômeno como um problema, concorda com medidas de mudança social provocada, que envolvam ações heterodoxas para atacar a questão. Está mais próximo de uma perspectiva histórica do que natural do desenvolvimento da sociedade. Entende a dimensão do desafio e concorda que, pelos mecanismos normais, não se reduziria o desequilíbrio a níveis aceitáveis.

No grupo pesquisado distinguiram-se esses dois modos de posicionar-se a partir das respostas a determinadas questões e da diferenciação geral entre as respostas extremas. Conforme foi explicado anteriormente, não foram hierarquizadas as respostas dos indivíduos, e sim em relação aos subgrupos formados pela estratificação da população através das dimensões analisadas.

5.2.1 Posicionamento progressista em relação à equalização da questão

O tipo de posicionamento denominado como “progressista” relaciona-se às alternativas emergentes na sociedade brasileira. Ele revela uma maior aceitação de medidas heterodoxas de combate à desigualdade social¹³ (Quadro 17).

Os resultados obtidos pelo agrupamento dessas questões apontam um posicionamento mais progressista entre estudantes egressos das escolas públicas (GR: 80%), pois das 13 questões que compõem esse tipo, 10 tiveram resultados maiores entre esses estudantes. Já os grupos que apresentaram posicionamento menos progressista foram

¹³ Os resultados das questões que compõem essa categoria estão sistematizados no APÊNDICE 2, Tabelas 5; 6; 11; 13; 14; 15; 16; 19; 20; 21; 22 e 23.

os dos jovens oriundos de famílias com renda superior a R\$ 20.000,00 (7 de 13) (GR: 15,8%) e os filhos de “executivos” (5 de 13) (GR: 19,2%).

QUADRO 17 – Posicionamento progressista em relação ao fenômeno.

Apoio a política de redistribuição direta de renda - Bolsa Família
Apoio a política de cotas para negros, indígenas e egressos da escola pública
Greves - professores públicos em favor de aumento salarial (nota média)
Reivindicações de trabalhadores rurais em favor da reforma agrária (nota média)
Reivindicações de habitantes sem-tetos em favor de políticas de moradia (nota média)
Reivindicações de movimentos sociais em favor de políticas sociais (nota média)
Reivindicações de desempregados em favor de políticas de pleno emprego (nota média)
Sem-terras que invadem propriedades para pedir reforma agrária
Professores públicos em greve por melhores salários
Centrais sindicais em greve por melhores salários e em favor de políticas sociais
Motoristas de ônibus em greve por melhores salários
Policiais em greve por melhores salários

TABELA 37 – Posicionamento progressista...

	Soma	Ranking*	Grau relacionalv(%)
Escola Pública (T.E.)	24	1	80,0
Autônomo (Posi.Pai)	44	2	63,3
Funcionário (Posi.Pai)	45	3	62,5
C (GSE)	56	4	53,3
Escola Priv.-Pub. (TE)	61	5	49,2
< R\$ 6.999 (RF)	63	6	47,5
A (GSE)	77	7	35,8
Escola Privada (TE)	88	8	26,7
“Executivos” (Posi.Pai)	97	9	19,2
> R\$ 20.000 (RF)	101	10	15,8

* Os valores nessa categoria poderiam variar entre 12, mais progressista e 120, menos progressista.

Grau relacional **maior** de posicionamento progressista para a solução da desigualdade.

Grau relacional **menor** de posicionamento mais progressista para a solução da desigualdade.

Legenda: T.E.: Trajetória Escolar; GSE: Grupo Sócio-Econômico; Posi.Pai: Posição profissional do pai; RF: Renda Familiar.

Na tabela acima (Tabela 37) encontra-se o ranking do Grau Relacional entre os subgrupos estratificados e cruzados. Tem-se a soma obtida entre as posições determinadas pelos indicadores dessa categoria, conforme explicado anteriormente.

Por um lado, o posicionamento progressista aparece como mais significativo entre os estudantes oriundos de escolas públicas, seguido pelos filhos de profissionais autônomos e funcionários. Por outro, ele é menos perceptível entre os jovens oriundos de famílias ricas, filhos de “executivos” e com trajetória escolar em instituições particulares.

As questões que caracterizaram o posicionamento progressista envolveram reivindicações de grupos e movimentos populares. Esses são constantemente criticados por setores da imprensa, sem adequado contraponto por parte das demais instituições formadoras de opinião. Conhecido como criminalização dos movimentos sociais, esse fenômeno pode ser um dos responsáveis pelos resultados apontados.

Além dele, os aspectos relacionados às condições econômicas objetivas dos grupos mencionados também tendem a influenciar os dados. A polarização entre egressos de escolas públicas, filhos de trabalhadores autônomos e de funcionários, por um lado, e ricos, filhos de “executivos” e egressos de instituições privadas situa em campos opostos grupos beneficiados e prejudicados pela situação de desigualdade.

5.2.2 Posicionamento conservador em relação à equalização da questão

O posicionamento “conservador” concentra as questões referentes a ações contra-igualitárias ou em prol de grupos sociais já favorecidos pela ordem social vigente. Essas correspondem às seguintes perguntas¹⁴ (Quadro 18):

¹⁴ Os resultados das questões que compõem essa categoria estão sistematizados no APÊNDICE 2, Tabelas 7; 8; 9; 10; 12; 17; 18 e 24..

QUADRO 18 – Posicionamento conservador em relação ao fenômeno.

Manifestações de empresários contra impostos (nota média)
Reivindicações de empresários em favor de políticas industriais (nota média)
Reivindicações ruralistas em favor de medidas de proteção à agricultura nacional. (nota média)
Reivindicações dos ruralistas pelo perdão das dívidas agrícolas (nota média)
Reivindicações dos estudantes contrários às greves dos seus professores (nota média)
Empresários que sonham para ampliar margem de lucro
Ruralistas que plantam transgênicos de forma ilegal
Ação policial violenta no combate a pequenos crimes

Em relação a esse posicionamento destacou-se com maior índice de respostas o subgrupo compreendido pelos jovens oriundos de famílias com renda familiar superior a R\$ 20.000,00 (4 de 7 questões) (GR: 66,3%). Os menores índices foram atingidos pelos jovens com o pai em posição profissional de funcionário (4 de 7) (GR: 18,8%).

TABELA 38 – Posicionamento conservador...

	Soma	Ranking*	Grau relacional (%)
> R\$ 20.000 (RF)	27	1	66,3
“Executivos” (Posi.Pai)	32	2	60,0
Autônomo (Posi.Pai)	33	3	58,8
Escola Privada (TE)	35	4	56,3
A (GSE)	45	5	43,8
Escola Priv.-Pub. (TE)	46	6	42,5
< R\$ 6.999 (RF)	46	6	42,5
Escola Pública (T.E.)	51	8	36,3
C (GSE)	59	9	26,3
Funcionário (Posi.Pai)	65	10	18,8

* Os valores nessa categoria poderiam variar entre 8 a 80.

Grau relacional **maior** de posicionamento conservador para a solução da desigualdade

Grau relacional **menor** de posicionamento conservador para a solução da desigualdade

Legenda: T.E.: Trajetória Escolar; GSE: Grupo Sócio-Econômico; Posi.Pai: Posição profissional do pai; RF: Renda Familiar

Percebe-se no posicionamento conservador dados extremos menos distantes. O grau relacional máximo nessa categoria atinge 66,3%, enquanto na outra forma de posicionamento e no reconhecimento atingiu 80% e 86,7%, respectivamente. O grau mínimo atingiu 18,8%, enquanto nas outras 15,8% e 1,7%. A menor distância entre os extremos indica maior variação nas respostas agrupadas por subgrupos (ver Tabela 38).

Mesmo assim, no procedimento relacional a hierarquia revela-se. Assim como nas categorias anteriores, houve polarização entre ricos, filhos de “executivos” – mais conservadores – e filhos de funcionários e egressos de escolas públicas. Os fatores sociais apontados anteriormente tendem a reaparecer com força explicativa dessa categoria. Nesse caso, indica-se que o posicionamento conservador aponta para a legitimação de interesses patronais e, até mesmo, de ações questionáveis do ponto de vista ético e legal.

5.2.3 Considerações a partir da Estratificação Cruzada

A análise das percepções a partir das categorias construídas permite vislumbrar dois grupos opostos em relação à desigualdade socioeconômica. O primeiro apresenta um comportamento mais sensível em relação ao impacto que o fenômeno provoca nas relações sociais. Um membro “típico” desse grupo seria egresso de escola pública, filho de funcionário e estratificado pelo IE como classe média baixa (GSE C). O segundo grupo caracteriza-se por um comportamento menos sensível em relação ao impacto que o fenômeno provoca nas relações sociais. Seu membro “típico” teria renda familiar elevada, seria filho de “executivo” e egresso de instituição particular de ensino.

O processo de socialização constituído pela família e pela trajetória escolar aparece condicionando o modo de posicionar-se frente à desigualdade. Esse processo está atravessado por um conteúdo de classe que define condições de acesso a oportunidades específicas e já condiciona o modo desse jovem se posicionar frente às questões sociais. O relativo desprendimento ao *status quo* que a juventude carrega é confrontado progressivamente com as necessidades da vida adulta. A transição de uma fase a outra, progressivamente, vincula esses estudantes às amarras das estruturas sociais.

Aqueles vinculados aos grupos médios e populares percebem e vivenciam os efeitos negativos da situação desigual. Por isso, eles posicionam-se favoravelmente a medidas que visam equilibrar a sociedade.

Por sua vez, a situação estabelecida beneficia as classes sociais ricas. Por mais que essas entendam que alguns problemas sociais que impactam a sua vida sejam causados por essa configuração, elas resistem às propostas de mudança. O modo como suas famílias atingiram a posição social é o único considerado legítimo. Dessa forma, o modo de transformação da sociedade deve respeitá-lo: educação e oportunidades econômicas constituem a receita desses grupos para equalizar as disparidades existentes.

O aspecto conflitivo dessa conjunção de interesses apresenta-se quando as propostas heterodoxas são discutidas e colocadas em prática. Nesse momento, os grupos dispersos tornam-se classes e essas se posicionam politicamente contrária ou favoravelmente às medidas em questão.

É interessante notar o posicionamento dos filhos dos autônomos em relação ao posicionamento. Eles encontram-se tanto entre os mais progressistas como entre os mais conservadores. Metodologicamente a explicação é simples. A base de indicadores das duas dimensões é diferente, o que permite que os resultados obtidos não sejam derivados de erro na sistematização dos dados. Sociologicamente, no entanto, é um fato curioso que precisa ser melhor compreendido.

Uma explicação aponta para o conteúdo democrático do grupo composto por filhos de profissionais autônomos. O posicionamento aparentemente contraditório indica que eles apóiam tanto os grupos populares como os patronais. É por isso que aparecem tanto como progressistas como conservadores. Mas, além da democratização encontrada nesse grupo, é possível explicar esse duplo posicionamento pelo distanciamento dos pólos extremos do conflito distributivo. Os filhos de profissionais autônomos da amostra situam-se longe da pobreza ao mesmo tempo em que não são ricos. A desigualdade socioeconômica aparece a partir de seus efeitos negativos, o que justifica a posição progressista. Ao mesmo tempo, as formas de desenvolvimento e superação do fenômeno estão alicerçadas sobre as políticas ortodoxas, o que explica a posição conservadora. Aparentemente esse grupo apresenta uma percepção mais próxima a de um liberal do que

propriamente de um conservador ou progressista. Entende como positiva a estrutura social, mas aponta para necessidade de aperfeiçoá-la

A discussão sobre o reconhecimento da desigualdade como um problema estruturante das relações sociais no país e as formas de posicionamento ante o fenômeno demonstraram a urgência desse debate e a necessidade que ele conduza os processos de equalização da situação atual.

O sentido que uma sociedade democrática decide tomar no seu processo histórico depende do apoio de seus cidadãos. A percepção sobre os desafios histórico-sociais de uma época permite captar o amadurecimento de uma sociedade para enfrentá-los. O distanciamento das percepções entre os grupos e classes constituintes de uma sociedade só indica a intensidade dos conflitos abertos em função da estruturação desigual e dos interesses a ela condicionados.

6. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa buscou-se captar e explicar o modo de perceber uma questão precisa – a desigualdade socioeconômica – e o quanto ela se encontra difundida como um problema social brasileiro num grupo social específico – jovens universitários oriundos de grupos e classes sociais ricas e médias numa situação educacional homogênea.

Inicialmente, foi cogitada a realização da pesquisa exclusivamente com estudantes de escolas privadas voltadas aos grupos economicamente favorecidos da capital gaúcha. Frente à impossibilidade da aplicação do instrumento de pesquisa, focaram-se os estudantes universitários. Assim, a pesquisa foi realizada junto a jovens universitários de Porto Alegre. Esse grupo de estudantes, em se mantendo uma estabilidade social mínima, tende a ocupar posições destacadas nos setores econômicos, políticos e profissionais.

Os jovens universitários encontram-se numa fase decisiva de formação que lhes permitirá inserirem-se no mundo do trabalho com razoável segurança. No momento em que encaminham a transição para a vida adulta, eles reconstróem ou reforçam as concepções que os acompanharão ao longo de suas vidas profissionais.

O exercício de captação do pensamento desses sujeitos teve como objetivo questionar a percepção sobre a desigualdade enquanto problema social. Inicialmente, problematizou-se a homogeneidade dessa percepção entre os jovens universitários de diferentes grupos sociais. A hipótese inicial estipulava que segmentos diferenciados por determinados fatores sociais apresentariam percepções distintas. Listaram-se alguns elementos que poderiam explicar as diferenciações. Dessa forma, pretendia-se dimensionar quais fatores sociais apresentavam correlação mais evidente em relação ao reconhecimento da desigualdade e ao posicionamento sobre esse fenômeno.

A hipótese complementar indicava a correlação negativa entre riqueza e aceitação de medidas heterogêneas de combate à desigualdade. A terceira hipótese apontava a possibilidade de maior naturalização da situação de desigualdade social em grupos sociais ricos. Essas três hipóteses foram testadas por três elementos captados empiricamente: a posição profissional do pai, indicador da origem social; o tipo de escola freqüentada e a

renda familiar. Essas variáveis somadas a outras permitiram a construção de um exercício sintético que apontou a riqueza social, o *Índice de Estratificação*. A partir desses quatro indicadores, a população participante foi dividida de quatro maneiras diferentes.

A tese central da Sociologia do Conhecimento mannheimiana é de que existem modos de pensar e perceber a realidade social que são razoavelmente esclarecidos quando se conhece as origens sociais dos grupos e classes. O condicionamento dos modos de conhecimento está ligado a disputas políticas de um determinado contexto histórico. Ele vincula-se a interesses diversos e modos de se construírem alternativas. A intenção das pesquisas em Sociologia do Conhecimento é compreender como o pensamento interfere na vida política e a relação entre modos diferenciados de percepções e classes sociais distintas.

O grupo pesquisado tem uma característica comum: uma história de sucesso na sua formação escolar. Tanto que a pesquisa foi realizada na universidade, em turmas de início de curso entre os mais concorridos na seleção de ingresso. Essa história de sucesso os credenciou a estudarem numa das melhores universidades do país, em cursos que lhes possibilitarão acesso a oportunidades profissionais diversas no futuro. Encaminham dessa forma uma transição positiva para a idade adulta.

Mas, apesar da atual homogeneidade na dimensão estudantil esse grupo mostrou sua heterogeneidade social através das respostas que permitiram reconstituir parcialmente suas trajetórias de vida. Para caracterizá-las foi construído o Índice de Estratificação (IE), já referido, que sintetizou 14 variáveis sócio-econômicas. A este índice composto somaram-se outros três modos de estratificação baseados em variáveis características do processo de socialização: a origem social, a trajetória escolar e a renda familiar.

A partir desse procedimento foram criadas três categorias analíticas que permitiram analisar os dados sinteticamente. A primeira indicou as diferenças de reconhecimento da desigualdade sócio-econômica como problema social no país. Através do método da estratificação cruzada revelou-se que os indicadores que explicam o maior reconhecimento da desigualdade como problema são a trajetória escolar em escolas públicas, o pertencimento ao GSE C e a posição profissional do pai como funcionário. Em oposição, as variáveis correlacionadas mais fortemente ao menor reconhecimento da desigualdade como

problema são a renda familiar elevada, o pertencimento ao GSE A e a trajetória escolar em escolas privadas.

A segunda categoria apontou para um posicionamento progressista em relação ao equacionamento da desigualdade sócio-econômica. O exercício de estratificação cruzada apontou para uma correlação mais forte entre o posicionamento progressista e as variáveis: trajetória escolar em estabelecimentos públicos, posição profissional do pai entre filhos de autônomos e funcionários. Por outro lado, esse procedimento apontou com menor correlação as variáveis: renda familiar elevada, posição profissional do pai, entre os filhos de “executivos” e trajetória escolar em instituições privadas.

A terceira categoria indicou o posicionamento conservador em relação ao equacionamento da desigualdade. O procedimento adotado revelou uma correlação mais forte entre posicionamento mais conservador e as variáveis: renda familiar elevada; posição profissional do pai entre filhos de “executivos” e de autônomos. O extremo menos conservador está correlacionado às variáveis: posição profissional do pai, entre os filhos de funcionários; GSE C; e trajetória em escolas públicas.

A apresentação dos dados e a análise a partir das categorias construídas indicam que há um padrão em torno de algumas variáveis do processo socializador que condicionam o modo de perceber a realidade social e sua dinâmica. Existe, tendencialmente, uma polarização entre um posicionamento mais conservador em relação ao enfrentamento da desigualdade socioeconômica naqueles egressos de escolas privadas, filhos de “executivos” e oriundos de famílias ricas, por um lado; e mais progressista entre os egressos de escolas públicas, filhos de funcionários e membros do grupo médio-baixo, por outro.

A expansão das escolas públicas ocorreu, nos últimos anos, nas áreas em que se concentram os grupos populares. Esse processo culminou com a progressiva dualização do sistema escolar em função da qualidade: de um lado, as escolas particulares que garantem essa característica e, de outro, as públicas, nas quais há uma grande variação. Essa situação resultou num sistemático deslocamento dos grupos e classes sociais médias para as escolas privadas.

Desse modo, indica-se que a divisão entre escolas públicas e privadas não segmentam a população entre classes ricas e pobres. Mas, pode-se afirmar que há uma

diferenciação de público entre os dois tipos de escola. A estratificação social que acompanha a dualização do sistema escolar segmenta a população entre classes populares e média-baixa nas escolas públicas; e classes média, média-alta e rica nas escolas privadas.

Essa característica faz com que os jovens em formação nessas escolas tenham contato com membros de grupos sociais específicos. O processo socializador resultante das experiências escolares apresenta, a partir dessa constatação, uma marca específica: os ricos não convivem e não conhecem a situação de vida dos pobres, assim como os pobres não conhecem e não têm acesso aos grupos enriquecidos. Dessa forma, a distância entre os extremos não é experimentada por nenhum dos grupos, o que impede a percepção da real intensidade do fenômeno por ambos os pólos. O impacto concreto da desigualdade, no entanto, é vivenciado por todos, mas de maneiras diferenciadas de acordo com a posição social.

A caracterização das profissões dos pais como “executivos” também não significa o pertencimento às classes sociais ricas. As propriedades ou funções que compõem essa categoria variam desde pequenos negócios familiares – que garantem um padrão razoável de vida, mas distante do luxo – até grandes empresas ou funções na gerência dessas, que possibilitam o acesso àquele padrão de vida.

No entanto, indica-se uma diferenciação hierárquica entre o grupo que gesta ou detém empresas, daquele que trabalha como funcionário. Geralmente, esses têm rendimentos, condições de apropriação e usufruto da riqueza bastante inferiores do grupo dos “executivos”. Essa característica familiar também impacta de forma diferenciada o processo socializador dos jovens, sua formação e o modo de posicionar-se frente ao mundo.

Relacionadas uma à outra, existe uma tendência à sobreposição entre os egressos de escolas privadas e filhos de “executivos”, de um lado, e estudantes oriundos de escolas públicas e filhos de funcionários, de outro. Se não marcam definitivamente a condição de classe social, esses elementos reforçam um modo de socialização característico de grupos distintos um do outro e polarizados entre si.

A renda familiar, por sua vez, define uma condição de apropriação da riqueza característica das classes ricas. Essa situação é reforçada quando o pai é “executivo” e a trajetória escolar foi realizada exclusivamente em instituições particulares. Isoladamente, a

variável renda expõe de forma marcante o menor reconhecimento da desigualdade como problema social, bem como o posicionamento menos progressista e mais conservador em relação à resolução desse fenômeno. Trata-se, portanto, do principal fator explicativo de uma tomada de posição contrária às medidas heterodoxas de combate à desigualdade socioeconômica.

Em relação ao posicionamento favorável ao enfrentamento da desigualdade não há um único elemento de destaque. A trajetória escolar – em escolas públicas – e a origem familiar – filhos de funcionários – são variáveis que se somam na definição de uma condição oposta à da classe social rica. Se no grupo pesquisado houvesse estudantes passíveis de serem classificados como pobres, talvez teria sido possível isolar uma variável como definidora da condição de oposição política em torno da questão proposta.

No entanto, tal como foi realizada a pesquisa, evidenciaram-se outros elementos que impactam a trajetória individual, que não a renda. A frequência num tipo de escolas e a condição familiar específica condicionam o posicionamento político em favor de medidas redistributivas, mesmo entre indivíduos oriundos de grupos médios.

Desde que mantido o padrão de aceitação presente na pesquisa, pode-se imaginar, por um lado, que um processo de institucionalização de políticas redistributivas conte com aceitação majoritária no país; por outro lado, a fraca aceitação entre os grupos e classes que concentram a riqueza e os meios de produção e de reprodução social tende a impactar o modo de resolução do conflito gerado pelas pressões redistributivas. A reação que já se configura aos processos redistributivos se dá na mesma intensidade da concentração instituída da riqueza social.

O conflito distributivo, potencializador da desigualdade socioeconômica e das relações geradas por ela, está instaurado desde a fundação do país. Grupos e classes sociais que questionam e reivindicam formas menos desequilibradas de organização social buscam consolidar formas de reestruturar a sociedade em direção a uma situação mais equilibrada. Para isso, reivindicam a redistribuição dos bens sociais, historicamente concentrados pelas classes sociais ricas. O sucesso desse empreendimento estará relacionado ao apoio político que conseguirem mobilizar.

Esse trabalho indicou o apoio de grupos médios às políticas de redistribuição, ao mesmo tempo em que revelou resistências dos componentes dos grupos enriquecidos. A ampliação de medidas redistributivas, ou seu recrudescimento, dependerá do impacto dessas na re-configuração da sociedade brasileira e da força política que sustente o processo conflitivo gerado.

A partir do conflito distributivo a dimensão política abre-se como outra forma de cisão na sociedade. Os condicionamentos de uma sobre a outra no processo histórico em curso produzirão os efeitos equalizadores ou re-concentradores de riqueza que pautam o debate em torno das desigualdades no Brasil. Numa situação democrática, o enfrentamento de uma forma de conflito – econômica – não se fará sem a outra – política.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio Carlos (2007). **A Cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record.
- ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice (2002). **A Escolarização das Elites**. Petrópolis: Vozes.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1978). **A Construção Social da Realidade – tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes [1966].
- BOMENY, Helena (2000). **Darcy Ribeiro – sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: EdUFMG.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude (1982). **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2.^a edição.
- BOURDIEU, Pierre (1982). A opinião pública não existe. *In*: Thiollent, Michel Jean-Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3.ed. São Paulo: Polis, p. 137-151.
- _____ (1998). A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de Educação – Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p.37-64, [1966].
- _____ (2004). **Razões Práticas**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 5.^a edição. [1.^a edição francesa, 1994].
- CAMARANO, Ana Amélia (org.) (2006). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA.
- CATTANI, Antonio David (2007). Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. *In*: CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antonio. **Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, p.211-238.
- CATTANI, Antonio David; SANTOS KIELING, Francisco dos (2007). Escolarização das Classes Dominantes. *In*: **Sociologias, n. 18 – Dossiê riqueza e desigualdades**. Porto Alegre: PPG em Sociologia/UFRGS.

- COHN, Gabriel (1979). Introdução. *In: Max Weber – Sociologia*. São Paulo: Ática, p.7-36.
- DURKHEIM, Émile (1977). **A Divisão do Trabalho Social**. Lisboa: Editorial Presença, 2ª ed..
- _____ (1978a). **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Ed. Nacional, 9ª. ed..
- _____ (1978b). **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides (2002). **A Estrutura das Posições de Classe no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- FLORENTINO, Renata (2008). Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. *In: Opinião Pública, Vol. 14, n. 1*. Campinas: Ed.UNICAMP, p. 205-235.
- FREIRE, Paulo (1995). Não se pode *ser* sem rebeldia, *in: Revista Pais&Teens*. Entrevista a A.C. Sucupira. São Paulo: FTD.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. *In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.) Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 180-216.
- KOLLING, Paulo (2004). **América Latina Periférica**. Porto Alegre: PPG História/PUC-RS, Tese de Doutorado.
- LÖWY, Michael (1998). **A evolução política de Lukács : 1909-1929**. São Paulo: Editora Cortez.
- LUKACS, Gyorg (1979). Princípios Ontológicos Fundamentais em Marx. *In: Ontologia do Ser Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MEDEIROS, Marcelo (2005). **O que faz os Ricos ricos? O outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec/ ANPOCS.
- MANNHEIM, Karl (1968). O Problema da Juventude na Sociedade Moderna. *In: Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 69-94.

- ____ (1976). **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ____ (1982). **Mannheim – Sociologia**. São Paulo: Ática.
- MARX, Karl (1978). O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: **O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986, 5.^a edição.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2006). **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta (2004). Equidade e educação. In: **Seminário Integração, Crescimento e Equidade – 11 a 13 de maio – Quito/ Equador**.
- NOGUEIRA, Maria Alice (2002) Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: Almeida e Nogueira (orgs.). **A Escolarização das Elites**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- ____ (2004). Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. In: **Revista Brasileira de Educação n.º 26** – maio a agosto.
- OLIVEIRA, Francisco (2003). **Crítica à razão dualista – o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- POCHMANN, Marcio *et al.* (2004) **Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3**. São Paulo: Editora Cortez.
- REIS, Elisa P. (2000). **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade**. Caxambu, MG: ANPOCS – CDROM.
- RODRIGUES, José Albertino (1981). A Sociologia de Durkheim. In: **Emile Durkheim – Sociologia**. São Paulo: Ática, p.7-40.
- SADER, Eder (1988). Idéias e questões. In: **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 25-60.
- SANTOS KIELING, Francisco dos (2005). **Uma Escola para Ricos: estudo de caso de como uma escola se adapta aos ricos**. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, monografia de conclusão de curso.
- SANTOS KIELING, Francisco dos; WEISHEIMER, Nilson. Juventude como Transição para a vida adulta. In: **Sociologia da Juventude**. Canoas: ULBRA, *no prelo*.

- SCALON, Celi (org.)(2004). **Imagens da Desigualdade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- SOUZA, Jessé (2000). **Modernização Seletiva**. Brasília: UnB.
- ____ (2003). **A Construção Social da Subcidadania**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- ____ (org.) (2006). **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SCHWARTZ, Roberto (2000). As idéias fora do lugar. *In: Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, p. 9-32.
- UFRGS. (2003) **Perfil dos Estudantes da UFRGS – graduação**. Porto Alegre: Ed. da Universidade
- WEBER, Max (1974). Classe, Status, Partido. *In: Velho, Palmeira e Bertelli (org.) Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 61-83.
- WEBER, Max (1982). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 5ª ed.
- WEBER, Max (2000). Estamentos e classes. *In: Economia e Sociedade*. Brasília: Ed UNB, p. 199-206.
- WEISHEIMER, Nilson (2006). **A Construção Social dos Projetos Familiares dos Jovens Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PPG Sociologia/ UFRGS, Projeto de Tese.

Endereços eletrônicos

- IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego – Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, 2007, disponível no sítio www.ibge.gov.br, acesso em set/2008.

IBGE, Censo Demográfico, 2000, disponível no sítio www.ibge.gov.br, acesso em 30/05/2008).

IBGE, Contagem da População, 2007, disponível no sítio www.ibge.gov.br, acesso em 30/05/2008).

IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, 2007, disponível no sítio www.ibge.gov.br, acesso em 30/05/2008.

MEC/INEP, Censo Escolar, 2005, disponível no sítio www.inep.gov.br, acesso em 27/05/2008.

UFRGS, Apresentação da Universidade, 2008, disponível no sítio www.ufrgs.br, acesso em set/2008.

APÊNDICE 1

Instrumento de coleta de dados

QUESTIONÁRIO¹⁵ n.º _____

IDENTIFICAÇÃO:

1. Instituição de Ensino atual: _____
2. Curso: _____
3. Recebe algum auxílio para realizar o curso?
 Bolsa trabalho, PROUNI
 Bolsa pesquisa, Outro: _____
 Financiamento, _____
4. Sexo: Masculino Feminino
5. Qual a sua cor/ raça/ etnia? _____
6. Idade: _____
7. Natural de: _____

RESPONDA AS SEGUINTE PERGUNTAS SOBRE VOCÊ E SUA FAMÍLIA:

Sobre seu pai:

8. Qual o grau de escolaridade dele?
 Pós-graduação; Superior completo;
 Superior incompleto; Médio completo;
 Médio incompleto; Fundamental;
 Fundamental incompleto.
9. Qual a profissão dele?

10. Que posição/ cargo ele ocupa (ou)?
 Dono de Empresa; Sócio de empresa;
 Gerente; Funcionário; Autônomo;
 Outro, _____
11. Caso trabalhe em empresa, como você classificaria esta empresa:
 Grande porte;
 Médio porte;
 Pequeno porte.

¹⁵ Algumas questões foram retiradas ou baseadas nas pesquisas de
 (1) Nilson Weiseheimer (A Construção Social dos Projetos Profissionais dos Jovens Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul – PPG Sociologia-UFRGS, 2007); de
 (2) Gustavo Venturi e Marisol Recamán (Juventude: Cultura e Cidadania, da Fundação Perseu Abramo, 1999); e de
 (3) Celi Scalon/ISSP (Percepção de Desigualdades: uma análise comparativa internacional)

Sobre sua mãe:

12. Qual o grau de escolaridade dela?
 Pós-graduação; Superior completo; Superior incompleto;
 Médio completo; Médio incompleto;
 Fundamental; Fundamental incompleto.
13. Qual a profissão dela?

14. Que posição/ cargo ela ocupa (ou)?
 Dono de Empresa; Sócio de empresa;
 Gerente; Funcionário; Autônomo;
 Outro, _____
15. Caso trabalhe em empresa, como você classificaria esta empresa:
 Grande porte;
 Médio porte;
 Pequeno porte.

Sobre você:

16. Desde que ano realiza esse curso? _____
17. Já iniciou/realizou outro curso superior? Sim Não.
18. Qual(is)? _____
19. Você trabalha? Sim Não.
20. Caso a resposta seja sim, desde que idade? ____
21. Quantas horas por dia? _____
22. Em que local? _____
23. E realiza quais funções? _____

24. A partir da lista abaixo, faça um orçamento individual, mostrando no que você gasta seu dinheiro mensalmente:
 a. Roupas (R\$_____); b. livros e revistas (R\$_____); c. CD's e DVD's (R\$_____); d. transporte (R\$_____); e. celular (R\$_____); f. xerox (R\$ _____); g. lazer (R\$_____); h. bares, restaurantes (R\$_____); i. cinemas, shows, festas (R\$_____); j. viagens (R\$_____); l. poupança (R\$_____); m. outros:

Sobre a(s) Escola(s) onde você estudou antes de entrar no curso superior:

25. Seus estudos foram realizados em escola(s):
 Privada(s) Pública(s) Privadas e públicas
26. Qual (is) foi (ram) as Escola (s): _____

27. Há outras pessoas da sua família que estudaram na escola em que você estudou?
 Sim Não. Caso a resposta seja sim, que pessoas?

28. Como você classifica seu desempenho na(s) escola(s):
 Excelente Bom Regular Ruim

29. Quais os pontos positivos da Escola em que fez o Ensino Médio? (cite dois)

- Formação geral
- Preparação para o vestibular
- Construção de amizades sólidas
- Relação com professores, funcionários e direção
- Encaminhamento para o mercado de trabalho
- Existência de bolsas de estudo
- Estudo de línguas estrangeiras
- Outro(s). Qual(is)? _____

30. E os pontos negativos? (cite dois)

- Formação geral
- Preparação para o vestibular
- Construção de amizades sólidas
- Relação com professores, funcionários e direção
- Encaminhamento para o mercado de trabalho
- Existência de bolsas de estudo
- Estudo de línguas estrangeiras
- Outro(s). Qual(is)? _____

31. Fez curso pré-vestibular? Sim. Não.

- Intensivo
- Extensivo
- Revisão

32. Caso tenha cursado, qual? _____

33. Por quanto tempo?

- Até um ano.
- Entre 2 e 3 anos.
- Mais de 4 anos.

34. Responda de "a" a "g": em sua opinião o conhecimento que você adquiriu na escola é (1) muito, (2) mais ou menos, (3) pouco ou (4) nada importante para:

- a. Conseguir um emprego.
- b. Gerir uma empresa.
- c. Entender a realidade social e econômica do país.
- d. Fazer amigos.
- e. Conseguir namorado(a).
- f. Ser valorizado(a) pelos pais.
- g. Ser valorizado(a) pela sociedade.

35. Nas escolas em que estudou você teve algum tipo de problema incomum com professor, funcionário ou direção?

Sim Não.

36. Caso já tenha tido problemas incomuns, comente como ele foi resolvido: _____

37. Foi reprovado em alguma série? Sim Não. Caso a resposta seja sim, em qual série?

Sobre sua família

38. Em que bairro mora? _____

39. Você reside em: a. Casa; b. Apartamento; c. Outro, qual? _____

40. A residência é: a. Própria; b. Alugada; c. Cedido/emprestado; d. Outro, qual? _____

41. Caso a residência seja própria, como ela foi obtida?

- a. Herança; b. Financiamento; c. Compra de parentes; d. Compra de outros;
- e. Outra, qual? _____

42. Possui ap./casa de campo ou de praia? Sim Não. Caso a resposta seja sim, onde? _____

43. Você tem carro próprio? Sim Não.

44. Caso a resposta seja sim, como ele foi adquirido:

- a. Herança; b. Financiamento; c. Presente Familiar; d. Consórcio; Economias individuais; Outro.

Qual? _____

45. Qual o modelo e marca? _____

46. Sua família tem carro? Quantos? Quais modelos/marcas?

47. Somando os rendimentos de todos os que moram em sua casa, qual a renda familiar média por mês?

Em relação aos seus amigos:

48. Em que locais você conheceu os seus melhores amigos? (clube, escola, faculdade, festa, através de outros amigos, etc.)

49. Quantos dos seus amigos pertencem ao mesmo grupo sócio-econômico que o seu? _____

50. E quantos pertencem a um grupo sócio-econômico inferior ao seu? _____

51. E quantos pertencem a um grupo sócio-econômico superior ao seu? _____

52. Quantas dessas amizades têm origem nas relações com amigos dos seus pais? _____

53. Cite a profissão ou atividade principal mais comum entre os seus amigos (ao menos 5). _____

54. Cite profissões de pessoas que convivem com você que consideras exemplos de vida (cite no máximo 5). E por que são exemplos?

De acordo com a sua opinião:

55. Qual a importância de pertencer a uma família economicamente bem posicionada para subir na vida?

- a. essencial
- b. muito importante
- c. importante
- d. pouco importante
- e. nada importante

56. Qual a importância de conhecer pessoas “bem colocadas” para subir na vida?

- a. essencial
- b. muito importante
- c. importante
- d. pouco importante
- e. nada importante

RESPONDA DE ACORDO COM SUAS AÇÕES OU OPINIÕES

57. Alguém vai a uma festa, show, bar, etc. e depara-se com uma fila muito grande. Essa pessoa

- a. - Procura um(a) amigo(a) na fila, para entrar antes.

Em relação a essa atitude você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

- b. - Conversa com um(a) funcionário(a) e tenta convencê-lo(a) a deixá-lo(a) passar na frente.

Em relação a essa atitude você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

- c. - Entra na frente de qualquer pessoa, se ninguém reclamar, entra sem problema!

Em relação a essa atitude você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

- d. - Vai ao fim da fila e espera para entrar.

Em relação a essa atitude você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

58. Nas ruas, avenidas e estradas das nossas cidades e estado há controladores de velocidade (os “pardais”). Algumas opiniões comuns sobre esses mecanismos são as seguintes:

- a. - Eles são absurdos, já que o motorista sabe quando e onde pode andar em altas velocidades.

Em relação a essa opinião você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

- b. - Eles são meios de engordar os cofres dos Estados e municípios, já que são posicionados em locais que permitem altas velocidades.

Em relação a essa opinião você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

- c. - Eles são necessários, já que permitem a redução da velocidade dos automóveis em locais de grande movimento de trânsito e de pedestres.

Em relação a essa opinião você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente

59. Em nossa sociedade há algumas formas de ação, manifestação, reivindicação que se tornaram comuns. Algumas delas são citadas a seguir:

- a. - Empresários que não declaram todos os rendimentos para manterem/ aumentarem a margem de lucratividade.

Sobre isso você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente.

Por quê? _____

- b. - Ruralistas que plantam grãos transgênicos, sem autorização legal, para produzirem mais.

Sobre isso você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente.

Por quê? _____

- c. Sem-terras que invadem propriedades rurais para pedirem Reforma Agrária.

Sobre isso você:

- concorda plenamente; concorda;
- discorda; discorda plenamente.

Por quê? _____

d. Professores públicos que fazem greve em busca de melhores salários.

Sobre isso você:

- () concorda plenamente; () concorda;
() discorda; () discorda plenamente.

Por quê? _____

e. Centrais sindicais que convocam greves em favor da melhora salarial e criação de políticas sociais.

Sobre isso você:

- () concorda plenamente; () concorda;
() discorda; () discorda plenamente.

Por quê? _____

f. Motoristas e cobradores de ônibus que paralisam o trânsito de grandes cidades, reivindicando melhores salários.

Sobre isso você:

- () concorda plenamente; () concorda;
() discorda; () discorda plenamente.

Por quê? _____

g. Policiais civis e militares que fazem paralisações para pedir melhores salários.

Sobre isso você:

- () concorda plenamente; () concorda;
() discorda; () discorda plenamente.

Por quê? _____

h. Alguém assalta uma empresa e foge. Minutos depois a polícia prende essa pessoa. Ao fazer isso os policiais espancam e dizem que não é para roubar naquela região.

Sobre essa ação policial você:

- () concorda plenamente; () concorda;
() discorda; () discorda plenamente.

Por quê? _____

60. Você participa de alguma organização da sociedade civil?

- a. () Grupo de jovens (igreja);
b. () Partido político;
c. () Associação comunitária;
d. () ONG;
e. () Movimento Estudantil;
f. () Associação Esportiva.
g. () Outra. Qual? _____

61. Cite três questões sociais que em sua opinião estão relacionadas a produção e manutenção de desigualdades sociais: _____

62. A partir da leitura de algumas frases responda se concorda ou se discorda de cada uma delas:

a. Tudo o que é produzido na sociedade deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível.

- a. () Concordo totalmente
b. () Concordo em parte
c. () Discordo

b. A desigualdade social é grande no Brasil, hoje.

- a. () Concordo totalmente
b. () Concordo em parte
c. () Discordo

c. A desigualdade social está relacionada a alguns dos graves problemas sociais do país.

- a. () Concordo totalmente
b. () Concordo em parte
c. () Discordo

d. Por mais que se queira mudar as coisas, sempre vão existir ricos e pobres.

- a. () Concordo totalmente
b. () Concordo em parte
c. () Discordo

e. Política é uma coisa que deve ser feita só por profissionais, como vereadores, deputados e senadores.

- a. () Concordo totalmente
b. () Concordo em parte
c. () Discordo

Responda a algumas perguntas:

63. Qual a idade mínima com que uma pessoa saudável deveria se aposentar? _____

Por quê? _____

64. Você é favorável a um imposto sobre grandes fortunas?

() Sim; () Não. _____

Por quê? _____

65. Você é favorável ao aborto?

Por quê? () Sim; () Não. _____

66. Você votaria numa mulher para a Presidência da República? () Sim; () Não. _____

Por quê? _____

67. Você considera que os homens são mais capazes para ocupar posições de liderança empresarial?

() Sim; () Não. _____

Por quê? _____

68. Você é favorável a adoção de políticas de cotas para negros, índios e estudantes da escola pública nas Universidades Federais? () Sim; () Não.

Por quê? _____

69. Você é favorável a políticas como Bolsa Família? () Sim; () Não. Por quê? _____

70. Considere as questões abaixo e dê uma nota de acordo com o que considere justo ou injusto. As notas devem variar de 5 a 10. Quanto mais próximo de 10 mais justo você considera.

Nos jornais é comum aparecerem notícias de protestos, manifestações e reivindicações. Esses são alguns deles:

- Empresários contra os impostos. **NOTA:** _____
- Empresários em favor de políticas industriais e contra baixa do dólar. **NOTA:** _____
- Ruralistas em favor de tarifas que protejam a agricultura nacional. **NOTA:** _____
- Ruralistas em favor da revisão e perdão das dívidas acumuladas. **NOTA:** _____
- Professores públicos em favor de melhores salários. **NOTA:** _____
- Estudantes de escolas públicas contra as greves dos seus professores. **NOTA:** _____
- Trabalhadores rurais em favor da reforma agrária. **NOTA:** _____
- Sem tetos em favor de políticas de moradia públicas. **NOTA:** _____
- Desempregados em favor de políticas de pleno-emprego. **NOTA:** _____
- Movimentos sociais em favor da ampliação e criação de novas políticas sociais. **NOTA:** _____

71. O salário mínimo no Brasil tem sido anualmente reajustado, atingindo hoje o valor de R\$ 380,00. Com base nesse valor responda as seguintes perguntas:

- Quanto deveria receber um(a) Médico(a)?
R\$ _____
- Quanto deveria receber um(a) Diretor(a) de Empresa?
R\$ _____
- Quanto deveria receber um(a) Advogado(a)?
R\$ _____
- Quanto deveria receber um(a) Ministro(a)?
R\$ _____
- Quanto deveria receber um(a) Empresário(a)?
R\$ _____
- Quanto deveria receber um(a) Juiz(a)?
R\$ _____
- Quanto deveria receber um(a) Vendedor(a) de roupas?
R\$ _____

h. Quanto deveria receber um(a) Operário(a) não qualificado(a)?

R\$ _____

i. Quanto deveria receber um(a) Operário(a) qualificado(a)?

R\$ _____

Analise as alternativas e responda de acordo com a sua opinião:

72. As pessoas que ganham muito podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as pessoas que ganham pouco:

- () muito justo
() justo
() nem justo nem injusto
() injusto
() muito injusto

73. Num país com níveis educacionais tão diferentes como o Brasil, as desigualdades entre aqueles que ocupam o topo da estrutura social e os demais grupos da sociedade são:

- () muito justas
() justas
() nem justas nem injustas
() injustas
() muito injustas

Muito obrigado pela participação!!!

Comente a pesquisa e tire dúvidas: fskieling@yahoo.com.br

APÊNDICE 2

Tabelas sintéticas das percepções sociais

Cada coluna corresponde a uma dimensão do exercício de estratificação cruzada:

- [1] **GSE** – Grupos extremos formados a partir do Índice de Estratificação (estratificação socioeconômica composta);
 [2] **Posição profissional do pai** – Grupos formados pelo tipo de inserção profissional do pai;
 [3] **Trajetória escolar** – Grupos formados pelo tipo de instituição básica freqüentada;
 [4] **Renda Familiar** – Grupos formados pela renda familiar mensal declarada.

TABELA 1

"A Desigualdade é grande no Brasil"
 [Em % de respostas "Concorda plenamente"]

GSE*	Pos. prof. pai	Trajetória escolar	Ren. familiar
A	88,9 "Executivo" ***	90,2 Privada	90,9 > R\$ 20.000 80,0
C	88,9 Autônomo ****	91,4 Priv.-Pub. *****	97,5 < R\$ 6.999 91,7
Pop.Pesq.**	93,7 Funcionário	97,9 Pública	100,0

* Grupo Sócio-Econômico: "A" - enriquecido; "C" empobrecido em relação à Pop.pesq.

** População pesquisada, respondentes do questionário

*** "Executivo": Proprietário de empresa, Sócio, Gerente

**** Autônomos e Profissionais Liberais

***** Parte em escola privada, parte em escola pública

TABELA 2

"O fenômeno está relacionado a graves problemas sociais do país"
 [Em % de respostas "Concorda plenamente"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajetória escolar	Ren. familiar
A	77,8 "Executivo"	83,3 Privada	83,8 > R\$ 20.000 60,0
C	94,4 Autônomo	88,6 Priv.-Publica	90,0 < R\$ 6.999 87,5
Pop.Pesq.	86,6 Funcionário	87,5 Pública	94,4

TABELA 3

"O que é produzido em sociedade deveria ser distribuído com a maior igualdade possível"
 [Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajetória escolar	Ren. familiar
A	50,0 "Executivo"	78,3 Privada	71,7 > R\$ 20.000 40,0
C	88,2 Autônomo	65,7 Priv.-Publica	72,5 < R\$ 6.999 83,1
Pop.Pesq.	76,3 Funcionário	81,3 Pública	89,4

TABELA 4

Apoio a proposta de um Imposto sobre Grandes Fortunas

[Em % para respostas "Sim"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajecória escolar		Ren. familiar		
A	50,0	"Executivo"	64,4	Privada	61,5 > R\$ 20.000	30,0
C	88,2	Autônomo	68,6	Priv.-Publica	82,1 < R\$ 6.999	75,4
Pop.Pesq.	68,6	Funcionário	76,1	Pública	77,8	

TABELA 5

Apoio a política de redistribuição direta de renda - Bolsa Família

[Em % para respostas "Sim"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajecória escolar		Ren. familiar		
A	47,1	"Executivo"	37,5	Privada	42,6 > R\$ 20.000	33,3
C	27,8	Autônomo	51,4	Priv.-Publica	47,5 < R\$ 6.999	32,4
Pop.Pesq.	42,5	Funcionário	43,8	Pública	31,6	

TABELA 6

Apoio a política de cotas para negros, indígenas e egressos da escola pública

[Em % para respostas "Sim"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajecória escolar		Ren. familiar		
A	22,2	"Executivo"	33,3	Privada	22,9 > R\$ 20.000	22,2
C	44,4	Autônomo	25,7	Priv.-Publica	40,0 < R\$ 6.999	30,0
Pop.Pesq.	29,0	Funcionário	21,7	Pública	36,8	

TABELA 7

Manifestações de empresários contra impostos (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE	Pos. prof. pai	Trajecória escolar		Ren. familiar		
A	2,53	"Executivo"	2,13	Privada	2,39 > R\$ 20.000	1,22
C	3,00	Autônomo	2,51	Priv.-Publica	2,57 < R\$ 6.999	2,60
Pop.Pesq.	2,47	Funcionário	2,90	Pública	2,68	

TABELA 8

Reivindicações de empresários em favor de políticas industriais (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE	Pos. prof. pai	Trajecória escolar		Ren. familiar		
A	3,24	"Executivo"	2,85	Privada	3,06 > R\$ 20.000	3,22
C	2,61	Autônomo	2,94	Priv.-Publica	2,92 < R\$ 6.999	3,10
Pop.Pesq.	3,03	Funcionário	3,23	Pública	3,05	

TABELA 9

Reivindicações ruralistas em favor de medidas de proteção à agricultura nac. (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE	Pos. prof. pai	Trajecória escolar		Ren. familiar		
A	1,71	"Executivo"	1,43	Privada	1,43 > R\$ 20.000	1,33
C	1,39	Autônomo	1,03	Priv.-Publica	1,37 < R\$ 6.999	1,14
Pop.Pesq.	1,38	Funcionário	1,58	Pública	1,11	

TABELA 10

Reivindicações dos ruralistas pelo perdão das dívidas agrícolas (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE		Pos. prof. pai		Trajatória escolar		Ren. familiar	
A	2,88	“Executivo”	3,27	Privada	3,06	> R\$ 20.000	3,38
C	3,11	Autônomo	2,51	Priv.-Publica	3,20	< R\$ 6.999	2,85
Pop.Pesq.	3,01	Funcionário	3,15	Pública	2,37		

TABELA 11

Greves dos professores públicos em favor de aumento salarial (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE		Pos. prof. pai		Trajatória escolar		Ren. familiar	
A	0,82	“Executivo”	1,02	Privada	0,96	> R\$ 20.000	0,88
C	0,89	Autônomo	0,49	Priv.-Publica	0,85	< R\$ 6.999	0,86
Pop.Pesq.	0,90	Funcionário	0,82	Pública	0,74		

TABELA 12

Reivindicações dos estudantes contrários às greves dos seus professores (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE		Pos. prof. pai		Trajatória escolar		Ren. familiar	
A	1,35	“Executivo”	1,41	Privada	1,05	> R\$ 20.000	1,00
C	1,56	Autônomo	1,26	Priv.-Publica	1,65	< R\$ 6.999	1,51
Pop.Pesq.	1,31	Funcionário	1,29	Pública	1,89		

TABELA 13

Reivindicações de trabalhadores rurais em favor da reforma agrária (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE		Pos. prof. pai		Trajatória escolar		Ren. familiar	
A	1,35	“Executivo”	1,73	Privada	1,80	> R\$ 20.000	2,00
C	1,28	Autônomo	1,54	Priv.-Publica	1,65	< R\$ 6.999	1,51
Pop.Pesq.	1,68	Funcionário	1,48	Pública	1,11		

TABELA 14

Reivindicações de habitantes sem-tetos em favor de políticas de moradia (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE		Pos. prof. pai		Trajatória escolar		Ren. familiar	
A	1,76	“Executivo”	1,95	Privada	1,71	> R\$ 20.000	1,50
C	1,28	Autônomo	1,29	Priv.-Publica	1,47	< R\$ 6.999	1,40
Pop.Pesq.	1,54	Funcionário	1,17	Pública	0,84		

TABELA 15

Reivindicações de movimentos sociais em favor de políticas sociais (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE	Pos. prof. pai	Trajectoria escolar	Ren. familiar
A	0,81 "Executivo"	1,47 Privada	1,29 > R\$ 20.000 1,75
C	0,94 Autônomo	1,03 Priv.-Publica	1,25 < R\$ 6.999 1,13
Pop.Pesq.	1,23 Funcionário	1,17 Pública	0,89

TABELA 16

Reivindicações de desempregados em favor de políticas de pleno emprego (nota média)

[Quanto mais próximo de 0 maior é o apoio. A escala vai até 5]

GSE	Pos. prof. pai	Trajectoria escolar	Ren. familiar
A	1,47 "Executivo"	1,93 Privada	1,70 > R\$ 20.000 1,63
C	1,47 Autônomo	1,09 Priv.-Publica	1,72 < R\$ 6.999 1,69
Pop.Pesq.	1,63 Funcionário	1,55 Pública	1,05

TABELA 17

Empresários que sonham para ampliar margem de lucro

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajectoria escolar	Ren. familiar
A	44,4 "Executivo"	54,1 Privada	41,4 > R\$ 20.000 60,0
C	22,2 Autônomo	31,4 Priv.-Publica	42,1 < R\$ 6.999 34,7
Pop.Pesq.	39,2 Funcionário	27,1 Pública	32,5

TABELA 18

Ruralistas que plantam transgênicos de forma ilegal

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajectoria escolar	Ren. familiar
A	27,8 "Executivo"	35,0 Privada	34,3 > R\$ 20.000 50,0
C	11,1 Autônomo	29,4 Priv.-Publica	21,1 < R\$ 6.999 20,8
Pop.Pesq.	28,8 Funcionário	18,8 Pública	15,8

TABELA 19

Sem-terras que invadem propriedades para pedir reforma agrária

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajectoria escolar	Ren. familiar
A	44,4 "Executivo"	39,3 Privada	42,9 > R\$ 20.000 10,0
C	55,6 Autônomo	45,7 Priv.-Publica	50,0 < R\$ 6.999 47,9
Pop.Pesq.	47,1 Funcionário	59,6 Pública	63,2

TABELA 20

Professores públicos em greve por melhores salários

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajectoria escolar	Ren. familiar
A	72,2 "Executivo"	73,8 Privada	78,6 > R\$ 20.000 50,0
C	83,3 Autônomo	88,6 Priv.-Publica	80,0 < R\$ 6.999 80,3
Pop.Pesq.	80,3 Funcionário	87,2 Pública	89,5

TABELA 21

Centrais sindicais em greve por melhores salários e em favor de políticas sociais

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajatória escolar	Ren. familiar
A	72,2 "Executivo"	74,6 Privada	79,4 > R\$ 20.000 77,8
C	83,3 Autônomo	82,9 Priv.-Publica	84,6 < R\$ 6.999 83,1
Pop.Pesq.	82,6 Funcionário	91,5 Pública	94,7

TABELA 22

Motoristas de ônibus em greve por melhores salários

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajatória escolar	Ren. familiar
A	44,4 "Executivo"	54,1 Privada	56,7 > R\$ 20.000 44,4
C	55,6 Autônomo	71,4 Priv.-Publica	62,5 < R\$ 6.999 66,2
Pop.Pesq.	60,9 Funcionário	67,4 Pública	79,0

TABELA 23

Policiais em greve por melhores salários

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Posição profissional do pai	Trajatória escolar	Ren. familiar
A	38,9 "Executivo"	56,7 Privada	56,7 > R\$ 20.000 40,0
C	55,6 Autônomo	65,7 Priv.-Publica	62,5 < R\$ 6.999 67,6
Pop.Pesq.	61,5 Funcionário	68,1 Pública	84,2

TABELA 24

Ação policial violenta no combate a pequenos crimes

[Em % de respostas "Concorda plenamente" e "Concorda em parte"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajatória escolar	Ren. familiar
A	55,6 "Executivo"	57,6 Privada	50,0 > R\$ 20.000 80,0
C	38,9 Autônomo	42,9 Priv.-Publica	48,7 < R\$ 6.999 46,5
Pop.Pesq.	48,1 Funcionário	35,4 Pública	36,8

TABELA 25

"Num país com níveis educacionais diferenciados, as desigualdades sociais são..."

[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e "Nem Justo, nem injusto"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajatória escolar	Ren. familiar
A	27,8 "Executivo"	26,7 Privada	23,7 > R\$ 20.000 44,4
C	5,6 Autônomo	14,3 Priv.-Publica	25,0 < R\$ 6.999 21,1
Pop.Pesq.	21,8 Funcionário	19,1 Pública	5,3

TABELA 26

"As pessoas ricas podem dar aos seus filhos uma educação melhor do que as que ganham pouco"

[Em % para respostas "Muito Justo", "Justo" e "Nem Justo, nem injusto"]

GSE	Pos. prof. pai	Trajetória escolar	Ren. familiar
A	66,7 "Executivo"	58,3 Privada	62,2 > R\$ 20.000 66,7
C	61,1 Autônomo	60,0 Priv.-Publica	55,0 < R\$ 6.999 55,6
Pop.Pesq.	56,7 Funcionário	52,1 Pública	31,6

ANEXO 1**Relação candidato/ vaga – UFRGS – 2008.**

UFRGS
Concurso Vestibular 2008

Cursos da pesquisa

	Cand/Vaga	Curso	Candidatos	Vagas
1	33,46	Medicina	4685	140
2	20,63	Psicologia	825	40
3	19,00	Ciências Jur/Soc - Direito - Noturno	1330	70
4	18,30	Ciências Jur/Soc - Direito - Diurno	1281	70
5	17,55	Design - Habilitação Design Visual	351	20
6	17,45	Relações Internacionais	698	40
7	16,37	Biomedicina	491	30
8	16,08	Com. Social - Jornalismo	804	50
9	15,96	Com. Social - Publicidade/Propaganda	798	50
10	14,87	Nutrição	446	30
11	14,57	Engenharia Ambiental	437	30
12	12,80	Design - Habilitação Design Produto	256	20
13	11,98	Medicina Veterinária	958	80
14	11,91	Odontologia	1048	88
15	10,88	Arquitetura e Urbanismo	1088	100
16	10,38	Administração - Diurno	830	80
17	10,19	Ciência da Computação	1019	100
18	9,71	Administração - Noturno	1553	160
19	9,06	Enfermagem	852	94
20	8,91	Ciências Biológicas	891	100
21	8,84	Com. Social - Relações Públicas	442	50
22	8,53	Engenharia de Controle e Automação	256	30
23	7,43	Engenharia Química	557	75
24	7,21	Educação Física - Bacharelado	562	78
25	7,05	História - Diurno	282	40
26	6,73	História - Noturno	303	45
27	6,55	Engenharia de Computação	393	60
28	6,52	Engenharia Mecânica	782	120
29	6,31	Educação Física - Licenciatura	492	78
30	6,18	Engenharia Elétrica	494	80
31	6,13	Farmácia	674	110
32	5,90	Engenharia de Materiais	177	30
33	5,87	Arquivologia - Noturno	176	30
34	5,63	Química	169	30
35	5,52	Engenharia de Produção	331	60
36	5,41	Ciências Contábeis - Noturno	757	140
37	5,38	Engenharia Civil	807	150
38	5,33	Engenharia de Alimentos	160	30
39	5,10	Ciências Econômicas	714	140

40	5,03	Agronomia	402	80
41	5,00	Teatro	100*	20
42	4,87	Geografia - Diurno	146	30
43	4,82	Filosofia	289	60
44	4,70	Ciências Atuariais - Noturno	141	30
45	4,70	Geologia	188	40
46	4,56	Engenharia de Minas	114	25
47	4,55	Letras - Licenciatura	601	132
48	4,47	Pedagogia	537	120
49	4,37	Química Industrial	131	30
50	4,27	Geografia - Noturno	128	30
51	4,27	Matemática - Licenciatura - Noturno	192	45
52	4,12	Letras - Bacharelado	342	83
53	4,00	Fonoaudiologia	120	30
54	3,93	Artes Visuais - Bacharelado	173*	44
55	3,87	Museologia	116	30
56	3,68	Biblioteconomia	276	75
57	3,63	Física - Licenciatura - Noturno	109	30
58	3,59	Ciências Sociais - Noturno	359	100
59	3,54	Engenharia Metalúrgica	177	50
60	3,44	Engenharia Cartográfica - Noturno	86	25
61	3,29	Ciências Sociais - Diurno	214	65
62	3,07	Matemática - Bacharelado	141	46
63	3,00	Teatro - Licenciatura	45*	15
64	2,98	Estatística	119	40
65	2,76	Matemática - Licenciatura - Diurno	124	45
66	2,56	Física	256	100
67	2,47	Química - Licenciatura - Noturno	74	30
68	1,45	Artes Visuais - Licenciatura	64*	44
69	1,32	Música	66*	50